



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO**

GILVAN REIS DO NASCIMENTO JUNIOR

**TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL A TARDE À LUZ DE
UMA NOVA RACIONALIDADE**

Salvador
2010

GILVAN REIS DO NASCIMENTO JUNIOR

**TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL A TARDE À LUZ DE
UMA NOVA RACIONALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Simone Terezinha Bortoliero

Salvador
2010

RESUMO

A presente monografia trata da cobertura do Jornal A Tarde no caso da Transposição do Rio São Francisco. Esse estudo de caso tem como objetivo verificar, a partir de algumas categorias de análise, as limitações do jornalismo local durante o episódio. Para delimitar o objeto de estudo, o período escolhido para análise refere-se à primeira greve de fome do bispo dom Luís Flávio Cappio, em 2005, quando as discussões sobre a viabilidade da obra ganharam visibilidade nacional. Tomando como base a problemática ambiental e, sobretudo, levando em consideração o desenvolvimento e potencial dos meios de comunicação, o trabalho consta de reflexões teóricas a respeito da relação entre meio ambiente e jornalismo. Busca, inicialmente, traçar um quadro geral, problematizar e refletir sobre essa interação e lugar de encontro estabelecido entre esses dois universos. No desenvolvimento, constam ainda as contradições e conflitos históricos vivenciados pela população ribeirinha, bem como a opinião dos vários segmentos sociais envolvidos com o Projeto. Além da análise do material, são trabalhados ainda os conceitos de jornalismo científico e ambiental, de visibilidade pública, as concepções sobre ciência, racionalidade econômica, racionalidade ambiental e regime de verdade.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Meios de Comunicação, Transposição do Rio São Francisco, Jornalismo Baiano, Jornal A Tarde.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.2 JUSTIFICATIVA	11
2 CAPÍTULO I	14
2.1 Jornalismo Ambiental: Condições Históricas	14
2.2 Transformações da Ciência e Dominação Humana Sobre a Natureza	19
2.2.2 Hegemonia e Ciência	26
2.3 Saber Ambiental	31
2.4 Jornalismo Científico e Ambiental: Encontros e Confrontos na Questão da Hegemonia	35
3. CAPÍTULO II	43
3.1 O Rio São Francisco: Breve Histórico	43
3.2 Povoamento e Exploração	46
3.3 As Secas Nordestinas	50
3.4. As Dimensões Sócio-Econômicas da Atualidade	56
3.5 As Conseqüências Ambientais desse Desenvolvimento	59
4. CAPÍTULO III	64
4.1 Transpôr o Rio, Uma Ideia do Império	64
4.2 O Projeto Apresentado pelo Governo	68
4.3 A Defesa Política	73
4.4. Opiniões Divergentes: Preocupações Sociais, Ambientais e Científicas	78
4.4.1 O Comitê	87
4.4.2 A CNBB e o Discurso Religioso	90
5 CAPÍTULO IV	92
5.1 Aspectos Metodológicos	92
5.2 Jornal A Tarde: Breves Considerações	96
5.3 CORPUS	100
5.4 Análise	101
5.4.1 Dominação do Homem Sobre a Natureza e a Racionalidade Ambiental	101
5.4.2 Saber Científico e Ambiental, Saber Popular e Discurso Oficial	107
5.4.3 O que é a Transposição no Jornal	115
5.4.4 As Contradições na Esfera do A Tarde	118
5.4.5. A construção do Herói	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
8 ANEXO	142

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2005, o debate sobre a transposição das águas do Rio São Francisco ganhou força no Brasil. Entre 26 de setembro e cinco de outubro, um pequeno município no interior Pernambucano foi palco de uma das principais disputas políticas dos últimos oito anos. Em Cabrobó, o bispo de Barra, na Bahia, dom Luís Flávio Cappio, na época com 58 anos de idade, iniciou uma greve de fome em flagrante protesto contra a proposta do governo federal de levar a cabo o projeto de transposição das águas do Velho Chico.

O episódio rapidamente ocupou as páginas dos principais veículos de comunicação do país, sacudindo a agenda política até então saturada pelos escândalos do mensalão. Pela primeira vez na história, o famigerado projeto de transposição, que remonta ao tempo do Brasil Império, deixaria, finalmente, os arquivos públicos e as ideias dos gestores para ser executada. Sendo constantemente alvo de controversas e de informações desencontradas e inseguras, o projeto tornou-se, até com certa celeridade, um divisor entre os grupos e setores que o apoiavam e os que vislumbravam problemas, questionamentos e impedimentos no seu desenvolvimento.

Mesmo tendo como escopo o aprofundamento das discussões em torno do São Francisco e a necessidade de fomentar um planejamento eficaz a favor da sua revitalização antes de se pensar na transposição, a ação do bispo desencadeou uma série de questionamentos na sociedade que iam além do que estava posto em termos de dados, de orçamento e de beneficiados. A greve de fome, estopim de um processo de contestação por parte de muitos setores especialmente daqueles ligados aos movimentos sociais, suscitou o esquadramento inexorável do quadro de miséria, de degradação e de esquecimento vivenciado pelas populações ribeirinhas e pelo conjunto de municípios que compõem a chamada Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Ao passo que essa atitude extrema rivalizou com outras temáticas igualmente importantes para o cenário brasileiro, os meios de comunicação tentavam reconstruir para o restante da sociedade as motivações e as implicações do que a greve de fome e a transposição trariam para o coletivo. É fundamentalmente sobre esse ponto que incide essa monografia. Quando concedeu visibilidade pública ao que se passava em Cabrobó – aqui representando todo o conjunto de cidades que seriam, de alguma maneira, afetadas pelas obras – os meios de comunicação deram existência social ao tema.

Aparentemente, o debate que poderia prosseguir com menos vigor e menos polêmicas, se transformou num tema de grande impacto sobre a dita ‘opinião pública’.

Para além do mero acompanhamento diário sobre o que acontecia naquela região durante a vigência do protesto, o jornalismo, firmado no preceito básico da informação, auxiliou decisivamente na formação de um panorama sobre o meio ambiente e sobre o destino do rio. Isso porque ao levar em consideração os possíveis impactos que uma obra dessa magnitude poderia causar, foram resgatados aspectos sociais, econômicos e ambientais de toda a população que utilizava os recursos hídricos da região como forma de sobrevivência e como mola propulsora de desenvolvimento.

Nesse ínterim, os conflitos históricos pareciam escancarados como peças chaves na resolução do problema posto. E, precisamente nesse ponto, o jornalismo se apresentava como protagonista. Não apenas porque reconstruía, mas, especialmente, pela forma como reconstruía. Não apenas porque precisava se firmar nas diretrizes da neutralidade, objetividade e clareza para produzir credibilidade, mas também porque possuía valores culturais, preferências, opções, tendências, interesses e um contexto social, histórico e político.

A reflexão sobre a problemática ambiental e o jornalismo torna-se assim, não somente possível, como necessária nesse século XXI. No que concerne aos meios, estamos, a todo instante, sendo interperados enquanto sujeitos constituídos e constituintes. Os variados caminhos que todas as causas atreladas ao meio ambiente seguem na contemporaneidade assumem lógicas e gramáticas específicas nos meios de comunicação. Nessa perspectiva, meio ambiente e comunicação adquirem uma relação ímpar, de forma que as causas ambientais da atualidade, seja a questão da Amazônia, das mudanças climáticas, dos relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas, dos grandes eventos internacionais, dos debates locais sobre degradação do meio ambiente, poluição das águas, do ar, educação ambiental, dentre outros só se tornam possíveis porque vivemos numa sociedade marcada pela informação.

Nessa perspectiva, a decisão sobre estudar meio ambiente, tendo como foco a temática da transposição do rio São Francisco, e sua relação com os meios de comunicação faz parte de um processo complexo. É um tema que sempre interessou ao Brasil não só pelos dramas trazidos pela seca como também pelo aproveitamento de suas potencialidades na promoção do desenvolvimento humano. Apresenta-se, assim, como um tema de urgência na agenda de interesse público, especialmente, porque atinge a nossa relação com o meio ambiente.

O Rio da Unidade Nacional é, portanto, um ponto de intensa discussão e de disputa de projetos sobre a melhor forma de aproveitamento. Nesse confronto histórico tem-se mesclado universos plurais: da alta esfera de decisão política às comunidades ribeirinhas, passando pela ciência, pelos ambientalistas, religiosos e movimentos sociais. É sobre esse desafio que esse trabalho se constrói: refletir e analisar universos abrangentes, disciplinas e conhecimentos, tomando como panorama o São Francisco.

Posto essa parte inicial, caberá destacar que a presente monografia está dividida em quatro capítulos. No capítulo I, a fundamentação teórica estabelece as premissas do objeto a ser analisado. Trata-se de um apanhado, sobretudo a partir da perspectiva histórica, entre a relação do jornalismo e o meio ambiente. Resgata-se os marcos iniciais, as principais características apontadas pelos autores escolhidos a respeito dessa ligação, vislumbrando algumas carências e impasses ao longo desse período. Uma vez que a análise tratará sobre a interação homem versus natureza, se faz necessário aprofundar esse universo na fundamentação teórica, resgatando pensadores da geografia, das correntes ambientalistas e também da ciência. Esta será fundamental na compreensão da conexão umbilical entre o conhecimento e o poder permitindo analisar a produção de verdades, os saberes dogmáticos, o desprezo pelo senso comum imposto pela ciência moderna, e as interferências provocadas no jogo das forças sociais. Nesse ponto, está imbricado, por consequência, o jornalismo e a ciência no que tange aos valores rígidos e positivistas que permeiam a sua produção.

Ainda nesse capítulo, para entender os embates, as tensões, limites e confrontos dos diferentes grupos envolvidos no episódio da transposição resgata-se o conceito de Gramsci sobre hegemonia, bloco histórico e direção da sociedade. Será útil para entender como as representações quer dos movimentos sociais, quer do bispo, governo ou ciência, nunca se dá, no jornalismo, de modo absoluto – sempre existem contradições no discurso. Daí a importância de analisar esse confronto porque a partir de toda essa interação surgem as leituras preferenciais, o predomínio de um discurso sobre o outro, o destrinchamento do local de fala privilegiado de alguns, as verdades mais autênticas que outras, os interesses escusos de quem se envolve no processo, etc.

No capítulo II, desloca-se o cenário do plano teórico para o rio São Francisco em si. Através de um histórico dos aspectos dos laços societários existentes, bem como do projeto de colonização ali instaurado, associado a questões de exploração, degradação, miséria humana, a agressividade das secas/polígonos, busca-se uma compreensão mais ampla das motivações do projeto de transposição e os desdobramentos nas dimensões

socioeconômicas. Esse capítulo permitirá também entender como se deu a construção do povo sertanejo face à valorização da civilização litorânea e como essa distinção sedimentou de maneira decisiva o nosso olhar sobre aquela região, perpetuando valores, crenças e preconceitos diversos. Finalizando um breve panorama sobre a situação atual da Bacia Hidrográfica, considerando questões de desigualdade social, conflitos políticos, estrutura fundiária, presença de grandes corporações, pobreza, degradação e expulsão do pequeno agricultor, e, claro, as questões ambientais.

No capítulo III, contextualizam-se as diferentes visões impostas pelos segmentos envolvidos na referida questão. Apresentam-se os atores e atrizes sociais envolvidos nessa arena tomando como base os argumentos e justificativas por eles trazidas. Essa avaliação recai sobre setores específicos: na esfera federal, destacando-se o Ministério da Integração Nacional, sob tutela de Ciro Gomes, o Ministério do Meio Ambiente, conduzido a época por Marina Silva, e parlamentares com atuação mais firme nessa causa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), o governo estadual, deputados que se pronunciaram sobre o caso, o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, como forma de estudar, analisar e fornecer parecer sobre o projeto, e, por fim, os movimentos sociais, tendo como perspectiva o interesse e o conhecimento popular.

Na capítulo IV, chega-se a análise propriamente dita. Antes de abordar as questões centrais encontrados no material jornalístico produzido pelo A Tarde, será exposta a metodologia adotada bem como os outros procedimentos necessários para o entendimento dos objetivos iniciais da monografia. Essa etapa é de fundamental relevância porque retoma de maneira singular e recorrente todos os aspectos tratados não apenas na fundamentação teórica, mas também dos capítulos subsequentes. Os autores apresentados ou suas ideias serão reintroduzidos de modo a se constituírem como ferramentas indispensáveis na análise. Esse elo permitirá uma visão amplificada, complexa e integrada do trabalho. Esse capítulo tentará destrinchar efetivamente como, a partir dos referenciais teóricos/históricos apresentados, se deu e como é possível que o jornalismo tenha determinada visão do problema e não outra, destacando-se as eventuais conseqüências desse modelo.

Aqui também serão avaliadas e esquadrihadas as contradições da arena de discussão, por meio da esfera de visibilidade pública criada pelo jornalismo, buscando evidenciar que aspectos e discursos foram ressaltados e quais foram interditados para fazer valer a produção de determinadas verdades. Para isso, usa-se o arsenal produzido

no capítulo III contrastando-o com os aspectos da cobertura, com a escolha e com a caracterização das fontes. Evidencia-se o tratamento dado ao discurso científico, ao discurso religioso frente aos interesses políticos e ao próprio confronto das forças sociais envolvidas no processo.

Por fim, a conclusão em que se atesta as condições que possibilitaram aquela cobertura, a carência ou não de informações apresentadas e a possível manutenção de um modelo de jornalismo factual e cerceado pelos interesses particularistas. Mais do que uma mera compilação de dados ou observações feitas a partir do material analisado, a conclusão versará sobre novas possibilidades para o jornalismo e para a constituição de uma nova ordem hegemônica na sociedade e na própria esfera pública de visibilidade, ressaltando o protagonismo dos atores sociais. Seguida da conclusão, a bibliografia com todas as referências utilizadas para a confecção da monografia e o anexo com todas as matérias jornalísticas citadas pela pesquisa, destacando a cobertura feita pelo Jornal A Tarde, durante aqueles 11 dias de 2005.

1.1 OBJETIVO

Diagnosticar as limitações da cobertura jornalística sobre a transposição do rio São Francisco no Jornal A Tarde, no período de 26 de setembro a cinco de outubro. O objetivo central é compreender essa questão num veículo impresso local, sob a ótica dos saberes fornecidos pelas ciências humanas.

1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Localizar o jornalismo enquanto ponto de encontro de discussão, de conflito, de limite, de tensão e de pressão dos diferentes atores, dos diferentes papéis, dos diferentes saberes na nossa sociedade. Perceber que, ao reconstruir o mundo, ao resignificá-lo e ao contar determinadas narrativas em determinados contextos, o jornalismo se transforma numa arena de disputa – social e política.

Avaliar também que papéis são concedidos aos grupos em conflito no caso da transposição: governo federal, governo estadual, ministros, religiosos, movimentos sociais, entidades de base, população local e cientistas das diversas áreas do conhecimento.

1.2 JUSTIFICATIVA

No cenário marcado pela necessidade da informação e pela necessidade de repensar meio ambiente, a escolha do tema da transposição soma-se a um quadro de discussão em franco processo de crescimento. Jamais algum outro momento histórico viveu um período em que se discute e se põem em debate a questão ambiental como hoje. Estamos diante de um boom ambiental que, de certa forma, vem contaminando os hábitos e a forma de pensar e agir da população. Nesse sentido, a comunicação tem sido pedra basilar.

Decidir pelo tema da transposição, enfocando um período de grande visibilidade, deve-se a compreensão de que a questão ambiental ultrapassa a sua própria esfera e se mescla com as questões políticas, econômicas, sociais, ideológicas e científicas. O jornalismo é o grande ponto de (des) encontro na contemporaneidade desses confrontos e da busca por superação dos nossos impasses. Esse tema também é de grande relevância para o país e assume contornos mais intenso no Nordeste – espaço geopolítico de onde parte a nossa abordagem.

Como todas essas questões serão criteriosamente trabalhadas posteriormente, cabe aqui ressaltar que a transposição, embora tenha um espaço significativo nos estudos e debates dos diferentes setores e áreas, é um tema muito pouco discutido no sentido de estudar o conhecimento do tema e sua relação com os meios de comunicação. Nesse caso, com a prática e o fazer jornalístico. Isso se repete no âmbito local – com escassos e pontuais trabalhos avaliando a temática com os elementos de suas realidades regionais. Por isso também o interesse em analisar o tema no Jornal A Tarde.

Vale justificar o motivo pelo qual a monografia versará fundamentalmente sobre a greve de 2005, uma vez que o bispo realizou outra greve no ano de 2007. O nosso interesse é pelo pano de fundo e pelo jogo de disputas nele inseridos, antes do começo das obras de Transposição, quando as possibilidades de suspender o projeto eram, de fato, mais concretas. Em 2007, além de já iniciadas as atividades preparatórias para o transcurso da águas, a resistência popular se encontrava claramente fragilizada. Especialmente porque a própria visibilidade dada ao tema foi notoriamente menor conforme consta o artigo Negligência ou Omissão, publicado no Observatório da Imprensa.

Dois anos depois da primeira greve de fome através da qual o bispo dom Luiz Flávio Cappio, conhecido entre o povo apenas como "Frei Luiz", manifestou-se contra o projeto de transposição do rio São Francisco, novamente está o bispo em greve de fome, decidido a mantê-la até o fim, caso o governo não interrompa as obras, tocadas pelo Exército brasileiro. A pergunta que se faz é: porque uma notícia que obteve imenso destaque quando da primeira greve de fome, desta vez está praticamente silenciada quase pela integralidade da mídia? (LIMA DOS SANTOS et all, 2007)

Além da questão da repercussão e da presença assídua do tema na esfera de visibilidade pública, o ano de 2005 apresentou-se como fonte mais apropriada para análise. O tema que parecia dormir o longo sono da história fora finalmente despertado por iniciativa governamental. Atentemos desde o começo que a transposição é secularmente um projeto significativo para o país – atingindo diversos âmbitos e dimensões. E, perante notório desconhecimento do projeto, seu alcance, conseqüências, gastos e alternativas, a população teve, na reconstrução diária do jornalismo do A Tarde, a oportunidade salutar de entender do que se tratava esse debate. Foi em 2005, no entendimento dessa pesquisa, que a oportunidade de compreensão de um projeto tão sério e de tantos impactos como esse foi mais forte. Exatamente pela concessão de visibilidade e pelo cenário social e político extremamente peculiar que havia se instaurado no país naquele momento. Isso

levando em consideração, principalmente, todas as discussões que o Brasil enfrentava sobre “mídia golpista”, no escândalo do mensalão, a perspectiva quase inédita de um plebiscito sobre o desarmamento, onde os cidadãos e cidadãs teriam condições de decidir pelo sim e pelo não, provocando até mesmo reflexões sobre democracia participativa, soberania popular, etc, bem como a proximidade de modificação na constituição política, visto que as eleições aconteceriam em no máximo um ano. O que conseqüentemente, em democracias enfraquecidas tão acostumadas com planos de governo e não com planos de Estado, poderiam reverter estratégias e projetos da gestão anterior e, inclusive, substituir as próprias lideranças que se encontravam no poder. A rigor, o acirramento em torno da transposição aconteceu num momento decisivo para o Brasil. E foi principalmente por esse motivo que dedicaremos especial atenção ao ano de 2005.

Sem nenhum comedimento, o outro motivo para que não se avalie o ano de 2007 com o mesmo rigor que o de 2005 foi a proporção que o trabalho ganharia. Salvo se o pesquisador se satisfizer com análises mais pontuais, qualquer outra pesquisa com essa pretensão teria de ser,

obrigatoriamente, muito mais complexa, posto que passa, necessariamente, por uma questão de análise comparativa. Além disso, seria preciso avaliar minuciosamente todas as modificações no cenário político e social do diversos atores e atrizes que intervieram naquele panorama dois anos antes, assim como os seus deslocamentos no jogo de força da política nacional e local. Por exemplo, o governo local, anteriormente concentrado nas mãos do DEMO (ex-PFL), em 2007 estava completamente alinhado com a gestão do governo Lula, sob a tutela do governador Jacques Wagner, que em 2005 foi o ministro das Relações Institucionais, responsável por selar o acordo com o bispo naquele período. Isso para não abordar os atores vinculados aos movimentos sociais, as fontes interpeladas quando o tema e encaminhava para os apelos da ciência, a posição dos grupos religiosos, dentre outros. Todos esses temas se esmiuçados com olhar clínico, tornariam o texto, é bem verdade que mais enriquecedor, porém quase inviável para a execução de um trabalho de conclusão de curso. Esses dados, sob hipótese alguma, impedirão a utilização do material jornalístico produzido também pelo jornal A Tarde, no ano de 2007, conforme será explicado no aprofundamento da metodologia, no capítulo referente a análise.

2 CAPÍTULO I

2.1 Jornalismo Ambiental: as condições históricas

Quando em 1968 os jovens estudantes parisienses ocuparam as ruas da capital rompendo com a história tradicional das relações de poder e levando à bancarrota as matrizes culturais que atravessaram décadas, um movimento novo, plural, diverso, contemporâneo estava emergindo. O espírito de contestação e a crítica implacável tanto das políticas anacrônicas da direita quanto do modelo determinista da esquerda tradicional, que assentava nas relações econômicas a base da vida social, foram características fundamentais para a construção de um movimento político amplo que concedesse não somente voz aos que sempre estiveram à margem, mas que buscasse, sobretudo, solucionar questões que se faziam tão urgentes quanto às relações de produção e a disputa entre o capital e trabalho. No cerne da efervescência, mulheres, gays, negros, camponeses e ambientalistas colocavam na pauta do dia a necessidade de se repensar lutas e conflitos específicos da sociedade e de perceber a necessidade veemente de contar outras narrativas, de mostrar o mundo por outros olhares, através de tantos outros atores e atrizes sociais

Esse marco histórico, que contou também com a formação e consolidação dos Partidos Verdes pelo mundo, é onde se pode situar o começo da relação entre jornalismo e o meio ambiente. A identificação do começo da relação do jornalismo com as questões de cunho ambiental evidentemente é, assim, fruto do processo histórico – assumindo aqui que essa ligação, portanto, não surgiu de um momento para outro ou, literalmente, da noite para o dia.

Embora o jornalismo tenha feito anteriormente coberturas que poderiam produzir reflexões sobre o modo de produção capitalista e seus impactos predatórios sobre o meio ambiente, definitivamente não havia um arcabouço teórico ou prático capaz de abarcar com profundidade as questões ambientais. Pode-se assinalar momentos pontuais em que a produção jornalística se debruçava sobre o meio ambiente a partir de outro viés – ora pelo aspecto econômico, ora pelo aspecto social, ora pelo aspecto cultural – em detrimento da interdisciplinaridade e de um olhar diferenciado requeridos pela problematização ambiental.

Como exemplos significativos anteriores a explosão vivenciada na década de 70 com os movimentos ambientalistas regionais e internacionais, têm-se o grande impacto causado pela explosão da bomba atômica em 1945 em Hiroshima e Nagasaki, no Japão. O episódio, que selou tragicamente o final da II Guerra, suscitou debates sobre a força e poderio humano diante do planeta e sua capacidade incontestável de destruí-lo. Em que pese a celeuma provocada por situações como essa, a visão de uma racionalidade ambiental, conceito a ser tratado com mais cautela posteriormente, era facilmente interdito pelo discurso da racionalidade econômica, que privilegiava fundamentalmente o progresso e o mercado como senhor absoluto das decisões.

Portanto, é na década de 70, especificamente em 1972, que se passou a traçar um desenho mais nítido sobre a situação ambiental.

Na segunda metade do século vinte, os impactos ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento, fundamentado na total exploração da natureza, não podiam mais ser negados. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, pode ser considerada o grande marco do debate mundial sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. O acidente na baía de Minamata, no Japão, entre as décadas de 50 e de 60, que provocou o envenenamento por mercúrio de milhares de pessoas, e a repercussão do livro de Rachel Carso, *A primavera Silenciosa*, de 1962, sobre os impactos do DDT (Dicloro – Difenil – Tricloroetano) na agricultura, foram dois dos acontecimentos que revelaram a urgência da questão ambiental e a importância de um encontro diplomático para debater o tema (VICTOR, 2009, p.16)

Além da constituição do discurso sobre sustentabilidade/ desenvolvimento sustentável que, posteriormente, seria esvaziado de sentido (BARTHES, 1957, p. 139) e apropriado pelos mais diversos grupos e classes, a conferência em Estocolmo estabeleceu um agenda global de compromissos – o que, inevitavelmente, penetrou na arena da comunicação com força total. É a partir desse encontro mundial que se consolida a construção de uma visibilidade pública, de caráter mundial, a respeito meio ambiente. É quando, efetivamente, pode-se trabalhar nos marcos de uma comunicação ambiental.

Cabe ressaltar que essa consolidação e existência social é construída, articulada e disputada dentro da arena de discussão estabelecida pelos meios massivos. Isso porque parte-se do pressuposto fundamental de que a experiência e o contato direto com o mundo não é mais suficiente para dar conta dele, de sua multiplicidade e de sua pluralidade. Por esse motivo quando os meios de comunicação, especialmente o

jornalismo, tentam dar conta dos muitos acontecimentos e das múltiplas realidades presente num dado momento, tem-se aquilo que poderíamos denominar de reconstrução do mundo, a sua ressignificação. Reconstrução essa que, desde a formação discursiva¹ moderna, se dá, segundo Gomes² (2004), pelos meios de comunicação de massa. Caberia, a priori, destacar que indubitavelmente esse reconstrução é feita de muitas maneiras, perpassando por influências, matrizes culturais e orientações econômicas diversas, dentro outros.

Tendo iniciado com força veemente o debate sobre as questões ambientais, a relação com a comunicação, até por conta do acelerado processo de desenvolvimento dessa (televisão, internet, mídias móveis, etc.), o meio ambiente tornou-se pauta obrigatória da vida social. Das decisões do Estado, passando por organismos e esferas de deliberação internacional, até o mais simples hábito da rotina, o debate ganhou terreno vasto e se inseriu na maneira de se pensar e estar no mundo.

A criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, pela ONU, no começo da década de 80, foi um avanço significativo na definição dos impasses ambientais e na tentativa, ainda que embrionária, de buscar alternativas/saídas. A Comissão Brundtland, como ficou conhecida, apresentou, no ano de 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum*. Foi quando apontou-se, pela primeira vez, a necessidade de um modelo econômico integrado à questão ambiental, “cunhando, definitivamente, o conceito-chave de Desenvolvimento Sustentável” (VÍCTOR, 2009, p.19).

¹No entendimento de Foucault, formação discursiva poderia ser definida como acervo de regras discursivas capazes de determinar conceitos, enunciados, estratégias existências de objetos que é assimilado através da aprendizagem lingüística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir lingüísticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 2002).

² De acordo com o entendimento do autor, baseado nos estudos de Habermas, toda sociedade, toda cultura, sempre possuiu uma esfera ou âmbito social em que fatos, pessoas e idéias podem ser conhecidos por todos, independente dos assuntos, conflitos e questões. A esse âmbito social chama-se visibilidade. A visibilidade pública é o domínio da vida coletiva onde são socialmente compartilhados e cooperativamente produzidos conhecimentos, idéias e impressões acerca das questões de interesse daquela coletividade. Na Antiguidade Clássica, por exemplo, os temas concernentes à sociedade eram expostos na Ágora. As discussões que se seguiam eram abertas, assim como as deliberações. Na democracia ateniense a visibilidade pública se dava, principalmente, na constituição de espaços concretos em se tinha condições de participar das discussões. Ainda hoje esses espaços concretos existem. A sociedade moderna, de maneira singular, resgata a necessidade de tornar públicas as discussões e deliberações. Com as inúmeras transformações do mundo e com o aparecimento dos meios massivos de comunicação, a visibilidade passa a ter traços diferenciados na contemporaneidade. Agora, principalmente, a visibilidade, a publicização do que acontece, dos fatos, dos conflitos e das questões do mundo são, mediados pelos meios de comunicação. A existência social de um determinado sujeito ou acontecimento, se dá, basicamente, pela visibilidade nos meios de comunicação de massa.

O conceito, rapidamente difundido dentro da cultura popular pelos meios de comunicação, sobretudo pela prática jornalística, solidifica-se com a Conferência da ONU, no Rio de Janeiro, no ano de 1992. Foi na RIO-92 que o debate ambiental ganhou espaço definitivo. Sendo sediada num país de terceiro mundo, as relações que se davam pelo acúmulo de debate entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas na questão ambiental eram notadamente desiguais. Não se deve esquecer que os movimentos marcados pela questão ambiental apareceram, inicialmente, nos países desenvolvidos (Greenpeace, WWF, etc), onde o avanço das tecnologias e do modo de produção industrial/capitalista estava firmemente consolidado e onde, sobretudo, já existiam pesquisas e certo compromisso acadêmico em lidar com assunto.

Essa evolução histórica feita até o presente instante possibilita compreender que se é verdade que a degradação do meio ambiente sofreu um processo de aceleração avassalador desde a 1ª Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVIII, é bem provável que as lutas e estabelecimento de pautas com objetivo de promover o debate sobre preservação e problemas ambientais dificilmente poderia ter se enraizado antes da década de 60 e ganhado espaço definitivo nos anos 90. Não apenas pelas diversas condições políticas e históricas que secularmente ignoraram o debate ambiental, como também pela ausência amplamente consolidada e legitimada mundialmente da esfera pública massiva. De outra maneira, somente com a acentuação do fluxo de informações, com a troca rápida e objetiva de vastas pesquisas teóricas, com a circulação contínua e necessária de elementos que fomentasse um debate mais claro e de amplo alcance, que identificasse mudanças e expusesse as contradições do modelo de desenvolvimento predatório, é verdadeiramente possível trabalhar nos marcos de uma consciência ambiental global ou de lutas ambientais globais.

É precisamente nesse ponto que se pode assinalar sem receios a ligação umbilical das lutas dos movimentos ambientalistas, com suas bandeira abrangentes, e a comunicação social, especialmente, o jornalismo. Evidentemente não se trata de uma dependência absoluta de um para com outro, mas de uma relação interdependente, multidisciplinar, que carrega no mesmo bojo economia, política, cultura, biologia, etc. No momento em que se transitava de uma formação discursiva moderna para a pós-modernidade, o que garantiu avanços cruciais no debate ambiental foi a possibilidade de unificar, ainda que de forma fragmentada, e de ganhar setores para direcionar seus olhares sobre essa conjuntura e a necessidade pragmática de interferir nela. É o que se pode explicar a partir da ideia de descentramentos, tomando como perspectiva os

movimentos emergentes em 68 (inclusive o ambientalista), considerados como o último grande abalo na formação moderna

Eles [os movimentos] refletiam o enfraquecimento ou fim da classe política e das organizações políticas de massa com ela associadas, bem como sua fragmentação em vários separados movimentos sociais. Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores(...). Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma identidade para cada movimento (HALL, 2006, p.44)

As articulações que foram se estabelecendo nesse universo em franco processo de mudanças e de rupturas, se deu em paralelo com a evolução significativa desse debate nos meios de comunicação. E, novamente, foi no Rio de Janeiro, em 92, numa das maiores conferências mundiais para se discutir meio ambiente, ciência, desenvolvimento e combate a pobreza, que esse processo deslanchou. Até porque desse encontro, uma série de questões debatidas transformaram-se em metas a ser atingidas nos próximos dez anos; metas essas que estimularam a cobrança, a vigilância, busca e proposições dos meios de comunicação – assegurando a visibilidade e a viabilidade do tema.

A conhecida Agenda 21, um espécie de compromisso feito em escala mundial assumido na Conferência, para ser implementada regionalmente, nacionalmente e internacionalmente tendo sempre como perspectiva programas de caráter socioambiental e o respeito a idéia de sustentabilidade, foi um dos principais marcos da inserção do debate ambiental nos meios massivos na sociedade, inclusive, no próprio Brasil. A partir dela, pode-se afirmar que a temática ambiental se instaurou verdadeiramente no discurso do jornalismo contemporâneo – isto é, não pode mais ser desprezada. As notícias não podem ser obscurecidas ou ignoradas. Isso afetaria o cerne dos princípios que legitimaram o jornalismo enquanto campo, gerando desconfiança e desinteresse. Nesse sentido, abordar meio ambiente não é só uma questão de interesse público, mas de sobrevivência do próprio jornalismo frente a critérios múltiplos de coerência que existe na sociedade.

É nessa linha de comprometimento com os seus princípios legitimadores que o jornalismo segue, com muitos tropeços, vale salientar, sendo o ponto de encontro da questão ambiental em todo mundo. Foi assim quando o mundo soube e se assustou com a recusa dos Estados Unidos em assinar o Protocolo de Kyoto, em 2005, que previa a redução das emissões dos gases do efeito estufa – colocando em cheque as deliberações

da Convenção do Clima - tem sido assim com o esvaziamento de sentido provocado pelo uso recorrente e abusivo do conceito de sustentabilidade, bem como o pouco aprofundamento no trabalho de divulgação do IPCC (Painel Intergovernamental para Mudança do Clima), em 1988, ou da Rio + 10, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002.

Diversos encontros internacionais têm sido realizados na busca de estratégias capazes de conciliar o desenvolvimento econômico à preservação dos recursos naturais (...). Ao mesmo tempo, o assunto também vem ocupando cada vez mais espaço na mídia de massa. Mesmo que de maneira superficial, em alguns veículos, ou alarmista, em outros, os processos midiáticos são fundamentais no debate necessário à formação da opinião pública, sem a qual a formulação de políticas para o setor transcorreria à margem dos interesses sociais e sob a camisa de força de grupos isolados (LEVY, 2009, p.71, 72,73).

O jornalismo incorporou o debate ambiental de tal forma que os grandes temas e problemas da área não parecem causar estranheza absoluta. Mudanças Climáticas (IPCC), desmatamento das florestas tropicais (Amazônia e Mata Atlântica), energia nuclear, poluição do ar e das águas, espécies em extinção, derretimento das calotas polares, dentre outros temas se estabeleceram na cotidianidade. Uma vez estabelecido e contextualizado as condições históricas que possibilitaram o surgimento das reflexões ambientais e sua apropriação pelos meios massivos (aqui vistos como algo além de mera apropriação técnica), parte-se para um ponto central da pesquisa: a questão científica.

Passaremos pela questão da ciência e a forma como o homem mudou a sua relação com a natureza a partir do surgimento dela, destacando como o pensamento ocidental se fundamentou na superioridade da razão humana para impor um processo de dominação e de exploração. Além disso, introduzir essa reflexão, ao longo da tese sobre os meios massivos e o meio ambiente, é necessária exatamente pelo fato de que em período similar, década de 60, um abalo profundo aconteceu no paradigma científico transformando a percepção humana sobre o mundo. A compreensão dessa mudança é basilar para o entendimento das análises futuras sobre o saber jornalístico, o saber científico e ambiental retomadas posteriormente.

2.2 Transformações da Ciência e dominação humana sobre a natureza

Se por um lado devemos entender a história como processo e não como fato dado ou posto, podemos, por outro, estabelecer, a partir da hegemonia de alguns discursos em determinadas épocas, marcos históricos. Entender aqui como a ciência se tornou mais do que um mero arsenal no que tange a apropriação seguida de dominação plena do homem sobre a natureza requer uma retomada para a raiz da própria ciência, em suas formulações básicas e na sua relação com o próprio tempo espaço. A ciência é pedra chave na compreensão de “a substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente, instrumentalizado por essa mesma sociedade” (SANTOS, 2008, p. 233). Entrando nessa seara da investigação científica é que se pode compreender como essa relação de coisificação da natureza foi gradativamente acentuada até tornar-se hegemônica na sociedade.

A ação de apropriação e de dominação, causa e conseqüência que alimentam e impulsionaram o saber científico na sua base moderna, está pautada na concepção de superioridade porque partem do princípio da força humana diante do enfrentamento da natureza. Foi nesse ínterim em que se estabeleceram os avanços e as transgressões do próprio espaço, frente a essa relação homem versus natureza. Ainda no entendimento de Santos (2008), o meio poderia ser seccionado em meio natural, quando o homem tinha na natureza a oportunidade de usufruir de aspectos essenciais à vida, o meio técnico, quando se dá o surgimento do espaço mecanizado, e o meio técnico-científico-informacional. Sobre esse último recai interesse especial.

No meio técnico-científico-informacional poderia ser sintetizado como o ápice do saber científico. É sob sua égide que se construíram os laços societários e que se aprofundou nossa relação de pertencimento com o mundo e com a realidade. As mudanças que ocorrem na natureza, nessa relação com o homem, retomam a inevitável mistura de ciência, com tecnologia e com as possibilidades mercadológicas.

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato. (...) Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnização da paisagem. (SANTOS, 2008, p.238 e p.239)

Essa cientificação e tecnização da paisagem não são novas, isto é, não se tornaram parte fundadora do meio-técnico-científico desvinculada de um processo histórico, de uma determinada direção cultural, social e econômica vigente numa época. Interessa chegar até o seu âmago para assegurar com maior complexidade a compreensão da questão científica no que concerne a subjugação da natureza pela força humana. Santinini (2006) destaca como inevitável a retomada para a modernidade, especialmente, para a Revolução Industrial e o Iluminismo.

O processo de apropriação da natureza não é unicamente material, econômico, mas também simbólico. Foi assim com a construção do paradigma de desenvolvimento, intimamente relacionado com o advento da modernidade e da dualidade homem-natureza, ou natureza-cultura. Thomas (1998, p.21) observa que já na Inglaterra dos períodos “Tudor e Stuart”, a visão tradicional era a de que o mundo havia sido criado para o bem do homem. Às outras espécies cabia um papel de subordinação aos desejos e necessidades humanas. Esse recorte se acentua a do Iluminismo e da Revolução Industrial. A partir do processo de dessacralização da natureza, o homem se liberta dos limites naturais, subjugando o que passa a ser visto como “recurso”, e também dos limites sobrenaturais, deslocando para fora da natureza a concepção do sagrado. O trabalho, amparado na ciência, produz riqueza e a produção liberta-se das sazonalidades, das estações do ano, do ritmo da natureza, criando assim o seu próprio tempo. (SANTINI, p.28 e p. 29. 2006)

Interpretação semelhante é feita por Souza Santos (1989, p.6) ao afirmar que “da filosofia grega ao pensamento medieval a natureza e o homem pertencem-se mutuamente enquanto especificação do mesmo ato de criação. A ciência moderna rompe com essa cumplicidade, desantropomorfiza a natureza, e sobre o objeto inerte e passivo assim constituído constrói um edifício intelectual sem precedentes na história da humanidade (...) o de criar um conhecimento que pudesse instrumentalizar e controlar a natureza”.

A constituição da ciência moderna, nesse sentido, portanto, entrelaçada com a apropriação da natureza, e cujas primeiras raízes nasceram séculos antes com o “Renascimento” Cultural, não só tem data, como também local de nascimento: é uma ciência notadamente européia, masculinizada, cristã, e firmada a partir das matrizes culturais que constituíram aquele próprio continente.

Evidentemente a proposta de traçar, de certa maneira, uma genealogia da ciência, passa pelo entendimento de diversos pensadores sobre o conhecimento

científico e, claro, sobre a própria ignorância humana. Já nas teorias sobre o heliocentrismo de Galileu, em que o Sol era o centro do universo e não a Terra, ou mesmo em Francis Bacon pode-se vislumbrar o surgimento da ciência que, de acordo com Smith (1998, p.13),

Desde o século XVI, nas sociedades modernas, tem predominado uma forma de se pensar esta relação: a abordagem antropocêntrica ou centrada no ser humano. Essa concepção dominante da forma de como se compreende e se valoriza o meio ambiente possui muitas variações, mas, no seu âmago, encontra-se o desejo de se assegurar o domínio humano sobre o mundo natural e o de as coisas naturais existirem para o uso e bem-estar dos seres humanos.

Essa visão que a racionalidade científica sedimenta da natureza enquanto objeto de valor somente se possuir uma utilização para os seres humanos, passou a assegurar a capacidade de resolver todos os problemas ambientais ou desafios impostos pela natureza por meios tecnológicos. Smith (1998) dá conta de que a ciência foi concebida com o objetivo de desenvolver o progresso humano e de beneficiar as necessidades materiais humanas, conquistando e dominando as forças da natureza. O que tem correspondência direta com a tradição judaico cristã, tendo em vista que os ensinamentos bíblicos sempre colocaram o ser humano no centro da criação.

E, embora a ciência tenha promovido uma ruptura com o saber religioso, sob esse ponto de valorização do indivíduo elas se encontram. Até mesmo porque a dita superioridade humana se fundamentava claramente na convicção de que estes demonstravam mais aptidão para o pensamento racional, para o julgamento, para a opinião política, etc. Essa concepção não teria se sobressaído, tal como se consolidou no século XIX e XX, se Descartes (2006) não tivesse postulado seu método de estabelecimento de verdades, não tivesse duvidado ou mesmo se silenciado frente as suas inquietações. Ele foi a base para que a ciência apreendesse o mundo com o escopo de dominá-lo e de transformá-lo.

Mesmo diante de sua devoção ao Deus católico e a própria instituição Igreja, mesmo não tomando a defesa pública de Galileu quando este teve sua obra violentamente condenada pela Inquisição, foi com Descartes que o mundo conheceu a possibilidade de ruptura com o medievalismo e com o saber religioso, tornando possível apropriar-se de conhecimentos ditos mais racionalizados. Se ele não forneceu os caminhos, pelo menos, colocou nas mãos todas as ferramentas para construí-lo,

destacando a Lógica, a Geometria Analítica e a Álgebra como disciplinas imprescindíveis ao conhecimento humano.

O primeiro [preceito] era não aceitar coisa alguma por verdadeira sem reconhecê-la evidentemente como tal, isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção e em meus julgamentos só inserir o que se apresentasse ao meu espírito tão clara e distintamente que não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, em dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse, em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias para melhor resolvê-las. O terceiro, em conduzir ordenadamente os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e os mais fáceis de serem conhecidos, para pouco a pouco subir, como por degraus, até o conhecimento dos mais complexos, supondo certa ordem mesmo entre os que efetivamente não precedem naturalmente uns dos outros. O último, em fazer sempre em enumerações tão completas e revisões tão gerais, que ficasse seguro de nada omitir. (DESCARTES, 2006, p.42).

Desses preceitos, Descartes passou a compreender que todas as coisas acessíveis aos conhecimentos se deduzem umas das outras, sendo impossível deixar de alcançar alguma coisa. Em outras palavras, não haveria limites para atingir o saber máximo de tudo o que existe – não é a toa que ciência de hoje recorre frequentemente a esse discurso para legitimar-se diante do que ainda não foi alcançado, especialmente dominar a natureza que não foi dominada. Em seguida, ele complementa:

Mas o que mais me agradava nesse método era que, por ele, eu estava seguro de ter em tudo usado só a minha razão, se não de forma muito perfeita, ao menos pelo melhor que estava ao meu alcance, além de sentir, ao praticá-lo, que meu espírito se acostumava pouco a pouco a compreender mais nítida e distintamente seus objetos, e que não o tendo submergido a nenhuma matéria particular, eu me comprometia comigo mesmo a aplicá-lo tão ultimamente às dificuldades das outras ciências, como eu já havia feito com as da Álgebra. (DESCARTES, 2006, p.45).

Ainda que se possa identificar, brevemente, o imenso caldeirão de ideias que se transformou o velho continente a partir daquilo que chamamos de Renascença, somente no século XVIII que o estopim dessa revolução ganha robustez. Foi na Europa oitocentista que se consolidam as pedras fundadoras da nossa concepção acerca de ciência e de sua relação com a natureza – concepção essa que percorreu boa parte do século XX e que, de maneira geral, continua contaminando nossas formas de pensar e de compreender a realidade.

Foi com Immanuel Kant (1724-1804) que a ciência moderna encontrou sua cerca de proteção definitiva – colocando no centro o indivíduo racional e soberano diante de todos os outros. Kant talvez continue sendo o autor mais recorrente quando lidamos com o tema, visto que se debruçou durante toda vida de produção intelectual a lidar com a razão e suas muitas implicações para a mente e para a alma, para o transcendental e para o material. Naquele momento de constituição da prática científica, a necessidade de saída completa do homem da menoridade/ ignorância até o estado máximo de saber traduzia significativamente a disputa política que estava em jogo. Era o confronto de uma ordem hegemônica, já com plenos sinais de decadência, contra uma nova ordem que se estabelecia tendo como base as revoluções econômicas, técnicas e culturais.

Nesse sentido, Kant (2001) afirmou que caberia ao homem libertar-se de seus tutores, daqueles que os impediam de caminhar com as próprias pernas. Assim, a luta contínua contra os elementos impostos pela tradição, religião, fanatismo e contra a ignorância era o caminho possível para o movimento libertário de ideias e para destruição dos preconceitos e do obscurantismo. Além disso, o que se destaca nessa revolução é que Kant passou a considerar a natureza como objeto a ser decifrado pelo conhecimento e não como um livro dado onde o conhecimento pode ser obtido por simples leitura. Isso motivou o conhecimento científico que passou a desenvolver-se por meio de um projeto conciso, capaz de possibilitar interrogar a natureza para a obtenção de uma resposta.

Sinto-me lisonjeado por ter conseguido eliminar todos os erros que até agora tinham dividido a razão consigo mesma, no seu uso fora da experiência. Não evitei suas questões, desculpando-me com a impotência da razão humana; pelo contrário, especifiquei-as completamente, segundo princípios e, depois de ter descoberto o ponto preciso do mal-entendido da razão consigo mesma, resolvia-as com sua inteira satisfação (...). Com efeito, a razão pura é uma unidade tão perfeita que, se o seu princípio não fosse suficiente para resolver questões de todas aquelas que lhe são propostas pela sua natureza, haveria que rejeitá-lo, pois não se poderia aplicar a qualquer outra com perfeita segurança. (...) Nada nos pode aqui escapar, pois o que a razão extrai inteiramente de si mesma não pode estar-lhe oculto; pelo contrário, é posto à luz pela própria razão, mal se tenha descoberto o princípio comum de tudo isso. (KANT, 2001, p.6, p.10)

Assim sendo, tornou-se inevitável entender a imprescindibilidade do método, da observação, da experiência, da matematização do espaço e dos critérios de neutralidade, objetividade e de construção de verdades. Apesar de boa parte desses autores centrarem

suas análises a partir de resultados objetivos das ciências da natureza, as ciências humanas também sofrem um processo de transformação. Evidentemente, contaminou-se com o que as ciências naturais impunham. No caso das ciências sociais – importante atentar para esse universo, visto que essa fundamentação perpassa pelo terreno da sociologia do conhecimento – Comte (1798-1857) constituía um método inteiramente novo de enquadrar as ciências humanas.

Baseado nas ideais racionalistas, Comte propôs que as ciências humanas fossem tratadas com a clareza, objetividade e cientificidade das ciências da natureza. Isto é, era imprescindível tornar positiva a ciência social como forma de evolução natural das ciências. Daí surge, por exemplo, a proposição da lei dos três estados, no qual o positivista figurava como o mais valoroso. Suas ideias embrenharam-se por toda uma corrente de pensamento nas ciências humanas que acreditava seriamente que “há leis tão determinadas para o desenvolvimento da espécie humana como para a queda de uma pedra” (FILHO, 1978, p.12).

Foi assim que se firmou e se especializou a ciência moderna, incluindo as ciências humanas, com o seu discurso racionalizado. No bojo desse processo de afirmação social, não se pode esquecer aquilo que Foucault (2009) traz em *A Ordem do Discurso*: para que um discurso se faça verdadeiro é preciso que ele interdite outros tantos. Esse processo de negar outras formas de conhecimento, subjugando-os à força da verdade científica foi o que sustentou e o que continua, de certa maneira, sustentando as relações de poder e de conhecimento no mundo contemporâneo.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão(...). Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdição que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando

uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 2009, p.9)³

E, nessa linha, a ciência moderna passou a desqualificar outros saberes que não fossem científicos. Cabe a reflexão de que um saber tido como não científico só poderia ser assim considerado, através da utilização dos próprios métodos científicos. Isto incide no fato de que premeditadamente todos os outros conhecimentos são ignorados pelo conhecimento científico – sua existência de pouco valor só serve para atestar a hegemonia da própria ciência e, conseqüentemente, referendá-la como prática social de conhecimento legitimamente capaz de dar conta da natureza.

Nesse contexto de desenvolvimento europeu, por questões não exclusivamente econômicas, mas socioculturais, a ciência moderna passou a ser o saber hegemônico. E aqui não podemos desprezar a relação entre a ciência como forma de poder. Na verdade, a ciência como produto das relações de poder e como fonte capaz de criá-lo, num processo contínuo de retroalimentação.

Essa relação entre ciência, enquanto uma prática social de conhecimento, e poder pode auxiliar na compreensão da subjugação de determinados discursos ou não: quem fala o quê, por que algo pode ser dito ou não dito, o que possibilita que aquilo que eu diga seja socialmente aceito como verdadeiro, o que torna esse local de fala privilegiado, por que essa maneira de conhecimento é mais válida do que a outra, o que torna esses critérios mais rígidos e menos sujeito a erros do que outros, etc. A rigor, as condições históricas apresentadas oferecem o enfrentamento vivenciado pela ciência, pelas luzes e pela razão, diante do obscurantismo religioso. Mais do que isso, a perspectiva da ciência como poder e vice-versa é a mola propulsora para esse próprio enfrentamento.

³ Foucault nos oferece ainda, a partir dessa perspectiva de interdição de discursos, o conceito de regime de verdade. Para ele, não existe verdade em si nunca, mas uma representação da realidade. Dessa forma, uma representação implica em uma opção de interpretação de realidade, em detrimento de outras, escolha essa feita num cenário de disputa de poder. Daí que uma formação discursiva sempre sustenta um determinado regime de verdade. Isso implica em dizer que o regime de verdade não mostra todas as características do fato ou discurso sobre o qual se constrói, mas opera justamente no ocultamento das características que não lhe são úteis, coerentes e no destaque das que mais lhe importam. (SKIKI, 2004, p. 37)

Chegado a esse ponto, em que foram apresentadas as bases e as idiosincrasias da ciência moderna, cabe conceituar o conceito de hegemonia, já citado algumas vezes anteriormente, mas não devidamente aprofundado. Essa conceituação servirá não apenas para que possamos compreender com maior complexidade a posição de supremacia da ciência e da utilização mercantil da natureza fonte inesgotável de recursos para o progresso, como também o grande choque que esse paradigma sofre em meados da década de 60/70, quando emergiram os movimentos de contestação (racial, feminista, ambientalista, de gênero) clareando o entendimento das diferentes contradições de discursos, pensamentos, ideias, movimentos e forças sociais que compõem o conjunto da sociedade numa determinada época e espaço.

2.2.1 Hegemonia e Ciência

A compreensão da sociedade enquanto uma totalidade complexa e, ao mesmo tempo, composta de realidades fragmentadas nos impõem a necessidade de buscar como se estabelecem e como são possíveis que alguns discursos sejam tidos como verdadeiros e outros como falsos num determinado momento histórico. Quando se pensa na ciência e nos seus estreitos laços com as relações de poder existentes no tecido social tem-se a noção de que esse saber foi historicamente construído a partir de uma determinada perspectiva de mundo, de grupo e, por que não, de classe. No caso da ciência moderna, como já foi sinalizado, a sua origem é européia, branca, masculinizada, elitista e assentada no domínio humano sobre a natureza. Esta última vista como geradora de recursos e pontencializadora dos elementos capazes de transformar conhecimento em tecnologia – abastecendo a Revolução Industrial.

Precisamente por nos oferecer uma versão enriquecedora da sociedade é que podemos nos apropriar do conceito de hegemonia. Se, por um lado, não podemos mais lidar com o poder centralizado, com os saberes centrados exclusivamente nas mãos de uma única fonte geradora, por outro, sabemos que existe uma leitura preferencial, uma espécie de predominância, de determinados valores, saberes e conduta social num determinado momento da história. A Hegemonia, enquanto conceito dinâmico, é que nos permite compreender as relações, os tensionamentos, os limites e as contrapressões em voga nas relações sociais enquanto um processo de disputa. Nunca é absolutamente uma única coisa; nunca um discurso pode ser absoluto ao passo que todas as verdades são construídas. E quando lidamos com construção relacionamos diretamente ao

processo de disputa entre classes, grupos, setores, indivíduos em torno de uma ideia, de um pensamento, de uma prática, de um saber.

O conceito de hegemonia é fundamentalmente marxista. Na verdade, uma busca até desesperada contra o processo de doutrinação e inflexibilidade no qual o marxismo se perdia. Foi Gramsci, intelectual italiano, cujo trabalho mais denso pode ser localizado na década de 30, que tornou mais transparente a ideia de que a sociedade é sempre processo, é sempre mudança e que há sempre conflitos/tensão.

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica e cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas (...). Vemos assim, mais uma vez, a sociedade que se apresenta como uma totalidade e uma totalidade que deve ser abordada em todos os níveis. É, mais uma vez, o conceito de bloco histórico. A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção do mundo quem ela traçou e difundiu (GRUPPI, 1991, p. 70, p. 78)

Gramsci rejeitava veementemente a ideia de um determinismo mecânico, em que infra-estrutura (relações econômicas e de produção) determinava todo o resto, a superestrutura. Para ele, essa divisão absolutamente rígida não auxiliava na compreensão de que a luta pela hegemonia deveria incorporar todos os estratos da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica. O processo de resistência e cooptação, seja por meio do confronto burguesia ou proletariado, ou por outros grupos, era constante, cada qual disputando seus próprios projetos. Claro que, enquanto o projeto burguês, é, por natureza, um projeto individual, o proletariado constrói a disputa em torno de um projeto coletivo. Isso é fundamental para perceber que quando Gramsci afirmou que hegemonia não é domínio, mas disputa e disputa dentro de um campo de forças sociais, têm-se que nunca há domínio completo, nem no campo simbólico nem nas relações materiais.

Se hegemonia é relação de poder, é histórica e processual, retomando ao século XIX, pode-se compreender como se tornou possível a construção da ciência enquanto saber hegemônico, especialmente por carregar no seu projeto social os valores mercadológicos e mercantilização do mundo. Naquele momento, a burguesia inglesa, que dirigia esse processo, vivenciava o processo final de consolidação. Os pilares do

Antigo Regime estavam destroçando-se frente às novas necessidades colocadas no mundo. Uma nova ordem, portanto, se fazia urgente. Ordem essa, evidentemente, capitaneada por quem detinha os meios de produção, a força econômica e a direção/hegemonia cultural da sociedade: a burguesia.

Nesse ínterim se deve retomar a fundação da relação entre ciência e poder. A derrubada final do discurso religioso enquanto hegemônico exigia uma racionalização do indivíduo, da sociedade. Exigia também elementos capazes de explicar com objetividade, neutralidade, idoneidade e interesse público as questões mundanas. Em paralelo, se fazia urgente o combate sistemático a ignorância e às trevas que a ordem religiosa, hegemônica até então, impunha. É preciso perceber, entretanto, que uma nova hegemonia, como pensou Williams (1979) não elimina os elementos residuais e tradicionais da antiga. Se for sempre disputa, todos os discursos se tornam possíveis e devem conviver naquele bloco histórico - quase nunca harmoniosamente, claro, e nunca em pé de igualdade.

Aqui nos interessa saber também que, no caso da ciência moderna, seu processo de legitimação e aceitação social enquanto produtora de verdades se dá pela interdição de outros tantos discursos. Não somente o conhecimento religioso, mas, principalmente, o conhecimento popular, oriundo de tradições diversas e das práticas seculares, foram postos em cheque pela ciência. Na visão de Souza Santos (1989, p.31) a ciência moderna carrega nos seus ombros o fardo de ter se construído contra o senso comum, que considerou superficial, ilusório e falso. Essa seria a primeira grande ruptura epistemológica da ciência (“Como se faz ciência?”): se faz ciência contra o senso comum, contra o que é da ordem da banalidade e da opinião meramente aceita, do conhecimento vulgar, da experiência imediata, da sociologia espontânea.

Assim, uma nova formação discursiva estabeleceria os devidos privilégios à nova forma de conhecimento. Nesse bojo, novamente, entra também o jornalismo, totalmente imerso pelos ideais, mecanismos e engrenagens que movimentavam a procura de outras verdades que não fossem as religiosas ou aquelas provenientes da vulgaridade do senso comum. Verdades essas, claras, que falseiam outros discursos em nome de uma racionalidade científica. Indispensável a contribuição da comunicação nesse processo, sobretudo, quando pensamos que ela é fundamentalmente um terreno onde se desenvolve a luta pela hegemonia, terreno de disputa, responsável pelos “aparatos de significação do mundo” (HALL, 2006).

Esse paradigma, entretanto, não é o mesmo. Sofreu abalos irreparáveis nas suas estruturas. Foi no meio daquele turbilhão de novas ideias, descritos no começo da fundamentação sobre os movimentos da década de 60, que as tensões explodiram. A ciência, sobretudo, as ciências da natureza, a química, a física e a biologia, que durante alguns séculos sobrepujaram sua bagagem teórica massacrando outras tantas formas de conhecimento e provocando o desgaste da natureza com sua exploração desenfreada dos recursos para fazer mover e se consolidar o meio-técnico-científico tem seus pilares questionados. Seria aquilo que Souza Santos (1989, p.34) defendeu como a segunda ruptura epistemológica na ciência: para que, afinal, queremos a ciência?

Que ciência, afinal de contas, pode ser neutra, objetiva e isenta se ela é feita de seres humanos que, por excelência, são subjetivos, possuem interesses claros e compromissos diversos? Como desprezar o conhecimento secular das comunidades tradicionais? Como ter fé numa ciência que havia prometido os céus e produziu a bomba atômica, a hecatombe e a miséria de milhões? De que vale a corrida espacial se os cientistas não conseguiram pôr fim aos dilemas que nos afligem?

No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal. Mas sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verdade, construir um computador adequado às necessidades locais (...). A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. (...). A ciência pós moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista (SANTOS SOUZA, 2009, p.76, p.77)

Baseado nesse olhar humanizado, no forte ceticismo que os movimentos da década de 60 impõem às instituições e a ciência, é que novos saberes começavam a se articular. É quando, no pensamento de Gramsci em sua conceituação de hegemonia, as forças sociais acentuam seus conflitos e a ordem hegemônica sofreu abalos. Evidentemente, que a reação da hegemonia ao novo é sempre de tentativa de cooptação, isto é, de incorporar o novo ao que já está estabelecido para manter-se vigente.

No entendimento de Medina (2008), nasceu uma nova etapa na história. Uma nova formação discursiva. Toda fundamentação em torno da ciência moderna, flagrantemente positivista, foi desacreditada. Sabe-se que cientistas são pessoas, que

podem pertencer a corporações, repletos de interesses, inseridos no modo de produção capitalista, submetidos aos dissabores da vida cotidiana e as intempéries sociais.

Houve um período em que se tinha fé nas novas tecnologias. Essa ideologia pretendia enterrar as inquietações autorais, porque a inteligência artificial dava acesso e expansão planetária à informação de atualidade. Hoje, os pesquisadores da área e os jornalistas estudiosos se dedicam cada vez mais a decifrar a complexidade dos acontecimentos, procuram de toda forma armar (ou editar) significados emergentes com seus nexos histórico-culturais, descobrem o protagonismo social e institutos de pesquisa para diagnosticar as situações-limite. As experiências cotidianas da dor ou alegria, dos comportamentos humanos, os espantos da crueldade – eis alguns temas que desafiam a sensibilidade, a sutileza e o sentimento incômodo das mentes abertas às incertezas.

E finaliza:

O esforço de produção simbólica na direção de uma narrativa da contemporaneidade minimamente confiável não mais se valia da cartilha positivista, mas pesquisa outros horizontes em Marx, Nietzsche, Freud e Paul Ricoeur (MEDINA, 2008, p. 29, p. 30)

Os movimentos sociais passaram a clamar veementemente por visões mais subjetivas, qualitativamente mais complexas, capazes de dar conta dos muitos universos e perspectivas sociais. Entretanto, mais uma vez, cabe retomar a perspectiva da hegemonia que entende a sociedade fragmentada em disputas. Isso porque não dá para jogar no lixo todas as construções edificadas pela ciência moderna ao longo de sua existência. Até porque não há total segurança em afirmar que a transição de duas eras foi concluída; que a mudança já está processada. Já não é exatamente o indivíduo cartesiano, mas também não é o limite da radicalização da subjetividade. Já não é mais a ciência isenta, mas ainda não é a ciência completamente livre de amarras e de interpretações preferenciais.

Nessa perspectiva, cabe sim o cuidado de perceber que, se, hoje, é legítima a subjetividade, a parcialidade, é porque há espaço para as contradições. Isso, evidentemente, não exclui todos os princípios que serviram para legitimar a ciência e o próprio jornalismo. É muito oportuno, inclusive, ratificar a recorrência com o que as práticas jornalísticas, sobretudo, dos grandes meios de comunicação se utilizam para garantir legitimidade, veracidade, e, como não poderia deixar de ser, poder. Diferentes pontos de vista, fundamentado em bases diversas, entram em confronto. E a ciência, produtora de verdades, profundamente interada com o saber jornalístico, tem papel

decisivo nas questões políticas e sociais. Não é somente o que referenda, o que dá apoio, mas é o terreno onde essas disputas têm acontecido. Ciência e poder.

Uma vez traçado a constituição do conceito fundamental de hegemonia e de como a ciência se tornou hegemônica e contaminada pelas relações de poder que perpassam a sociedade, cabe agora adentrar na questão mais específica do saber ambiental – que está inserido dentro do saber científico e toca em pontos significativos como a relação desigual do homem e da natureza e a necessidade de, uma vez fragmentada a ciência cartesiana, rígida e positivista, se repensar uma nova racionalidade para as relações.

2.3 Saber Ambiental

Como num filme futurista hollywoodiano em que ondas gigantes fazem submergir Nova York, as grandes catástrofes, que nunca estiveram tão minuciosamente assistidas e lidas como nas duas últimas décadas, provocam temeridade, indignação, medo e impotência em platéias de todo mundo. É assim, feito de uma grandiosidade eloqüente, que a sociedade globalizada foi obrigada a reservar um espaço significativo nas esferas deliberativas para falar sobre os limites da ação humana. Tal como o slogan do grupo ambientalista, Greenpeace (2010), a ordem política, ao menos em tese, é de salvar o planeta “Agora ou Agora”.

O que muitas vezes parece um bombardeio desmedido de informações alarmantes, que produzem sufocamento e não raramente o desconforto de que está tudo perdido, tem forte ligação com os elementos da modernidade tardia. A ideia de que não se muda o que está posto simplesmente pelo conformismo inoperante de que não há nada melhor para se colocar no lugar, especialmente, após a falência das esperanças socialistas, se sobressai violentamente, desarticulando a mobilização política.

Embora a visibilidade maior para as grandes temáticas ambientais, como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, internacionalização da Amazônia, dentre outros, passe pelo terreno da comunicação de massa, sabe-se que a discussão ambiental está inserida em praticamente todas as micro-relações capazes de constituir o sujeito. Desde os menores círculos, até os espaços consolidados de socialização, como a escola e a universidade, a questão ambiental, definitivamente, é parte central desse

momento histórico. Com a contradição oportuna de que, se por um lado, as relações de desgaste e apropriação abusiva do homem com o meio ambiente não cessam de se aprimorar, por outro, a importante percepção de que essa relação é o que sustenta a própria vida, intensifica a disseminação desse universo nos laços societários.

A possibilidade de refutar esse quadro é remota. Nessa formação discursiva que estamos imersos ou, como defendem alguns autores, em processo de transição, emerge um novo elemento decisivo: o saber ambiental. Nas palavras de LEFF,

O saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a confluência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia – para uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura. (LEFF, 2001, p.9)

A profundidade com que a constituição desse novo saber atinge os dramas e narrativas do mundo contemporâneo é o que possibilita que novas relações e estratégias de poder sejam redefinidas em torno da reapropriação da natureza. Reapropriação essa que, notadamente, se embrenha pelos caminhos da filosofia, epistemologia, economia, tecnologia e cultura, onde podemos localizar os meios de comunicação. O debate ambiental, seja pela mera exposição dos riscos de hecatombes ou pelas mudanças de diretrizes políticas e sociais, ou mesmo pela necessidade veemente de fomentar a educação ambiental, precisa suscitar, sem receios, a ressignificação das nossas concepções de progresso, de desenvolvimento, de avanço sistemático e desmedido.

Esse processo de repensar e de estabelecer novos olhares tendo como base a visão de um mundo socialmente sustentável – não o conceito mercantilizado de sustentabilidade – é o que assegura a promoção de uma nova racionalidade social, capaz de transformar as relações de produção e de conhecimento. A emergência de uma nova racionalidade, de natureza obviamente contra-hegemônica, porque contraria o modelo presente e disputa um novo projeto de sociedade, problematiza as ciências e interdisciplina os saberes. O saber ambiental se coloca, assim, como um novo traçado dentro daquilo que se estabeleceu como campo disciplinar próprio da sociologia do conhecimento. Isso porque ele dá conta de fomentar novos paradigmas que colocam abaixo os baluartes objetivos e matemáticos do conhecimento.

A configuração desse saber ambiental, cujas origens se situam nos abalos provocados pelos movimentos de 68, decorre muito mais inicialmente da prática e da construção de uma nova perspectiva do conhecimento do que pelo acúmulo teórico/acadêmico propriamente dito. É a possibilidade de ver no saber indígena, no saber popular, pessoal e religioso, um caudaloso manancial de conhecimento. É por compreender que se tudo e todos fazem parte do meio ambiente, há de se buscar vozes dissonantes dos discursos prontos, hegemônicos.

A crise provocada pela racionalidade econômica, assentada no rígido mecanicismo cartesiano, produziu, indiscutivelmente, a degradação sistemática da natureza. Quando a exploração desenfreada dos recursos naturais se desnudou perante a conturbada segunda metade do século XX, traduzindo a irracionalidade do modelo racionalista, inicia-se, quase que desesperadamente, o debate político e teórico sobre novos paradigmas.

Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negado pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como um sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático e diverso. (LEFF, 2001, p.17)

Apesar do avanço significativo desse novo cenário, que ao romper com paradigmas velhos busca proposições mais efetivas e, por que não, radicalizadas, as pressões da ordem hegemônica atacam sistematicamente esse novo modelo. Não é a toa que o conceito de sustentabilidade, que envolve mudanças profundas na existência humana, hoje, de muito pouco vale. Completamente tomado pelo marketing das grandes corporações, usado exaustivamente por governos que nunca tiveram compromisso sócio-ambiental de fato, o conceito caiu nos braços da onda neoliberal. Já não consegue dar conta do que se propunha por servir muito mais como um selo verde apontando o que é bom, do que pela força mobilizadora, pela capacidade política de transformação.

Desnecessário talvez afirmar a participação fundamental dos grandes meios de comunicação em apaziguar as fortes tensões sociais que o conceito de sustentabilidade abarca. Quando a Comissão para o Desenvolvimento Organizações das Nações Unidas (1987), ratifica que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, é preciso buscar saber que necessidades são essas, quem as instituiu historicamente, com que propósito, em que condições para, finalmente, repensar novos paradigmas. E aí entra o jornalismo combativo, provocador – entra para alterar e estabelecer novos limites nesse jogo.

Nesse sentido, retoma-se o saber ambiental para provocar, estabelecer conflitos e quebras. É através da recusa sistemática da racionalidade econômica, que coopta processos emancipatórios e transformadores para dentro de suas fronteiras, que acontece o nascimento da racionalidade ambiental. Essa, longe dos clichês panfletários, é revolucionária porque altera, sobretudo, a nossa percepção de mundo e, conseqüentemente, nossa relação com o mesmo. Nesse ponto, trazemos a comunicação para se juntar a complexidade que envolve o saber ambiental.

Da mesma forma que o surgimento de uma nova racionalidade implica alterações significativas em todas as esferas, a partir de disputas entre forças sociais, o mesmo acontece dentro da arena dos meios de comunicação. A questão, entretanto, é que, nesse caso, incorporar o saber ambiental na prática cotidiana de comunicar massivamente, traz a tona os compromissos e pactos firmados pela comunicação, especialmente pelo jornalismo, com o seu público. Inevitável retomar a questão dos interesses públicos versus as questões privadas e particularistas. Se for salutar a proposta do “Agora ou Agora”, a intensificação dos conflitos e tensões dentro do processo de ressignificação do mundo, cuja responsabilidade desde a modernidade recai sobre a comunicação de massa, necessita buscar novas maneiras de olhar e produzir o mundo.

Nesse ínterim, a incorporação do saber ambiental como força motriz capaz de impulsionar novas práticas e saberes, não é somente inevitável, como indispensável. Mesmo sabendo que, diante de todas as contradições que envolvem a produção jornalística e a comunicação como um todo, e sabendo da impossibilidade de definir tudo em preto e branco, sabe-se que não há muitas possibilidades de fugir ao debate sobre os saberes ambientais e a conjuntura de mudanças trazidas por ele.

À medida que a Humanidade se obriga a contestar a primazia da lógica desenvolvimentista ocidental devido aos claros sintomas de desequilíbrio ambiental causados por essa lógica, o Jornalismo, se quiser contribuir para a solução dos desafios contemporâneos, necessita rever princípios e práticas, uma vez que historicamente esteve atrelado às necessidades industriais dos veículos de comunicação de massa, e seu público predominante está nas cidades, sintonizando com a proposta consumista, industrialista, cientificista. (BITTENCOURT, 2008, p. 1).

Aderir à possibilidade de uma racionalidade ambiental, capaz de colocar em igualdade o cientista do laboratório e o indígena da Amazônia, de destrinchar a objetividade e ter sensibilidade para as falas subjetivas, implica numa relação muito mais cuidadosa e uma formação teórica mais complexa pelo jornalismo. Por esse atrelamento às questões econômicas, que, claro, não exerce uma relação puramente determinista com o fazer cotidiano, o jornalismo tem sérias dificuldades em estabelecer conexões profundas entre a crise ambiental e civilizatória com o modo de produção capitalista, que, de certa forma, o sustenta. Isso, novamente, não impede excelentes produções que tem o poder de suscitar problematizações mais aprofundadas.

Embora sejam essas contradições envolvidas de um bloco histórico, tal como assinalado no tópico anterior, é preciso, nesse momento, que se intensifiquem as pressões para outro jornalismo. Para um jornalismo mais nocivo à hegemonia econômica posta. No cerne desse processo, formação e experiências com realidades diversificadas são elementos de peso incomensurável. Só para balizar esse dado, a deficiência/ carência dos profissionais ainda é tão visível que mesmo nas grandes conferências internacionais existe dificuldade em traduzir e compreender o que está sendo dito e debatido. Oliveira (1996, p.64) afirma que na Rio 92, a cobertura se concentrava no “quanto estava-se gastando com a remodelagem do Rio de Janeiro, no esquema de segurança que estava sendo montado na cidade, na possível presença de estrelas internacionais como Michael Jackson e Madonna, que não apareceram; na celeuma diplomática entre o Brasil e a República Popular da China, com a vinda do Dalai Lama, do Tibete, ao Fórum Global”.

Sabe-se que desde que o debate se enraizou mundialmente em 1972, em Estocolmo, ou até mesmo um pouco antes com a publicação do relatório do Clube de Roma, “Limites do Crescimento”, é fato consumado a inviabilidade de um projeto societário pautado na exploração ilimitada do planeta. E, no entendimento de Amorim (1996, p.34) “a história dos meios de comunicação ligada à questão ambiental é parte

desta evolução”, visto que “saíram da postura do silêncio total para outra em que os assuntos de meio ambiente consomem cada mais espaço e tempo na imprensa escrita e audiovisual”.

É precisamente por entender que o enraizamento de uma racionalidade ambiental passa necessariamente pelos meios de comunicação que cabe se aprofundar nos percalços do jornalismo ambiental. E, dessa forma, articular como uma racionalidade ambiental dialoga com a ciência, dentro de todas as transformações sofridas nos discursos científico, já explicitadas anteriormente, atingindo dimensões econômicas, ecológicas, políticas, tecnológicas e culturais.

2.4 Jornalismo Científico e Ambiental: encontros e confrontos na questão da hegemonia.

Inicio esse tópico citando um trecho de um livro, apresentado no começo da graduação, que despertou certa reflexão naquele momento, embora só tenha compreendido seu sentido nesse momento final:

Os homens sempre se comunicaram (...). É óbvio que a comunicação – processo social básico de produção e partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas – existiu desde sempre na história dos homens, e não foi inventada pela imprensa, pela TV, pela internet. A modernidade não descobriu a comunicação – apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização. (FRANÇA, 2002).

Menciono essa parte, em especial, para levar adiante as questões trazidas pela formação discursiva moderna e sua relação com as práticas jornalísticas e, de maneira mais ampla, com a própria comunicação. Os meios de comunicação e o potencial claro de amplificar vozes, papéis, de dar existência social, mobilizar, provocar, tornar possível o consenso, transformaram a comunicação numa totalidade complexa desenvolvida. É inegável a capacidade da produção jornalística em inserir-se no modo de reger a cotidianidade e nos laços societários que compõem as relações.

É sabido que objetividade, clareza, responsabilidade social, compromisso com interesse público fazem parte das premissas básicas que norteiam o jornalismo – ou pelo menos, a melhor forma de fazê-lo. Quando as lutas ambientais surgiram com maior

vigor, as preocupações com os sistemas políticos e as disputas pela supremacia mundial eram hegemônicas. Perguntas semelhantes às transformações da ciência, atingiram inevitavelmente, nos idos anos 60/70, as questões ambientais.

Afinal, qual o sentido de discutir a não utilização da energia nuclear se mundialmente a realidade exigia a desenfreada corrida armamentista da Guerra Fria? Qual poderia ser o respaldo de assinar protocolos se comprometendo a reduzir o consumo e a emissão de gases poluentes em países cujo motor da economia dependia, quase exclusivamente, disso? Mais ainda, como poderiam os países subdesenvolvidos investir na preservação de seus biomas sem poder resolver problemas básicos de infraestrutura? E seria mesmo possível mudar hábitos seculares em culturas tão distintas? A sucessão ininterrupta de questionamentos, entretanto, despontava timidamente em organizações não governamentais e grupos da sociedade civil organizada que formulavam dúvidas e necessidade de explicação diante da problemática e, ao mesmo tempo, rejeitava os mecanismos tradicionais da ação e do debate político que tanto a direita quanto a esquerda se acostumaram a fazer.

Aqui seria inadequado desprezar o avanço da globalização, processo marcante na formação discursiva pós-moderna. Nesse avanço, economias foram interligadas, ainda que desigualmente, transformações culturais aconteceram e mudanças subjetivas continuam operando. Dentre uma variedade de questões, se pode afirmar que a globalização e a revolução industrial propriamente dita, não somente contribuíram para a formação dos problemas ambientais como, ao conectar o mundo, reuniram seus conflitos e também os povos. Ainda que não se esteja colocando o global em detrimento do local, seria equivocada não abordar essas questões como parte do processo que nos constitui também enquanto cidadãos globais. Nesse sentido, falar em problemas ambientais e em comunicação de massa é também tratar de globalização, de negociação constante de questões mundiais e globais, de saber relacionar e integrar para não tornar o debate fechado, restrito e, conseqüentemente, obsoleto.

Existindo sociedade global, existe, necessariamente, uma esfera pública global e, no caso, específico do século XX e do século XXI, há também o reconhecimento notório dos meios massivos de comunicação. Quando o meio ambiente é questão difundida para além de guetos e fronteiras, apresentando-se como assunto de extrema relevância para diversos desdobramentos que afetam a vida e o cotidiano, então já não se pode ignorar o papel do jornalismo e, conseqüentemente dos meios de comunicação,

que trazem, intervém, renovam, revigoram e atuam com o problema dentro da sua esfera pública de visibilidade. Conforme Declaração da UNESCO:

A tarefa primordial do jornalista é servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica através de um apego honesto à realidade objetiva, colocando conscientemente os fatos no seu contexto adequado, revelando os seus elos essenciais, sem provocar distorções, desenvolvendo capacidade criativa do jornalista, para quem o público receba um material apropriado que lhe permita formar uma imagem precisa e coerente do mundo, em que a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e situações, sejam compreendidas de uma forma tão objetiva quanto possível (citado por CORNU, 1999, ob.cit.: 76)

Ressaltando a questão do espaço como troca pública de razões, cambio de idéias, local de disputa do discurso e do poder, o conceito é útil, em parte, para entender a relação entre comunicação e meio ambiente porque além de permitir o confronto, a divulgação e o desenvolvimento do tema frente à sociedade também fornece as bases para compreender que a luta ambiental é também uma luta por visibilidade. Isso porque existir socialmente, na sociedade moderna ou pós-moderna, passa obrigatoriamente por existir dentro desse espaço de visibilidade – local do debate e do interesse público nas sociedades massivas. E, como esse espaço constitui e é constituído pelo jornalismo, então se tem a necessidade de compreendê-los enquanto peça elementar nessa relação.

Essa relação entre jornalismo e meio ambiente, na sociedade marcada pela informação, é, sem dúvida, a configuração mais importante a ser compreendida como passo fundamental para o avanço das questões e soluções acerca de toda problemática ambiental, especialmente, no material de análise sobre a Transposição. O projeto de desenvolvimento sustentável, atrelado a questões de combate a pobreza e desigualdade social, passou a ser de interesse público. Jamais algum outro momento histórico viveu um período em que se discute e se põem em debate a questão ambiental como hoje. É o momento em que as disputas pelos espaços dos meios de comunicação tornaram-se mais acirradas e que, conseqüentemente, se criam novas perspectivas /e novos mecanismos de atuação para o movimento ambientalista.

Uma das considerações primordiais é o entendimento do jornalismo e da própria comunicação de massa como local de disputa de forças sociais e de discursos. Isso implica, conseqüentemente, na rejeição do jornalismo enquanto instância marcada por

valores rígidos de objetividade, clareza, idoneidade, imparcialidade. Se são construções sociais, partem de um contexto histórico, não podem nunca ser meramente norteadas por premissas pré-estabelecidas rígidas, inflexíveis. A partir do entendimento de que a comunicação e o jornalismo ambiental têm um compromisso inadiável com o interesse público, se rejeita a neutralidade como atributo e se firma na luta pela defesa da bio e da sócio-diversidade, no repúdio à pobreza e à discriminação das minorias.

É particularmente interessante e necessário ressaltar que as divisões do jornalismo em jornalismo cultural, econômico, político, ambiental, científico, etc., apesar de auxiliarem no plano analítico e organizativo e ser reforçado constantemente pelas editorias em quase todos os meios, não deve prejudicar o entendimento de que, antes de tudo, estamos lidando com jornalismo. Inclusive essa fragmentação dos saberes, o estabelecimento de fronteiras entre o que é científico, o que é ambiental, o que é político, etc, consegue dialogar muito bem com os interesses da pós-modernidade. O que é empobrecedor é não conseguir estabelecer as conexões, a multidisciplinaridade, desenvolver a percepção de que política é meio ambiente, que é ciência, que é cultura, que é economia, num processo ininterrupto.

Para o entendimento desse trabalho, cabe, portanto, salientar que tanto na parte teórica quanto nas análises, jornalismo, ciência, meio ambiente e outros universos que forem surgindo, estão interligados. Qualquer definição que tenha como preço estancar determinado conhecimento, isolando-o numa cerca de proteção, não é útil. O debate de Bueno (2007) revela-se primoroso para entender a conjuntura de rupturas e de monopólios e a realidade da comunicação ambiental

O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios. O jornalismo ambiental, como o saber ambiental, não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade. O jornalismo ambiental não deve, sob nenhuma hipótese, se limitar ao chamado discurso competente, como ensina Marilena Chauí, que apenas legitima hierarquias e promove o distanciamento. (BUENO,2007, p.14).

Análise semelhante faz Girardi (2009), ao afirmar que:

O Jornalismo Ambiental pode ser visto como um dos ramos do Jornalismo Científico uma vez que trata de uma área da ciência específica: o meio ambiente. Para alguns, é até impossível falar de Jornalismo Ambiental sem mencionar o Jornalismo Científico. Para nós, além das interfaces com o jornalismo científico e cívico, o jornalismo ambiental é jornalismo. A sua função é informar com qualidade seus mais diversos públicos (...). De acordo com pesquisadores da área, a principal distinção entre o Jornalismo Ambiental e o científico está na limitação deste último aos aspectos técnicos e científicos, enquanto o jornalismo Ambiental olha para as ciências ambientais, mas amplia o foco do conteúdo, incluindo fontes diretamente envolvidas com a ação ou o tema em questão, mesmo que estejam fora do campo da produção da ciência. (GIRARDI, 2009, p.95).

Da mesma maneira que se discutem aproximações e distanciamentos entre ciência e meio ambiente, entram nesse debate questões fundamentais como poder de fala, pressões, limites, disputas, e relação também de hegemonia e contra-hegemonia, na perspectiva gramsciniana dos conceitos. Exatamente, esse ponto se apresenta como um dos caminhos para compreender espetáculo ambiental, o denunciamento, a supervalorização das fontes científicas, seguindo os preceitos modernos de ciência, a necessidade de aproximar meio ambiente do cotidiano, as lutas por espaço, a adoção de estratégias úteis para promover idéias que não costumam circular nos grandes espaços de visibilidade e também a própria incorporação da causa ambiental pelos meios massivos e pelos atores que o compõem.

Tomando esse cenário conjuntural a questão da disputa contínua pela hegemonia e direção cultural de um determinado bloco histórico, pode-se assegurar a necessidade de entender a comunicação enquanto uma prática de significação num campo de forças sociais. É um elemento não somente indispensável, como também indissociável dessa análise. Tratar, portanto, de jornalismo científico e ambiental é, fundamentalmente, construir análises a partir de uma perspectiva de poder. Quando o jornalista busca respaldar a legitimidade de sua prática, ou mesmo garantir a veracidade de seu discurso, o apelo se direciona na busca das fontes científicas, nos argumentos produzidos a partir da concepção de ciência enquanto geradora de verdades. Verdades essas, claro, que apesar de não mais tão incontestáveis como antes, continuam tendo forte capital simbólico e material.

Mais do que uma simples prática cotidiana de realizar uma cobertura, deve-se perceber a forte ligação quase umbilical da ciência com o jornalismo, e que, inevitavelmente, se dissemina nas questões ambientais. Daí a importância de entender

essa ciência, centrada no conhecimento e apoderamento da força das ciências da natureza, positivista, objetiva, neutra, rígida, reside no fato de que o próprio jornalismo se legitima socialmente tendo como base esses valores. A prática jornalística nasceu baseada nos critérios que regeram a formação da própria ciência. A necessidade de formar a opinião pública, de educar pedagogicamente a sociedade para o que estava nascendo é, indubitavelmente, o que fortalece a prática do publicista e do jornalista. Os preceitos e a inflexibilidade na produção de verdades, assim como a postulação de um local de fala privilegiado, passaram a garantir amplo diálogo e troca de prestígio e legitimidade entre ciência e jornalismo.

Um grupo de pressupostos políticos e sociais oriundo das tradições liberais tem emoldurado o jornalismo ocidental por quase dois séculos (...). Nos discursos dominantes do jornalismo, como nos textos do neo-marxismo, a racionalidade do Iluminismo aparecem de forma proeminente. Nós encontramos essas premissas, fortemente, familiares como uma noção da capacidade racional de prover conhecimento seguro sobre o mundo, a possibilidade de representação desproblematizada de tais conhecimentos, a convicção no sujeito integrado e autônomo e a tendência para os dualismos e polaridades entre pólos como racional/ irracionalmente/ matéria e lógica/ mítico(...). É interessante notar, de passagem que, na história do jornalismo, os conceitos centrais como objetividade e imparcialidade entraram nos textos canônicos em torno da virada do século. (DAHLGREN, 2000, p.8 e 9)

Foi, portanto, pela ordem histórica que jornalismo e ciência se confundem constantemente; quando não caminham juntos, ao menos, dialogam. As suas origens-consolidação remontam ao Iluminismo, à era da razão, à própria preocupação dos setores intelectualizados para com a eliminação das trevas e obscuridade em que permaneciam imersos o povo, as massas. Além disso, o que podemos assinalar é que mesmo com os abalos desse paradigma, o jornalismo, de uma forma geral, continua se valendo dele na construção dos saberes e práticas cotidianas.

A ciência fornece subsídios para que o jornalismo seja constituído como forma segura na ressignificação/ reconstrução mundo, e o jornalismo fornece o respaldo e o terreno ideal para tornar possível a prática científica. Com o meio ambiente, o jornalismo pode ir até a ciência para apontar causas, desafios, impasses e soluções, assumindo, dessa maneira, lugar de falar privilegiado nos problemas ambientais contemporâneos. Isso, de fato, acontece o tempo todo. Sabe-se do debate sobre a internacionalização da Amazônia, sobre o efeito estufa, sobre o degelo no Ártico, sobre

a extinção de espécies raras na África, ou mesmo sobre a transposição do rio São Francisco, a partir da leitura que o jornalismo tem sobre esses acontecimentos. Aqui retomando o que havia sinalizado no começo da monografia: a experiência direta com o mundo já não é mais suficiente para entendê-lo em suas complexidades.

Da mesma forma, a ciência precisa balizar seus estudos, dados, análises e diretrizes pela esfera de visibilidade pública mundial, que é constituída pela comunicação massiva. Em outras palavras, meio ambiente, ciência e jornalismo são interdependentes.

No Brasil essa interdisciplinaridade dos meios de comunicação e ambiente vêm crescendo gradativamente. Na Televisão, em seus canais abertos, o número de programas que tratam do meio ambiente aumentam. Cada vez mais, mesmo os que não possuem exclusivamente essa temática ambiental, esporadicamente encontram espaço para exibir sua postura em relação à natureza. Na TV a cabo, a temática é um pouco maior. São criados e exibidos programas, documentários com diversos temas, de todos os lugares do mundo, com foco na preservação ambiental. Podemos citar ainda o cinema, o jornal e a internet, onde ONG's procuram informar os interessados na preservação da natureza, trazendo dados científicos. (CONSENTINO, 2007, p.43)

Essa complexificação das relações, evidentemente, traz a tona novas responsabilidades que não podem ser dirimidas sob a égide do vale-tudo pós-moderno. O jornalismo científico e ambiental lida com ação antrópica sobre o planeta. Lida com impactos de escolhas e modelos, com ceticismo, com informações privilegiadas e necessárias no esquadramento das relações sociais. Precisa, por essência, ser um jornalismo capaz de dar conta da inclusão social e política, de maneira holística. De nada adianta debater o crescimento econômico da China sem colocar em xeque as consequências ambientais trazidas por esse fenômeno. No Brasil, enquanto o governo celebra a descoberta do pré-sal e joga para escanteio o acúmulo que o país vinha tendo no debate sobre energias limpas e o fim da era do petróleo, qual deve ser a intervenção dos meios de comunicação? Meramente factual, despretensiosamente sem compromisso, de conluio face às benesses econômicas, ou de conflito e tensão permanente? É moralmente aceitável fazer jornalismo sem interceptá-lo de modo assíduo com a ciência e, por conseguinte, com o meio ambiente?

Esses e tantos outros questionamentos não podem ser resolvidos de maneira simplificada. Têm-se as contradições e, retomando o conceito de hegemonia, as disputas

em torno de discursos, de projetos. Não por acaso, que nem sempre as opiniões científicas, pautadas nos pilares da modernidade ou mesmo nas questões mais humanas e subjetivas, são validadas perante a construção da prática jornalística. Como todo campo de forças sociais, há interferências de ordem financeira (comunicação é dispendiosa) e política. As questões políticas, por exemplo, entram com peso no debate sobre o São Francisco, como será verificado mais adiante.

É fato indiscutível que o debate ambiental está permeado por interesses econômicos e políticos, cujos atores sociais se recusam a pensar além do aqui, agora. Existe um tensionamento permanente na sociedade entre comunicação e meio ambiente (...). A mudança estrutural passa pela alteração da cultura ambiental, da mídia e dos cidadãos, o que só é possível pela informação e conscientização da gravidade dos problemas e sobre as relações estreitas entre a ação predatória dos homens e os diferentes fenômenos a que, cotidianamente, assistimos. (CALDAS, 2009, p.53)

Feitas essas considerações, parte-se para a contextualização do rio São Francisco através de uma leitura histórica.

3 CAPÍTULO II

3.1 O Rio São Francisco: Breve Histórico

A maneira mais adequada de buscar uma definição para o rio São Francisco é, de fato, adotando a expressão que historicamente o tem cunhado com o “rio da unidade nacional”. A relevância das águas do rio São Francisco, hoje, comumente interpeladas pela questão polêmica da transposição, é absolutamente complexa no que tange ao desenvolvimento socioeconômico de toda região atingida pela sua Bacia Hidrográfica e para a própria formação do Brasil. Sem nenhum comedimento, a configuração sócio espacial do país foi constituída e profundamente alterada, ao longo dos séculos, em boa medida, pelos processos e ciclos econômicos, culturais e políticos em torno do Rio.

O São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e percorre cerca de três mil quilômetros⁴, pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e, finalmente Sergipe, onde despeja suas águas no oceano Atlântico. A Bacia Hidrográfica do São Francisco, de maior amplitude, representa cerca de 7,5% do território nacional e é habitada por 9,6% da população brasileira, cerca de 16 121 309 habitantes. (Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, Ministério do Meio Ambiente, 2009). Apesar da importância significativa dos dados estatísticos que, atualmente, se transformaram em alvo preferencial nas disputas políticas sobre o que é mais verdadeiro na transposição, para não cair nas impressões pouco sedimentadas de argumentação, no que concerne às diferenças socioeconômicas da região, é necessário resgatar os laços de historicidade do objeto de estudo em questão.

O São Francisco tem se apresentado para o país como uma imensa possibilidade desconhecida no seu todo - poucas vezes se consegue analisá-lo em sua completude. Num minucioso e difícil processo de levantamento bibliográfico destinado ao tema, capaz de abarcar informações para além de um mero capítulo pouco informativo nos livros didáticos de geografia, a primeira constatação que podemos aferir é que durante

⁴ Em relatório produzido no ano 2000, pela Fundação Movimento OndAzul, a extensão precisa é de 2660 km. As variações são constadas em outros autores: Larceda (1965) oferece o número de 2.920 quilômetros; Rocha (2004) situa esse número em 2.716 quilômetros. Nota-se também que essas definições são, na maioria das vezes, provenientes dos referenciais geográficos adotados pelo autor. Como, nesse caso, a estatística interfere muito pouco na proposição central da pesquisa, adotamos a média aproximada de três mil quilômetros.

toda a história brasileira, intelectuais, jornalistas, políticos, engenheiros, técnicos, religiosos, lideranças comunitárias, ministros, entre outros, tem se dedicado a estudar o São Francisco. Estudar e, concomitantemente, propor formas de aproveitamento das águas, investigando sua força geradora de riquezas nacionais. Essa vasta literatura, entretanto, encontra-se dispersa e pouco utilizada.

As primeiras civilizações a deixarem registros orais ou escritos sobre as áreas próximas ao Rio, costumavam tratá-lo pelo nome de Opará. Embora, se possa presumir que as civilizações pré-colombianas/ indígenas tenham sido as primeiras a desenvolver a interação harmoniosa com o Rio, poucos registros ou vestígios existentes, não só pelas intempéries naturais como também pela ação genocida empreendida pelo colonizador, tornam impossível reconstruir esse passado de maneira fidedigna ou pelo menos próxima. Exatamente por esse motivo o ponto de referência para essa partida incide na versão contada pela visão e discurso do europeu, do dominador branco, homem e cristão.

Nos acervos pesquisados, Lacerda (1965, p. 15), fundamentado nos estudos de outros pesquisadores e em documentos que datam do período embrionário da colonização, dá conta de que a descoberta ou achamento (aqui não cabe a polêmica em torno da terminologia), aconteceu em 1501, precisamente, no dia 4 de outubro, dia, no calendário cristão, em que se celebra o santo São Francisco. Quando Américo Vespúcio e André Gonçalves avistaram a enorme foz do Rio se encontrando com as águas calmas e pouco exploradas daquela parte do oceano Atlântico, pouco mais de um ano após a chegada portuguesa em Porto Seguro, atual região do Sul da Bahia, tem-se início a narração oficial do homem dito civilizado com o Rio.

Inicialmente, se levarmos em conta que a expedição de Américo Vespúcio tinha como escopo buscar riquezas abundantes e possíveis rotas que conduzissem expedições para as terras do interior, têm-se seguramente pistas de que o desenvolvimento da colonização, até então incipiente, se daria notadamente marcada pela exploração predatória e desenfreada dos recursos naturais. Mesmo o estuário do Rio, na região, hoje compreendida pelo Estado de Sergipe, o tamanho e a “formosura” da vista impressionaram, desde aquele dia 4 de outubro, os viajantes na caça por riquezas.

Nos mapas de 1502, de Alberto Cantino, bem como no Atlas de Kuntsmann (1503), incluíam o Rio figurando entre o cabo de São Miguel e a Baía de Todos os Santos - essa também descoberta por Américo Vespúcio. A descoberta do Rio, naquele momento, teve implicações na divisão geográfica da Colônia, uma vez que definia os

limites entre as repartições das capitanias de Pernambuco e da Bahia, tornando Duarte Coelho, responsável absoluto pelo Rio.

Como bem destaca o historiador Campos (1999), é sabido, entretanto, que os trinta anos iniciais da colonização luso tinham produzido poucos impactos tanto para a vida colonial quanto para as benesses esperadas pela coroa portuguesa em seus domínios ultramarinos. As poucas autoridades que se submetiam à viagem infernal entre Portugal e Brasil, numa aventura marcada pelas incertezas, tinham de viver sob a inexistência de uma infra-estrutura nos pequenos povoados e agrupamentos humanos e sob o risco de ameaças e ataques assíduos das tribos indígenas.

Se de um lado a descoberta do Novo Mundo, no século XV e XVI, suscitava a possibilidade de abundantes riquezas e inesgotáveis territórios para exploração descompromissada, por outro, as grandes potências ibéricas demonstravam pouco interesse em constituir um projeto mais contundente para as colônias nos anos iniciais. Especialmente Portugal, cujos lucros obtidos com o comércio oriental e com o domínio de rotas estratégicas, satisfaziam a elite, tradicionalmente, ociosa daquele país. Além disso, o Tratado de Tordesilhas, que dividia o mundo conhecido entre Portugal e Espanha, sob respaldo da soberana Igreja Católica, deixava a comunidade ibérica na confortável e legítima posição de reis do mundo.

Exatamente por essa conjuntura e pela falta de um projeto e, sobretudo, de vontade política que a colônia mergulhou no caos absoluto – não havia controle, autoridade ou coroa capaz de mediar todos os conflitos que explodiam entre os primeiros colonos e os índios. Os poucos investimentos feitos, até então, não haviam rendido nada para além de prejuízos, perdas e revoltas. Para tentar reverter esse quadro de abandono completo da administração, Portugal decidiu pela implementação do sistema de donatarias. E, como se sabe, a adoção não passou de crônica de uma morte anunciada.

As capitanias hereditárias, implementadas em 1534, criadas com a proposta de colocar a colônia sob a administração política e econômica de homens de confiança da Corte lusitana, tinham ido à bancarrota. A maioria dos capitães – ao todo foram 15 lotes divididos em cinco mil km de costa (BUENO, 2006, p.23) - nem se deram ao mínimo esforço de cruzar o oceano para conhecer suas terras além-mar. Os poucos que se arriscaram nessa empreitada, minimamente confusa, não conseguiram lidar com as idiossincrasias da vida colonial – incluindo aí a hostilidade indígena, a falta de investimentos do rei, o desconhecimento quase que completo do solo local e das

possibilidades de aproveitamento agrícola. Somente a capitania de Pernambuco havia conseguido algum êxito.

Nesse sentido, o apelo desesperado das autoridades locais para que a Corte interviesse nas suas propriedades, deflagrou o processo que definiria toda a formatação do mundo colonial e a conseqüente exploração das riquezas naturais: a constituição do governo-geral. E foi também, nesse momento, que surgiram as bases para todo o processo de desenvolvimento em torno do Rio São Francisco. Em 1549, desembarcou na Bahia, a caravana de Tomé de Souza, primeiro governador geral. Nela, se encontrava Garcia D'Ávila, precursor dos bandeirantes e o homem responsável por dar o pontapé inicial na colonização em torno das margens do São Francisco.

3.2 Povoamento e Exploração

Em terras estrangeiras, o caminho mais seguro para conhecer a região é pelas águas, por ser um via propícia natural. Essa formulação, correta do ponto de vista logístico, deu a brecha necessária para que se conduzisse a subida do Rio pela sua foz. Uma vez obtida às grandes sesmarias, com Garcia D'Ávila, o gado trazido pelas caravelas multiplicou-se com rapidez; contra os selvagens, aproveitou vargedos, vazantes e carnaubais para o desenvolvimento da pecuária no vale.

Garcia D'Ávila é um dos grandes vultos da história da pátria. Penetrando pelo vale do São Francisco, do norte para o sul, em direção oposta à corrente, ele escolheu pontos apropriados, construindo currais primitivos, deixando em cada um deles uma casa de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de eqüinos, lançando assim a semente da maior e mais notável das riquezas nacionais. (...). As embarcações rudimentares que transportavam os emboabas e os víveres para os garimpeiros ou a carne e os couros para os engenhos foram fatores decisivos que auxiliaram a manterem a unidade nacional. (ROCHA, 2004, p.42).

Assim, foram-se espalhando os currais pelas margens do São Francisco e nos seus afluentes, propagando-se pelos sertões nordestinos de Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão. Estava lançada a base da formação do

Brasil sertanejo, sobretudo, porque era da carne do gado que se alimentava a população litorânea, à época da civilização do açúcar.

Embora a criação do gado tenha sido decisiva na caracterização do povo sertanejo e de mudanças profundas nas relações econômicas que se estabeleceram, pode-se definir que as grandes viagens de explorações pelo Rio foram mesmo motivadas pela procura de Ouro e de outros minérios valiosos. A crença de que o nascedouro do Rio estava assentado sob o El-dourado, associada à avidez portuguesa por encontrar em terras brasileiras a sua Potosí⁵, justificou o investimento de expedições sucessivas pelo São Francisco.

Esse fato possibilitou não somente o contato com regiões até então desconhecidas, mas foi, gradativamente, estabelecendo pontos de comércio e de intercâmbio entre diferentes pontos das comarcas. Para além disso, mesmo com a proibição de escravização dos indígenas, por conta do ideal jesuíta de salvar os selvagens e, claro, pelos lucros obtidos pela coroa com a escravização negra, não era incomum que nativos participassem das expedições como guias ou servindo ao colonizador.

Nesse ínterim, em que do norte e do centro partiam e se fixavam missões, a concentração da propriedade privada da terra, os grandes latifúndios já faziam parte da realidade em torno da Bacia Hidrográfica do São Francisco

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. (...) A abundância das terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. (HOLANDA, 2008, p.48).

Para se ter ideia do que significava a concentração da propriedade rural na colônia, basta saber que antes mesmo do Rio ser totalmente descoberto, ele já se encontrava completamente distribuído. A posse nas mãos de um seleto grupo de homens, que detinha gigantescas propriedades, desconhecidas até por eles mesmos, suscitou o nascimento de um dos maiores desafios do Brasil contemporâneo: o impasse, aparentemente sem solução próxima, da questão agrária.

⁵ De acordo com Eduardo Galeano, em *As Veias Abertas da América Latina*, as minas de Potosí, na Bolívia, representaram o próprio sonho de conquista do Eldorado. A quantidade de ouro e minérios valiosos extraídos sob a perda de centenas de milhares de vidas humanas, fomentou por toda Península Ibérica o desejo de procurar semelhante fonte na colônia brasileira.

Em paralelo às possessões e ao baronato que se consolidava, nasciam as contradições do homem sertanejo; a sua miséria, a sensação de abandono e esquecimento pelo poder público, os ideais de justiça com as próprias mãos, o fanatismo religioso, a crença nos valores cristãos e a esperança de salvar-se no fim de tudo.

Inicia-se com semelhante gente a vida do rio. Pode-se dizer, sem impropriedade, que a vida do rio era algo autônomo. Sua economia, assegurada pela troca de produtos subindo e descendo o rio. Sua sociedade, organizada em base feudal, cobrando os sesmeiros o foro e a vida dos habitantes de suas terras, com a diversão da caça aos índios e uma vida de medíocres necessidades, amplamente satisfeitas pela relativa riqueza de instalações e de vestuário entre populações miseráveis, tudo fechava num mundo à parte o mundo do S. Francisco – aquela rude sociedade, incompreendida e esquecida. (LACERDA, 1965, p.27)

Há no povoamento do São Francisco uma particularidade que não pode ser ignorada. Essa não foi uma civilização litorânea, não esteve alinhada com as transformações culturais em processamento nos centros urbanos. Na visão de Ribeiro (2007, p.320), “a sociedade sertaneja do interior distanciou-se não só espacial, mas social e culturalmente da gente litorânea, estabelecendo-se uma defasagem que opõem-se como se fossem povos distintos”. Tratava-se fundamentalmente de uma economia retardatária, em que os sanfranciscanos sofriam com o isolamento da população dos sertões, sem comunicação estável com o litoral, submetida aos julgamentos dos mandatários e, futuramente, dos coronéis.

A própria literatura brasileira, especialmente, do começo do século XX, com Euclides da Cunha retoma os aspectos sofridos do embrutecimento do Brasil Sertanejo. A miséria social e humana disputando espaço pela própria sobrevivência frente ao coronelismo, aos confrontos de posse de terra e ao descaso do poder público perpassaram pelos séculos e pelas relações de poder aí inseridas. A imagem das casas, do chão partido, dos açudes secos e do gado morto, cantada nos versos de Luis Gonzaga, de certa forma, representam o drama secular do sertão. Sertão, evidentemente, de muitas contradições.

É bom destacar esse distanciamento porque através dele ainda se dá o nosso olhar sobre o sertão – o olhar hegemônico presente nos grandes centros urbanos da faixa litorânea que vê no nordestino sertanejo a imagem do bruto, sem educação, irrecuperável. Olhar hegemônico e, quase sempre, determinista porque condena previamente o sertão a ser tratado como espaço marcado por adversidades em que não

há produção científica, em que não há escolas decentes, universidades, em que não há autoridades política, cultural e social à altura dos grandes centros. Olhar hegemônico porque estabelece o preconceito de classe e de raça subjugando-o à hegemonia cultural, econômica e política do centro sul do país. Fundamental esse entendimento para a própria análise posterior do material dos meios de comunicação sobre a transposição.

Posto isso, é precioso perceber que a função histórica desse espaço, bem como seu papel enquanto palco de conflitos e tensões sociais tem raízes coloniais. A chegada do português ao interior do Brasil, pela criação de gados e pela busca de minas, através do São Francisco, que, juntamente com as vias marítimas, nos impele a concluir que essas duas rotas podem ser considerados os dois grandes caminhos da nossa civilização. O percurso do São Francisco é o que permitiu essa comunicação estratégica – impedindo, por exemplo, a fragmentação da unidade federativa. O Rio foi o que manteve a ligação entre o centro do Sul – Rio, S. Paulo, Minas -, e o centro do Norte – Bahia, Pernambuco – que eram, até o século XIX, os grandes núcleos econômicos e políticos.

Para se ter uma breve noção dessa força econômica, ao final do século XVI, o rebanho dos criadores de Bahia e Pernambuco atingiam cerca de 700 mil cabeças (RIBEIRO, 2007, p.307), alastrando-se por todo território sertanejo, atingindo as terras do Piauí e do Maranhão. Esse número dobraria até o final do século seguinte. Em paralelo, as populações miseráveis buscavam sustentação no extrativismo. Na relação, inclusive, com a própria pesca e queima de áreas para plantio e cultivos de subsistência. Portanto, estabelecendo formas específicas de sobrevivência a partir da relação com a natureza.

A expansão da civilização pelas margens do Rio, evidentemente, inaugurou a relação de exploração predatória, agressiva. Quando não atacava o Rio propriamente dito, jogando os dejetos, que só tenderiam aumentar com a complexificação dos aglomerados humanos, atacavam as matas ciliares – na busca de madeiras de qualidade para fabricação de produtos ou para infra-estrutura. Mesmo no começo do povoamento, a mata atlântica foi a primeira grande vítima da exploração. Até mesmo pela forma desordenada como essa ocupação humana se deu, baseada na livre expansão dos gados e dos currais, sem nenhum planejamento, já se podia ter uma ideia breve das conseqüências ambientais provocadas pelo avanço na região. Problemas esse, novamente, que se acentuaram à medida que cresciam as necessidades e a capacidade

técnica de exploração das águas e novos apetrechos tecnológicos, mais eficazes, desembarcavam nas terras brasileiras.

O que interessa aqui notar é que a colonização não se orientou no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para satisfação das necessidades materiais da população que nela habitava. Daí sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos. (PRADO JUNIOR, 1961, p.67)

Com o esgotamento do ciclo do ouro, em Minas Gerais, pode-se dizer que o século XIX assistiu à falência da região franciscana. Se antes, o isolamento era facilmente notável, a crise econômica e política na faixa litorânea praticamente tornaram invisível a região frente à administração central. O Nordeste havia perdido definitivamente o posto de centro financeiro do país, o ciclo da cana ruiu diante da concorrência holandesa nas Antilhas e as relações de produção já estavam profundamente alteradas pelas grandes mudanças e revoluções técnico-científicas vivenciadas no Velho Mundo.

Embora date daquele período as primeiras grandes discussões sobre possíveis intervenções do Estado na tentativa de potencializar o São Francisco como força econômica, a realidade era que milhões de sertanejos se viam cercado pela fome, miséria absoluta e esquecimento. Para agravar o quadro, uma questão comum que afligia o sertanejo e que, posteriormente, serviria de motivo para a transposição de águas do rio São Francisco: as secas nordestinas.

3.3 As secas

Na construção do nosso imaginário coletivo referente à temática da seca, a literatura brasileira é certamente uma das protagonistas. Ora por ser precursora na denúncia da questão quando o poder público a silenciava, ora por ter sido decisiva em espelhar e embasar reflexões mais profundas em outras esferas sociais. É, nesse

sentido, que as representações sociais (HALL, 2002, p.2), escritas pela literatura nacional em tintas dramáticas e opressivas, podem iniciar um processo de discussão sobre seca a partir do entendimento de que a mesma se estabeleceu como um elemento necessário para a manutenção de uma determinada ordem hegemônica no país, especialmente, no Brasil Sertanejo.

Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinha Vitória, as palavras que sinha Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, medidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes (...). Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos (RAMOS, 2003, p.127 e 128)

A passagem final de *Vidas Secas* é a construção simbólica do processo de expulsão do povo sertanejo para os bolsões de miséria da vida urbana. Esse vigoroso ciclo em que “homens fortes” são coagidos pelas condições degradantes de existência a abandonarem o sertão impele a uma análise mais rigorosa sobre o que é, afinal, a chamada seca, sobretudo, porque ela é a principal justificativa para a transposição das águas do Rio. E já no começo dessa análise, o entendimento central é que, antes de ser uma questão imposta pelos ciclos da natureza, a grande problematização em torno das secas nordestinas, bem como suas contradições, desdobramentos e conflitos, é, fundamentalmente, da ordem política.

Nesse tópico, portanto, não nos interessam esmiuçar as secas mais agressivas, as que provocaram maior destruição ou as medidas adotadas pelo governo para “combater” as secas dos primeiros anos do século XX, etc. O fundamental nesse desenvolvimento é o entendimento da seca enquanto elemento político, de manutenção de uma ordem, e de geradora de privilégios para determinados grupos. Não é um histórico das secas, mas uma busca na história da seca enquanto elemento constitutivo/mantenedora de interesses políticos.

Do ponto de vista da geografia, Adas (2002, p.340) ao tentar destrinchar as causas específicas das secas conclui que o estudo sobre o semi-árido decorre de uma “conjugação de fatores ainda não convenientemente explicados”. Embora não exista um parecer preciso dentro da norma, rigor e método das ciências da natureza têm-se alguns indicadores. As grandes chapadas, algumas com até 600 m de altitude, constituem-se

como verdadeiro obstáculo à penetração de massas de ar para o interior. Nesse caso, quando o ar encontra com essas barreiras naturais, ocorre a ascensão e condensação do mesmo, provocando, nas chapadas, as chuvas de relevo ou chuvas orográficas. Exemplos claros, capazes de sustentar essa hipótese, seriam a Chapada Diamantina e a Chapada da Borborema.

Além disso, uma grande célula de alta pressão sobre o sertão nordestino acabaria por impedir ou dificultar a penetração da massa equatorial continental, originada no noroeste da Amazônia, caracterizada por ser quente e úmida e por gerar chuvas, da massa tropical atlântica e da frente polar atlântica, necessárias para que incidência de chuvas naquela localidade⁶. Em muitos casos, entretanto, as chapadas formam verdadeiros vales ou gargantas, criando espaço para a penetração da massa de ar. Quando isso acontece tem-se a formação dos brejos, áreas no próprio semi-árido cujo verde e a presença de água associada à riqueza do solo formam oásis cobiçados na região.

De certa maneira, isso explica as médias térmicas anuais elevadas (em torno de 28°) do clima do semi-árido. Esse, por sua vez, tem como característica principal a irregularidade das massas de ar – ratificando as influências do relevo, vegetação, nos longos períodos de estiagem. No geral, os índices pluviométricos (entre 250 e 600 mm anuais) costumam ser baixos, agravando-se nos meses do outono, do inverno e parte dos da primavera, quando ocorrem longos períodos de seca.

Embora isso afete significativamente a vida local, provocando conseqüências diversas, não cabe lidar com essa situação de forma quixotesca⁷. Os longos períodos de estiagem, se são combinações de fatores da natureza, fazem parte indissociável no panorama da região. Ariano Suassana⁸ freqüentemente provoca o tratamento dado a esse embate por sucessivos governos em todos os níveis afirmando que “um departamento de combate à seca no Nordeste equivale a ter um departamento de

⁶ ADAS destaca ainda que outro fator para a baixa umidade nas massas de ar que penetram no semi-árido deve-se também ao encontro das mesmas com a corrente de Benguela, nascida nas latitudes médias do Atlântico Sul. A referida corrente marítima exerce influência, por ser fria, na redução de chuvas nas áreas por onde passa. Provoca também a queda de temperatura do ar atmosférico e, ao cruzar com as massas de ar, especialmente nos litorais do Rio Grande do Norte e do Ceará, faz com que as mesmas sofram condensação de seu vapor d'água gerando chuvas no oceano e não no continente.

⁷ Referência aos delírios de Dom Quixote, personagem que dá nome ao livro homônimo de Miguel de Cervantes. Quixote, sem nenhuma lucidez, acreditava que duelava com gigantes monstruosos, quando, na verdade, lutava somente com inofensivos moinhos de ventos.

⁸ Escritor brasileiro conhecido por reconstruir, através do imaginário popular, o Nordeste Brasileiro. A forte presença do regionalismo em sua obra o consagrou como um dos mais representativos expoentes do realismo fantástico no Brasil.

combate à neve na Sibéria”. Mesmo que seja fato consumado que os longos períodos de estiagem, característica principal da seca, é parte inexorável da combinação de fatores variados da natureza como clima, vegetação, formação rochosa, localização geográfica, entre outros, as gestões municipal, estadual e federal insistem, muito provavelmente como parte de uma retórica demagógica, em discursar para o povo sertanejo prometendo o combate à seca, ao fim dela.

Os graves problemas do sertão não podem ser atribuídos a fatores naturais. Mesmo após a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, não foi elaborado um plano real de irrigação e alteração da estruturação fundiária, altamente concentrada. A destinação de verbas limitou-se a atender, e de forma insuficiente, a construção de açudes e a formação de frentes de trabalho. Os investimentos estatais e o processo de desconcentração econômica no país criaram no Nordeste pequenos enclaves de desenvolvimento, e o Sertão foi o menos beneficiado. (SENE e MOREIRA, 2002, p.258)

Em que pese às forças da natureza, isso não significa, sob hipótese alguma, afirmar que viver numa região seca seja sinônimo de uma região inóspita, principalmente, quando essa dita “região seca” é o nordeste brasileiro. Inclusive, a seca em si não implica necessariamente na ausência completa de recursos hídricos.

O Nordeste tem 70 mil açudes, é a região mais açudada do planeta, nos quais se acumulam 37 bilhões de m³ de água (um terço do que o São Francisco despeja no mar a cada ano); um açude a cada 14 km². Só os 27 maiores açudes acumulam 21,54 bilhões de m³ (11 vezes a água da Baía de Guanabara). O Semi-Árido é uma ilha cercada de água doce por todos os lados. (NOVAES, 2010)

Essas informações transcritas por Novaes (2010), a partir da obra de Bonfim Ribeiro (2010), “As potencialidades do semi-árido”, levaram-no a afirmar que “o problema da água no Semi-Árido é de gestão, não de escassez”. Se de um lado a abundância de água entra nitidamente em contraste com as imagens do gado morto, do chão partido, a incidência solar sobre a região, por conta de sua localização geográfica, que, aparentemente, poderia ser a grande vilã a ser contornada é, indubitavelmente, fonte inesgotável de riqueza. Graça ao privilégio de estar situada nessa zona do planeta, o sertão tem potencial de produção energética único. É para isso que Vidal (2004) foca sua atenção.

É necessário levar em conta o fato extraordinário de que a totalidade da região envolvida é tropical, fartamente alimentada com a radiação eletromagnética solar. Esta, combinada com a abundância de água, permite a transformação da radiação em energia química armazenada em biomassa, composta por carboidratos como açúcares, amidos, óleos vegetais e celuloses, que permitem produzir combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, substitutos dos derivados de petróleo e do carvão mineral, além de produzir energia elétrica e mecânica e vasta gama de matérias-primas essenciais renováveis e biodegradáveis. (VIDAL, 2004, p.5 e 6)

E complementa, com aquilo que na sua compreensão, deve ser assentado o debate sobre a seca:

O que irrita é a inoperância, a descontinuidade e a falta de motivação patriótica de dirigentes ao longo de nossa história. Também a evidência da natureza perversa de falsas teorias, que não estão diretamente relacionadas com a pujança da natureza física das regiões e suas transformações, mas com interesses financeiros externos que controlam as finanças nacionais e exploram o nosso povo. Isso desloca para o campo de controle externo a condução do nosso processo de desenvolvimento e condiciona à dependência do sistema colonial (VIDAL, 2004, p. 8)

De fato, historicamente, a seca nordestina, ao mesmo tempo em que tem levado milhares de famílias à pobreza absoluta, rasgando qualquer pretensão ou direitos legítimos da pessoa humana, tem certamente beneficiado econômica e politicamente setores da sociedade. O que abastece esse ciclo são fundamentalmente as benesses materiais retiradas dessa conjuntura. Não se trata de analisar, obviamente, a situação na ótica simplista: do vilão e do mocinho. Acontece que, ao recorrer à história do Brasil Sertanejo, são incontestáveis os ganhos de uma minoria sobre a desgraça sem fim da opressão ao povo.

O coronelismo, os grandes latifúndios se apropriando das terras e dos aparatos técnicos dos pequenos agricultores, as mega corporações que se infiltram nas regiões próximas ao Rio, a pecuária extensiva e intensiva que rivaliza com o homem da terra, tem, sistematicamente, estabelecido uma ordem política que cobre de indiferença as feridas trazidas pelas secas nordestinas. Interessa ao capital financeiro que, na nossa formação discursiva se encontra indissociável do capital político, trocar o prato de feijão pelo voto, tomar as terras da agricultura familiar para impôr inconseqüentemente a revolução industrial no campo, o agrobusiness. A elite brasileira, é sabido, diferente até

mesmo das elites da América Espanhola, não tem por hábito externar preocupação sincera com as questões sociais. Os ideias lusos do qual nos fala Holanda (2008, p.8), cujo único escopo é a “riqueza que custa ousadia, mas não a riqueza que custa trabalho”, está nas raízes da constituição das elites nacionais – sobretudo da elite agrária.

Daí a afirmação singela de que as questões trazidas pela seca situam-se na ordem política, na manutenção da hegemonia de um bloco histórico. Não interesse à ordem econômica vigente resolver os problemas trazidos ao sertanejo pobre pela falta de infraestrutura sem compensações financeiras e políticas. E, a julgar pelas diretrizes e pelo alcance da indiferença social, nem mesmo os ganhos parecem satisfatórios nessas empreitadas. Interessa, entretanto, retirar águas do São Francisco para irrigação de plantações de frutas das grandes corporações, que abasteceram o mercado europeu como produtos de primeira qualidade. Interessa, entretanto, usar o potencial de navegação do São Francisco para escoar a produção de alimentos. Assim como interessa ao nosso modelo de desenvolvimento predatório ter um rio como espaço de armazenamento dos dejetos urbanos – solução rápida e, em tese, pouco dispendiosa.

Essa percepção sagaz é o que tem possibilitado o estabelecimento e vigência histórica do Polígono das Secas. A situação desesperadora das famílias associadas aos engodos e interesses espúrios da elite local segue expulsando da região o seu povo – por mais que hoje se tenta apregoar a ideia de um Nordeste economicamente forte, como força atrativa de investimentos, a realidade imposta continua sendo de baixas perspectivas e de miséria absoluta para o seu povo. Não precisa ir muito longe – basta uma rápida olhada nas vivências cotidianas para constatar a ferocidade da exclusão.

Só na Bahia, nono pior índice de desenvolvimento humano do Brasil, coincidente com o do Sirilanka [0, 743], existe um contingente de 11 milhões de pessoas, dos 14 milhões de habitantes com idade superior a dez anos sobrevivendo com até três salários mínimos⁹. É nesse ciclo de miséria plena que abastecemos de mão de obra barata e faminta os grandes centros urbanos do país. E é nesse ciclo de miséria plena que inserimos a problemática da seca.

Desde a segunda metade do século XIX, as secas nordestinas transformaram-se num problema nacional a exigir do governo medidas de socorro e de amparo. Entre o poder federal e a massa flagelada pela seca medeia, porém, a poderosa camada senhorial dos coronéis, que controla toda a vida do sertão, monopolizando não só as

⁹ Ministério da Justiça, 2009.

terras e o gado, mas as posições de mando e as oportunidades de trabalho que enseja a máquina governamental. São os grandes eleitores dos deputados, senadores e governadores; os manipuladores das autoridades municipais e estaduais, sempre solícitas em atendê-los e dispostas a tudo fazer para emprestar congruência e amplitude à autoridade fazendeira estendendo-a sobre toda a região (...). Assim, a ordem oligárquica, que monopolizar a terra pela outorga oficial das sesmarias durante a época colonial, continua conduzindo, segundo seus interesses, as relações com o poder público, conseguindo, por fim, colocar até mesmo as secas a seu serviço e fazer delas um negócio. (RIBEIRO, 2007, p.314)

Também na visão de Santini (2006, p.46) “O Nordeste é alvo de medidas contra as secas desde o Segundo Império, sempre paliativas, sendo a natureza um ‘álibi’ para a inoperância do subsistema social e a estrutura econômica, carente e subdesenvolvida”. Diante do êxodo massivo, muitas tentativas de explicar e de frear esse processo apareceram. Não por acaso, data desse período os primeiros projetos que tinham como objetivo redirecionar e promover o melhor aproveitamento econômico do rio. Não por acaso que a ideia de transpor às águas, como veremos no próximo capítulo, se situa nesse ínterim. Vale salientar que, embora a elite nacional tenha demonstrado sinais de fomentar a revitalização econômica da região através de obras e projetos, que desde a época, eram faraônicos, pouca preocupação era destinada às vidas humanas. O velho abandono nunca, de fato, abandonara o sertão e o seu povo.

Finalmente, esse é o desafio posto aos movimentos sociais, à sociedade civil e as autoridades políticas compromissadas com a gestão democrática. Seca no Nordeste tem relação direta com soberania popular. Não se estanca num único centro, numa única decisão, ou numa resolução proposta por política pública qualquer. As reações violentas frente às opressões de um modelo predatório sempre se fizeram presentes. Na luta do cangaço, nas proliferações do banditismo, dos heróis famintos e dos líderes religiosos, se esboçavam uma reação desesperada à miséria e a opressão de uma elite retrograda e a um sistema, por natureza, excludente. Tanto heroísmo selvagem, do sertão de Lampião, Maria Bonita, Padre Cícero e de tantos outros homens e mulheres fortes é o que tem assegurado a resistência ao domínio despótico e a reação provocativa nos tensionamentos e conflitos que acirram a vida política do país.

3.4 As dimensões socioeconômicas da atualidade

Uma vez localizada no tempo a formação histórica, espacial e cultural da região compreendida pelo Brasil Sertanejo, especialmente a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, é de extrema necessidade estabelecer com traçados mais nítidos as dimensões socioeconômicas dessa localidade na contemporaneidade. Posto que seja através dos elementos oferecidos por esse retrato poderemos avaliar com mais embasamento sob que condições, que desafios e que desdobramentos o projeto de transposição se assenta.

Evidentemente, levando em consideração a premissa de que as realidades tratadas apresentam uma vasta amplitude no que tange às diferenças sociais e culturais dos municípios inseridos na própria Bacia, será preciso perceber as predominâncias em detrimento das particularidades minimalistas, o que não necessariamente implica num reducionismo. Ou seja, por mais que a renda per capita de Juazeiro seja superior a de Cabrobó caberá aqui apenas apresentar um quadro geral, tentando trazer para esse tópico os elementos imprescindíveis para a composição de algum parecer ou mesmo esclarecimento sobre o projeto. Isso porque a busca por esses dados, como se supõem, é indicador determinante na estrutura e nos laços societários estabelecidos num determinado espaço, contexto e tempo. Além disso, não cabe nos objetivos da presente pesquisa esmiuçar esse panorama com riqueza e combinação de dados/análises.

Já foi dito nesse capítulo a forma de povoamento da região. É preciso salientar que essa ocupação associada com a rápida apropriação de enormes extensões territoriais, orientada pela criação de gado e pela cultura do grande latifúndio, produziu fundamentalmente um espaço de baixas densidades demográficas, só tendo firmado os primeiros núcleos urbanos de maior expressividade no século XVIII. De acordo com o estudo do IBGE (2009), Vetores Estruturantes da Dimensão Sócio Econômica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a intervenção do Estado brasileiro para valorizar a região enquanto força capaz de produzir riquezas para o país se deu somente em meados de 1940.

Com efeito, segundo o plano diretor para o vale do São Francisco, ao final da Segunda Guerra Mundial havia se firmado a convicção de que era necessária a valorização da região, tanto por sua localização central e estratégica no País, unindo o Sul e o Norte, como pelo potencial econômico de seus recursos naturais, em que se destacam as possibilidades da agricultura irrigada e as da geração de energia elétrica. A consolidação tecnoburocrática desses dois grandes eixos de transformação do processo de ocupação e uso do vale do São Francisco ocorreu com a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, em 1948, seguida pela Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, em 1967, e pela Companhia de

Desenvolvimento; dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em 1974, com o propósito de promover a agricultura irrigada e a produção de energia, ligadas a outros objetivos de desenvolvimento regional.

A partir dessa re-interpretação sobre o semi-árido, entendido como área estratégica para o país, o espaço regional nordestino passou a ser marcado pela grande diversidade e pela heterogeneidade de suas estruturas econômicas. Em que pese essas novas configurações, não necessariamente isso representa uma subversão do status quo local, com o redimensionamento das desigualdades sociais, por exemplo. Essas transformações pungentes fundem-se com uma realidade arcaica, tradicionalista e reforçam um cenário de contradições e impasses.

Os novos investimentos, pautadas na riqueza do solo e nas boas condições de produção para os grandes empreendedores, ampliou a realidade da Bacia para além do binômio seca-miséria. Seja por meio da agropecuária moderna, produtora de *commodities* para o mercado internacional, vinculada à agroindústria, ou mesmo pela fruticultura irrigada, localizada no médio São Francisco, a região passou por um processo avassalador de ampliação das suas bases econômicas. Além disso, esse novo panorama abre a possibilidade segura de se pensar que é possível produzir com qualidade no sertão brasileiro.

Indubitavelmente, esse processo se dá pela modernização intensa, o que demanda investimentos e boas iniciativas. Esse foi, por exemplo, o caso do chamado complexo agroindustrial de Petrolina- Juazeiro, que, de acordo com Araújo (2000) se consolidou nos anos de 1970, sob a visão do desenvolvimentismo da ditadura militar, e foi orientada na distribuição de subsídios, objetivando os grandes projetos de irrigação.

Cabe destacar que se, por um lado, a modernização trouxe uma nova realidade econômica para a região, no que se refere à população rural, por outro, trouxe o êxodo. Não é a toa que, à medida que a mecanização do cerrado em regiões próximas avança de forma sistemática, cresce também a expulsão dos pequenos agricultores para os centros urbanos, conforme constata o IBGE (2009). O percentual de população urbana da bacia do São Francisco passou de 69,0%, em 1991, para 75,9%, em 2000. Nesse sentido é que enquanto a população urbana apresentou uma taxa média geométrica de crescimento anual de 2,78% no período 1991/2000, a população rural diminuiu, apresentando taxa de crescimento negativo de 1,15%, no mesmo período.

A leitura dos dados é esclarecedora porque permite, sem deixar dúvidas, a compreensão de que a população rural da Bacia se dirige para as grandes cidades. Isso

premeditadamente já coloca uma questão: se a população do campo, aqui os pequenos agricultores com suas respectivas famílias, se desloca, ainda que aparentemente num ritmo regular para a cidade, as águas transpostas do São Francisco serão para quem?

Esse acelerado processo de mecanização e de inserção de tecnologia de ponta para melhor aproveitamento das potencialidades da Bacia é o que tem suscitado também o forte aquecimento na fruticultura, que já se estende, de maneira variada, por todo percurso do Rio. É nesse ponto também que não se deve esquecer a necessidade de irrigação bem planejada para levar a cabo esse desenvolvimento. Isso implica em pensar conjuntamente, isto é, irrigação com tecnologia, com sementes de boa qualidade, com técnicas eficientes, com tratamentos culturais, com condições adequadas e, claro, com investimentos. Conforme destaca o IBGE (2009), 50% dos municípios da Bacia apresentam produção agrícola ligada à fruticultura, principalmente nas produções de banana, uva e manga.

Esse cultivo, como se sabe, tem sido precursor em abrir as portas do mercado internacional para a produção de frutas às margens do São Francisco. Além disso, é ela que tem sido o grande carro chefe na incorporação das terras do semiárido à produção, notadamente a agroindústria moderna e sua capacidade de inovação. Embora, estejamos tratando de desenvolvimento é preciso não perder de vista que o volume maior desse processo é conduzido à revelia das grandes corporações, cuja força econômica e, principalmente, política tem oportunizado esse avanço.

Em paralelo, a pujança do crescimento está atrelada à degradação da estrutura física dos solos, a partir do momento em que esses não são bem manejados. A utilização de fertilizantes inadequados, bem como a aplicação de doses crescentes de agrotóxicos, nem sempre produzem os resultados esperados – matando, inclusive, os inimigos naturais das pragas.

Ao passo que o direcionamento às novas impulsões econômicas da região ganham força, cabe ratificar que o desenvolvimento continua centrado na minoria dos municípios componentes da Bacia. Ou seja, a realidade dos bolsões de miséria, evidenciada no tópico anterior através do processo histórico, segue de maneira insolúvel. Isso, em grande medida, porque a riqueza da Bacia segue concentrada muito fortemente em poucos pólos, em especial nas cidades mais fortes como Brasília e Belo Horizonte.

Dos 506 municípios, apenas oito municípios possuem Produto Interno Bruto (PIB) variando entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões (participação de 0,774% a 1,390% do

PIB da bacia), 18 municípios na faixa dos R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão (participação de 0,382% a 0,726%), 80 na zona de R\$ 100 milhões a R\$ 500 milhões (participação de 0,076% a 0,373%), 93 municípios (18,3% do total) com PIB entre R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões (participação de 0,038% a 0,074%); e 303 municípios, equivalentes a 60,0% do total de municípios da bacia, tiveram um PIB de até R\$ 50 milhões (participação de 0,003% a 0,037%), em 2003 (IBGE 2009). Tendo em vista que o PIB é a soma das riquezas produzidas e que, nesse caso, foram somados os valores adicionados da agropecuária, da indústria e dos serviços, acrescida do *dummy* financeiro e dos impostos, e que esses setores econômicos possuem um peso diferenciado na sua formação, entende-se que a maioria absoluta dos municípios da Bacia vive em situação de vulnerabilidade no que tange a desenvolvimento socioeconômico. Mesmo nos municípios em que o PIB apresenta-se como elevado não é possível perder de vista que as desigualdades neles também são fortes.

3.5 Conseqüências ambientais desse desenvolvimento

O cenário socioeconômico do São Francisco hoje não está desvinculado dos impactos ambientais que ameaçam a vida no rio. Evidentemente, como já foi abordado, a questão da degradação é histórica, está relacionada com a forma de desenvolvimento implementada pelo próprio colonizador e o seu ideal de apropriação da natureza. Conseqüentemente, esse modelo de desenvolvimento foi sendo sedimentado a partir da exploração predatória e sem planejamento dos recursos naturais, o que, indubitavelmente, produziu um ciclo de problemas para o meio ambiente.

Com as novas diretrizes do desenvolvimento da região, tutelada sob a agroindústria, os problemas, ao contrário do que se poderia imaginar, não foram resolvidos. É justamente nesse âmbito que a ideia de Revitalização assume o compromisso de repensar o desenvolvimento social frente ao desenvolvimento econômico. A começar pela própria utilização das águas, posto que a Política Nacional de Recursos Hídricos, aprovada no Congresso Nacional, ratificou a

dominialidade pública das águas, a prioridade para o consumo humano e para a dessedentação de animais em situações de escassez; os usos múltiplos das águas; seu valor econômico; a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da política;

a descentralização e a participação social no processo de gestão; a utilização integrada e sustentável da água; os conceitos de integração e articulação, tanto do ponto de vista dos processos socioambientais quanto políticos e institucionais. (PNRH, 2006, p.21)

É, portanto, a partir dessa perspectiva que se deve entender o uso múltiplo da água, bem como as questões que dela derivam, como uma questão central na análise de apropriação e uso da bacia do São Francisco, que tem servido, ao longo de toda a história, como peça chave dos principais interesses e conflitos gerados pelo processo de ocupação humana. Incluindo aí, sem dúvidas, os problemas ambientais. Isso dentro de um país que somente recentemente assume o compromisso com esse bem público e indispensável para a vida humana.

Em 1965, foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia, que, em 1969, passou a ser denominado de Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), assumindo as atribuições do Conselho Nacional de Energia Elétrica, além de executar o Código de Águas, cuidando do regime hidrológico nacional nos rios de domínio da União, o que lhe atribuiu a competência para outorgar as concessões, as autorizações e as permissões de direitos de usos da água. Até os anos 70, as questões relacionadas à administração dos problemas de recursos hídricos eram consideradas a partir das perspectivas dos setores usuários das águas ou segundo políticas específicas de combate aos efeitos das secas e das inundações. Ainda não se observavam preocupações relacionadas às necessidades de conservação e preservação, principalmente em razão da abundância relativa de água no país e da percepção de que se tratava de um recurso renovável e, portanto, infinito. (PNRH, 2006.p.24).

A preocupação com as águas cresceu diante do processo de industrialização do país, fazendo com que o tema ocupasse as agendas das instituições. Especialmente, porque o próprio processo de urbanização, vale salientar, com a ocupação humana foi trazendo uma série de modificações no primeiro espaço, a natureza. Não somente pelo desmatamento, como também pela apropriação desordenada do solo e pela utilização do Rio como local de dejetos. Nesse ínterim, à medida que as aglomerações humanas tornavam-se mais complexas, os problemas trazidos por elas se intensificam.

O desenvolvimento urbano, alias, tem sido acompanhado pela degradação ambiental. Para além dessas questões de formação de núcleos de povoamento, a introdução de tecnologias na realidade da Bacia provou alterações significativas no ambiente. Isso bem antes, por exemplo, do fortalecimento da fruticultura e de outras formas de plantio na região.

Já com as construções de hidrelétricas e canais de irrigação no rio São Francisco tem-se a redução de sua vazão e alteração da intensidade na época das cheias, impedindo a inundação das lagoas marginais nas quais se dá a reprodução dos peixes e também a piracema.

Da mesma forma, a instalação de projetos agrícolas e industriais em diferentes municípios da bacia, geralmente sem a adequada infraestrutura, aliada ao incremento de suas populações decorrente da expansão da oferta de trabalho, contribuiu fortemente para a degradação do meio ambiente na medida em que os seus principais afluentes carregam até sua foz rejeitos industriais e domésticos sem qualquer tratamento. Além desses percalços, a bacia enfrenta problemas derivados de desmatamentos e queimadas, uso inadequado do solo, erosão, assoreamento dos rios, exploração de minérios sem qualquer controle e também percepções diferenciadas das agências governamentais sobre as ações capazes de eliminar, ou mesmo contornar, os seus efeitos negativos, possibilitando, assim, o seu desenvolvimento sustentável. (IBGE, 2009, p.106).

Outro aspecto que merece especial atenção é o saneamento básico. É recorrente entendermos a poluição das águas e a degradação do meio de maneira geral quando não existe uma política efetiva de saneamento. Não somente pelos riscos que traz a população humana, por conta de problemas de saúde, mas também em relação a destruição de todo um ecossistema subjacente às boas condições da água. Por consequência, o acesso a água tratada fica comprometido, inviabilizando a qualidade de vida e criando um ambiente favorável à degradação socioambiental.

É nesse cenário que se pode situar hoje boa parte dos municípios da Bacia. Novamente, essa realidade prejudicial entra em contraste com a realidade do desenvolvimento e do fortalecimento econômico a partir da própria utilização da água.

Mesmo com estes avanços, existem contradições cada vez mais visíveis com o modelo da agroindústria irrigada, que recebe grandes investimentos dos governos em projetos de irrigação com culturas não adaptadas às condições climáticas da região, provocando grandes desperdícios dos escassos recursos hídricos e trazendo prejuízos para a economia regional, principalmente no desgaste dos solos, que são o fundamento das riquezas das civilizações e culturas. A desertificação já atinge grande parte do Nordeste e, no caso do Ceará, tem previsão de chegar a uma redução de terras agricultáveis de 79,6%, segundo um recente estudo climático. Diante desse quadro, é imprescindível tomar medidas de urgência, como também a médio e longo prazos, para prevenir consequências ainda mais graves para a população, que podem provocar uma migração ainda maior para regiões com as condições. (KUSTER, Angêla; MARTÍ, Jaime, 2009, p. 13)

Associado a isso, incluem-se também a ausência da coleta de lixo ou tratamento do mesmo. Em alguns pontos do percurso do São Francisco, até 60% dos domicílios não possuem coleta (IBGE 2009). Agravando o quadro de carências de formulações de políticas públicas para esse cenário, os dados da mesma pesquisa dão conta de 164 municípios (32,0% do total) declararam não possuir nenhum órgão municipal dedicado ao meio ambiente. O que significa afirmar que um a cada três municípios não possuem nenhum órgão ligado ao meio ambiente. E mesmo quando existe algum órgão, não necessariamente ele se destina a atender todos os problemas da esfera ambiental, sob a ótica da preservação ou recuperação, por exemplo. É o que se confirma até mesmo em âmbito nacional, conforme os resultados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, do IBGE (2005, p. 68)

É importante, no entanto, ressaltar que, se entre 2002 e 2004 um conjunto de municípios incorporou algum órgão ambiental em sua estrutura administrativa formal, outro conjunto deixou de contar com órgão de meio ambiente na prefeitura. Neste último caso, estão incluídos 430 municípios, enquanto no primeiro (municípios que não tinham estrutura em 2002 e passaram a tê-la em 2004) foram encontrados 615 municípios, perfazendo um total a mais, em relação a 2002, de 184 municípios. Ainda que tenha havido, portanto, entre as duas pesquisas, um incremento no número de municípios com órgão ambiental, estes números mostram que a gestão ambiental ainda não está perfeitamente consolidada no conjunto das prefeituras brasileiras. Entre os 3 338 municípios (60% do total) que tinham estrutura em 2002 e a mantiveram em 2004, mais da metade se encontram nas Regiões Sul e Sudeste.

Nesse quadro, cabe também destacar que apenas sete dos seus 506 municípios têm alguma representação do IBAMA e que, no caso do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), essa atuação se restringe a quatro municípios, sendo uma unidade avançada em Bom Jesus da Lapa (BA), uma superintendência regional em Petrolina (PE) e as unidades de Belo Horizonte e Brasília. Isso levando em consideração que essa é uma das áreas de maior conflito agrário do país, dominada pelos grandes latifúndios e pelo coronelismo.

Essa ausência de estruturas básicas de poder está em plena sintonia com a ausência de plano diretor em boa parte dos municípios. De acordo com o estudo Perfil dos Municípios Brasileiros, do IBGE (2005, p.29), é obrigatório a existência de um Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em cidades com mais de 20 mil habitantes, integrante de regiões metropolitanas e aglomerações humanas,

inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Portanto, a região da Bacia está em desacordo com aquilo que determina a própria legislação no que tange ao Plano Diretor sob responsabilidade de Município, Estados e União. Nesse sentido, colocamos os paradoxos da realidade enfrentada pela Bacia. É uma região com alto potencial de crescimento, mas esse crescimento não necessariamente se reveste em desenvolvimento social, em melhoria da qualidade de vida da população. É uma região que gera riqueza pela fruticultura, pela expansão da soja no cerrado, pela geração de energia, mas também é uma região que não aprendeu sequer a tratar do lixo, que despeja nas águas do rio ou que não dá conta de problemas básicos trazidos pela questão da ocupação humana. É também a área do país em que as tensões entre os grandes produtores e os pequenos agricultores acentuam-se de forma violenta – quando não produz a violência bruta, socializa a miséria entre a população.

A concentração de riqueza em alguns poucos pólos, como Brasília e Belo Horizonte, os lucros obtidos com o setor de serviço e a migração do campo para as cidades sugerem a necessidade prévia de se repensar o interior desse Brasil Sertanejo. Esse é o passo fundamental para se avaliar as benesses da Transposição no combate aos efeitos trazidos pelos longos períodos de estiagem. Diante dessa situação, qual a melhor medida a ser adota para assegurar com eficiência e agilidade o desenvolvimento social e humano da região? De que forma precisa ser articulada a relação com o poder local? E, como diante de tamanha diversidade ambiental, garantir a preservação, revitalização e acesso à cidadania por parte dos segmentos da sociedade ainda excluídos das condições elementares de sobrevivência, notadamente nas áreas de maior adensamento populacional? O próprio direito ao meio ambiente e à qualidade de vida confunde-se, tornando-se um dos indicadores mais sensíveis do grau de organização da sociedade civil em busca da soberania popular e da redução das desigualdades existentes na sociedade brasileira.

É para discutir os projetos em disputa que passamos para o próximo capítulo, cuja abordagem se dará em torno da promoção do desenvolvimento da região a partir da perspectiva central que é o projeto de Transposição.

4 CAPÍTULO III

4.1 Transpor o rio, uma ideia do Império

A ideia da transposição das águas do rio São Francisco é recorrente quando se olha para a história do Brasil. Há pelo menos 150 anos, desde a época do Império, ela permeia a esfera de decisão política em sucessivas gestões. Se no ano de 2005, ele atingiu seu principal ápice, às vésperas do começo das obras, esse processo tem sido alvo de fortes contradições e disputas por diferentes setores da sociedade em determinados momentos da história. Algumas vezes, acentuavam-se as tensões e em outras se engavetava o projeto.

É nesse sentido que o que torna o projeto em si uma novidade é tão somente a tradução objetiva da ideia geral, ou seja, da transposição, num projeto específico. Isso implica em trazer todos os elementos técnicos necessários, com total precisão e com mais referências no que tange às questões logísticas e aos impactos socioambientais. Embora, cabe novamente assinalar, outros projetos tenham sido apresentados anteriormente, por conta da proposta do governo Lula de levar a cabo o mesmo, contra qualquer adversidade, ele ganhou contornos únicos no que se refere a elaboração e detalhamento. Até mesmo porque essas seriam as condições mínimas para que se efetivasse um projeto.

Essa realidade, entretanto, não retira, sob hipótese alguma, as possíveis brechas que o projeto tenha e que, conforme será visto, serviu de contestação por partes dos movimentos sociais e de outros intelectuais. Fato é que desde sempre os que apoiaram sempre encontraram no meio do caminho vozes que se levantavam contra. De acordo com Pessoa (1989, p.11),

O primeiro registro de que se tem notícia sobre a ideia da transposição reporta-se ao Governo de Dom João VI, quando foram autorizados vários estudos sobre a viabilidade dessa iniciativa. Mas pelo que sugere a literatura existente, esses estudos não resultaram em propostas concretas para a ação governamental. Em discurso pronunciado na Câmara Federal em 1906, o Deputado Eloy de Souza aludia à questão da transposição do rio São Francisco como uma ideia apresentada pela primeira vez no Parlamento, em 1847, através do então representante da província do Ceará, Dr. Marco Antônio Macedo, o qual defendia a possibilidade de um canal de navegação derivado do rio São Francisco, partindo da vila Boa Vista e desembocando no riacho dos porcos, perfazendo um percurso de 200km.

Interessante perceber que o projeto sempre retomava com mais fôlego quando um grande período de estiagem se abatia sobre a região Nordeste e a proposta de levar a águas do Velho Chico parecia ser a única alternativa viável. De 1877 a 1879, quando as conseqüências da seca mataram cerca de 2 milhões de sertanejos, o deputado Tristão de Alencar Araripe propôs ao governo imperial uma série de medidas com o intuito de “minimizar os impactos provocados pela seca no semi-árido” (PESSSOA, 1989, p.12). Na leitura do deputado, a canalização do São Francisco para o Ceará era um dos meios necessários para “modificar as condições meteorológicas do Ceará, pondo na superfície de seu solo águas que não só refresquem esse mesmo solo, mas, sobretudo, dêem possibilidade de abundante evaporação que possa trazer-nos chuva”. (SOUZA, 1976, p.78)

Nesse ínterim, no começo do século XX, as discussões continuaram. Em 1913, o engenheiro Arrojado Lisboa, diretor do Instituto de Obras Contra as Secas afirmava que

em virtude de um princípio elementar de irrigação, não se pode pensar em transpor um rio à distância para fins agrícolas alheios, antes de se satisfazer às necessidades ribeirinhas. Seria absurdo roubar à terra mais seca do país a garantia única do seu futuro, fazendo um rio perene galgar montanhas para lançar, a mais de 200km de sertão ressequido, em uma região que delas não precisa, as sobras minguadas que se subtraíssem às grandes infiltrações e evaporações do trajeto”. (LISBOA, 1960, p. 128, 129)

Na Era Vargas, o projeto nacionalista, conduzido sob a égide do militarismo, entendia como necessário o enquadramento do sentimento de nação através da própria apropriação do território nacional. Isto é, as terras e riquezas desse país precisavam ser tratadas como nossas. No caso específico, trata-se de encarar o rio capaz de ser utilizado sob três aspectos: como via de comunicação, como fonte inesgotável de água para a irrigação, e como núcleo produtor de energia (SALES, 1942, p.15). Nesse sentido, é que foram traçadas diretrizes de modo a promover núcleos de cidades-industriais e progressistas. Como de fato aconteceria posteriormente com a instalação das hidrelétricas (Itaparica e Sobradinho, na década de 70) e com o estabelecimento de zonas de produção na região da Bacia. Sales (1942), então ministro da Agricultura, já alertava para os perigos de realização de obras sem planejamento bem definido com exatidão:

De que valeria, senhores, realizar-se em pleno sertão marginal do São Francisco uma obra de natureza hidráulica abastecedora de um grande canal, cuja capacidade irrigatória fosse, por exemplo, de 10 mil hectares de terra? Teríamos aí por certo uma grande capacidade irrigatória, mas somente isto, se não juntássemos a essa obra o núcleo humano necessário para o aproveitamento das águas desse canal. (SALES, 1942, p.17)

Com Vargas foi instituído o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), que, na década de 80, seria chamado de Departamento Nacional de Obras (DNOS). Data desse ciclo também, por conseguinte, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), na produção de energia, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), renomeada para Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), o Banco do Nordeste (BNB) e também a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1958.

Com o avanço dos anos e a ascensão do governo militar, os projetos do nacionalismo voltam para a agenda política e com eles busca-se de novo a Transposição.

Diante da seca de 1970 surgiram programas como o Proterra, de distribuição de terra e de estímulo à agroindústria, e o Polonordeste, voltado para a modernização da agropecuária em áreas selecionadas da região. O Projeto Sertanejo, lançado em 1976, também viria a atuar no Semi-Árido. Em 1985 o DNOS propôs a retirada de 300 m³/s, que seriam transportados através de um só canal, para reforçar a irrigação de áreas próximas aos açudes de Castanhão (CE) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN). A revitalização do rio, porém, não estava prevista. Na época, foi implantado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Projeto Nordeste), que inovou com a destinação de recursos para pequenos produtores. (ROZOWYKWIAT, T. 2007)

Em que pese às tentativas de aplacar as secas e de modernização a qualquer custo do país, os militares não tinham nenhuma preocupação com o meio ambiente. Nenhum plano para reverter o assoreamento dos rios, ou para recuperar as matas ciliares ou mesmo para conter o despejo de lixo e outros produtos químicos. Pelo contrário, incentivava-se a agroindústria, a exploração como forma de crescimento, o desmatamento realizado por carvoeiros, pecuaristas e agricultores, comprometendo conseqüentemente a flora e a fauna e deixando as margens do rio à mercê da ação humana.

Foi precisamente no governo de João Batista Figueiredo, quando o próprio regime encontra-se assolado pela descrença e miséria do povo brasileiro, que o Ministro do Interior do Brasil, Mário Andreazza, elabora o que seria o projeto do Velho Chico, revigorando o projeto de tal forma que

nas gestões que o sucederam ele nunca deixou de ser tema presente. Mário Andreazza, antigo ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, já havia sido responsável por obras como a Ponte Rio - Niterói e a Transamazônica, e também pela fundação do Partido da Frente Liberal (PFL), em 1984. De acordo com Passarinho (2000, p9), a “transposição de parte das águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, sujeito à intempérie cíclica da seca, é um velho sonho, que vem de muito longe ao qual seguiram-se várias tentativas a última sendo do Ministro do Interior o saudoso Mário Andreazza”.

Sem entrar no mérito da afeição pessoal de Passarinho (2000) pelo então ministro, cabe assinalar que o projeto foi à bancarrota quando o regime militar foi esfacelado ainda na primeira metade da década. Ainda em 1989, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) deu prosseguimento aos estudos técnicos e a viabilidade do projeto a partir de estudos encomendados à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife. O estudo, um dos mais completos já realizados tinha como escopo avaliar as dimensões socioeconômicas da magnitude de uma obra como essa, levando em consideração os impactos à vida humana e ao meio ambiente. À época, a Fundação, alertava que

Por mais viável tecnicamente que possa a vir a se configurar uma ideia como essa, de efetuar o desvio de águas do São Francisco, seus resultados estarão sempre intimamente ligados ao caráter da organização sócio-econômica e da cultura da população beneficiária do projeto. Seria preciso, portanto, verificar em que medida e sob que modalidade as comunidades poderiam ser solicitadas a se ajustar a um esquema de tão ampla intervenção. (...). Além disso, conviria delimitar com clareza aspectos gerais do cenário global nordestino, para saber se a região comporta o projeto, se ela reagiria positivamente, se se justificariam os altos investimentos previstos. (GALINDO, 1989, p.10)

Na década de 90, o governo de Itamar Franco, redefiniu a proposta de transposição reduzindo o volume de água a ser desviado e acrescentando novas cidades como Santa Cruz, no Rio Grande do Norte. O projeto, que não tocava na questão da revitalização, recebeu críticas porque não “considerava a água que seria perdida por evaporação e infiltração nem os efeitos colaterais advindos dessa transposição” (ROZOWYKWIAT, T. 2007).

Já durante a Era Fernando Henrique

Cardoso, (1994-2002), o fantasma do apagão foi o responsável por engavetar o projeto. Se, afinal, o país não conseguia produzir energia suficiente para as demandas que tinha, como poderia ainda pensar em transpor as águas de um rio? Especialmente porque o nível dos reservatórios atingia níveis mínimos em diversos pontos do percurso e nas barragens. Mesmo assim, como prova cabal de que a ideia da transposição nunca de fato foi descartada, o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, “empenha-se firmemente para que o seu projeto tenha o beneplácito do presidente Fernando Henrique e seja encaminhado ao Congresso. Sua Excelência tem a convicção da judiciosidade e da exequibilidade do projeto, mas enfrenta resistências de políticos nordestinos que levantam objeções (PASSARINHO, J. 2000, p.7). Na visão de Rozoweykwiat (2007),

O projeto do governo de Fernando Henrique Cardoso foi mais tímido. Previa a captação, para consumo e irrigação, de 48 m³/s por meio de dois canais. Além dos já citados açudes, incluía o de Epitácio Pessoa e Engenheiro Ávidos (PB) e o de Entremontes (PE). Outros 15 m³/s seriam destinados à irrigação do próprio Vale do São Francisco. Contudo, a população beneficiada seria maior que a dos projetos anteriores. O plano do governo FHC, a exemplo dos outros, ignorou a revitalização e nunca saiu do papel.

Por fim, com a crença na derrota do projeto neoliberal proposto na década de 80/90, o governo Lula anuncia, ainda antes da eleição, juntamente com o bloco de propostas antecedidas pela famigerada Carta ao Povo Brasileiro (2002), assinada pelo próprio candidato, a transposição do rio São Francisco como um dos projetos necessários para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Em especial, para o sertão. Foi, a partir desse ponto, que se pode avaliar as diferentes posições vigentes na contemporaneidade, pontuando, evidentemente, o que seria a transposição, alguns dados técnicos relevantes oferecidos pelo governo e a contestação promovida por movimentos sociais e intelectuais brasileiros. Para isso, nada mais coerente do que iniciar apresentando o projeto em si, a partir do que o próprio governo propôs. Lembrando que não cabe estabelecer críticas ou considerações analíticas, mas tão somente apresentar o que foi exposto, ainda que, evidentemente, isso exija um recorte de cunho subjetivo.

4.2 O projeto apresentado pelo governo

O projeto de transposição do rio São Francisco, grosso modo, é a menina dos olhos do governo Lula. O Nordeste brasileiro é a área do país em que o governo tem mais apoio e que mais dedicou atenção no que tange aos programas assistencialistas. É também a área que concentra os maiores bolsões de miséria. A proposta de pôr em prática esse projeto é, no entendimento, do governo a melhor saída para sanar os problemas históricos trazidos pelos longos períodos de estiagem. Não por acaso que para defendê-lo foi preciso uma mobilização interministerial, em que o Ministério do Meio Ambiente precisou se articular com o da Integração Nacional, que por sua vez interagiu com o das Relações Institucionais, e assim por diante.

No dia 29 de abril de 2005, o então presidente do Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Marcus Luiz Barroso Barros, expediu a licença prévia para o Ministério da Integração Nacional, responsável pela obra, referente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O documento, em consonância com a deliberação da Agência Nacional de Águas, ratificava o empreendimento de infra-estrutura hídrica de inserção regional que atingiria territórios dos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O projeto consiste em desviar às águas em dois eixos. São dois sistemas independentes denominados de eixo Norte e eixo Leste. Na licença expedida pelo IBAMA (2005) consta que os dois eixos somados totalizam cerca de cerca de 720 km de comprimento, estando dimensionados para transpor um volume máximo de 127m³/s (99m³/s – Eixo Norte e 28m³/s – Eixo Leste). No Eixo Norte, a captação aconteceria no município de Cabrobó/PE, a jusante do reservatório de Sobradinho e imediatamente a montante da Ilha Assunção. Já no Eixo Leste, a captação está prevista para o município de Petrolândia/PE, no reservatório de Usina Hidroelétrica Itaparica. O projeto abrangia as estações de captação e de bombeamento de água, canais revestidos de concreto armado e em leito natural, aquedutos, túneis, além de 26 reservatórios intermediários.

De acordo com Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2004, p.6), o mais importante feito antes do começo das obras, encomendado pelo Ministério da Integração, à época comandado por Ciro Gomes, cuja base eleitoral e política era o Ceará, o projeto é

Compostos de canais, estações de bombeamento de água, pequenos reservatórios e usinas hidrelétricas para auto-suprimento, esses sistemas atenderão às necessidades de abastecimento de municípios do Semi-Árido, do Agreste Pernambucano e da Região Metropolitana de Fortaleza. As bacias hidrográficas beneficiadas são as seguintes: do rio Jaguaribe, no Ceará; do rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte; do rio Apodi, no Rio Grande do Norte; do rio Paraíba, na Paraíba; dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida, em Pernambuco, na bacia do rio São Francisco.

O rio São Francisco recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78 na esquerda. Os dois canais seriam inteiramente revestidos de concreto e juntamente com casas de bombas, túneis, aquedutos e pequenos reservatórios, levaria a água para açudes. Além dos açudes, os canais lançariam água às calhas de alguns rios da região para conduzir a água aos destinos finais. No rio Salgado, a água percorrerá 60 km; no rio Jaguaribe, 80 km; no rio Apodi, 90 km; no rio Piranhas-Açu, 130 km; no rio Paraíba, 150 km.

O Eixo Norte é composto por, aproximadamente, 402 km de canais artificiais, 4 estações de bombeamento, 22 aquedutos, 6 túneis e 26 reservatórios de pequeno porte. Nesse Eixo, ainda estão previstas duas pequenas centrais hidrelétricas junto aos reservatórios de Jati e Atalho, no Ceará, com, respectivamente, 40 MW e 12 MW de capacidade. No ponto de captação em Itaparica, iniciará o Eixo Leste, com cerca de 220 km indo até o rio Paraíba, na Paraíba, transportando, em média, 18,3 m³ de água por segundo. Esse Eixo levará água para o açude Poço da Cruz (PE) e para o rio Paraíba, que é responsável pela manutenção dos níveis do açude Epitácio Pessoa (PE), também chamado de Boqueirão. Esse Eixo é chamado também de Trecho V. Compõe-se de 5 estações de bombeamento, 5 aquedutos, 2 túneis e 9 reservatórios de pequeno porte. Com os dois Eixos funcionando, o resultado final é o beneficiamento das bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB-RN), Paraíba (PB) e Moxotó (PE) e Brígida (PE). (RIMA, 2004, p. 39-40)

O RIMA informava ainda que a obra tornaria possível fornecer água para vários fins, como abastecimento humanos, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão, na região do Polígono das Secas, atingindo cerca de 12 milhões de pessoas. Para compor a versão final do projeto, o Ministério da Integração (MI) traçou duas frentes de estudo: uma que avaliou a chamada inserção regional, ou seja, a demanda de água naquela região, e outra os estudos de viabilidade técnico-econômica, avaliando de forma apurada alternativas para o anteprojeto de engenharia com vistas de melhor definir o planejamento e todos os ônus. A partir daí, seriam considerados os

benefícios socioeconômicos que, conforme o RIMA, poderiam ser ampliados por outros empreendimentos independentes já implantados, em construção ou planejados.

Interessante também notar que o parecer do RIMA é taxativo quanto à transposição ao afirmar com veemência que “sem água, essa região estará fadada ao subdesenvolvimento, e a um grande número de brasileiros restarão poucas alternativas de desenvolvimento social e econômico” (2004, p. 12). O MI destacava ainda que o Projeto de Transposição era só o maior projeto, mas não era o único – estaria intercalado com diversas outras iniciativas do próprio governo com o intuito de apaziguar os efeitos das secas sobre a população local, como o Proágua Infra-Estrutura e PróÁgua/ Semi-Árido, que pretenderiam distribuir água para consumo urbano no Semi-Árido.

Nesse sentido, é que integrar o rio São Francisco com as bacias hidrográficas dos territórios já mencionados exigiria construir estruturas para levar cerca de 3,5% da vazão disponível na altura de Sobradinho para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas- Açú (PB-RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE), chamadas “bacias receptoras”. De acordo com o MI, isso equivale somente a 2 bilhões dos 90 bilhões de metros cúbicos despejados no mar por ano.

Ao contrário do que se bradava, o Relatório não trata apenas em termos de consumo exclusivamente humano, mas também nas potencialidades de desenvolvimento econômico que o desvio das águas poderia provocar. Isso implica em afirmar que a água desviada poderia e deveria ser usada pela população urbana, rural, pelas indústrias, pelos pequenos e grandes agricultores e todos os demais setores produtivos para a geração empregos, renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. Cabe também destacar que a escolha para o primeiro desvio se deve ao fato de que Sobradinho seria o ponto estratégico, posto que a barragem foi planejada para regularizar o rio, a fim de possibilitar a geração de energia hidroelétrica nas usinas de Paulo Afonso, Itaparica e Xingó, próximas a sua foz durante todo o ano.

No que tange às ações referentes à Revitalização, o Ministério garantia que esse era o objetivo principal e que era possível realizá-lo concomitantemente às obras da transposição. A revitalização incluiria recuperação ambiental de áreas degradadas, preservação de ecossistemas relevantes pouco degradados bem como a promoção do desenvolvimento sociocultural das populações. Para isso, seria salutar o apoio e esforço empreendido pelo Comitê da Bacia do Rio São Francisco, que contaria com o suporte

técnico da Agência Nacional de Águas – ANA. Nesse ínterim são retomados conceitos de

Qualidade Ambiental, com ações de controle da poluição e ordenamento territorial; *Agenda Socioambiental*, destinada ao fortalecimento institucional, à educação ambiental, ao fortalecimento de programas locais e ao apoio ao desenvolvimento cultural; *Proteção Ambiental*, voltada para a preservação da fauna e da flora e ao monitoramento dos recursos naturais; *Manejo de Recursos Naturais*, para a proteção dos recursos hídricos e dos solos; *Economia Sustentável*, para apoio ao turismo, à pesca, à agricultura sustentável e à reforma agrária bem como planos a longo prazo para implementação de uma política de desenvolvimento na bacia hidrográfica do rio São Francisco com sustentabilidade socioambiental.(RIMA, 2004, p.19).

A Agência Nacional de Águas também elaborou um Plano Decenal para o Rio, indicando uma vazão disponível para consumo de 380 m³/s até 2013. Nesse plano, também foi constatado que o consumo atual da bacia é de 91 m³/s. Tecnicamente, a vazão consumida hoje corresponde a 24% da vazão disponibilizada para consumo, a 5% da vazão garantida na foz (1.850 m³/s) mesmo nos anos secos, e a 3,4% da vazão média do rio (2.700 m³/s). O que implica dizer que, em tese, o consumo poder ser bastante amplificado.

Vale também destacar que a ANA, através do Atlas do Atlas Nordeste, e pela ASA (Articulação do Semi-Árido brasileiro), documentos avaliados pelo MI propunha também medidas alternativas, como, por exemplo, a construção de um milhão de cisternas, barateando as medidas. Ao todo, a ANA forneceu 91 propostas indicando como solucionar o problema hídrico de 1.112 municípios acima de cinco mil pessoas em toda a região – sem mencionar a transposição. O Ministério, porém, acatava essas recomendações, mas garantia, através do próprio RIMA que essas medidas não eram suficientes para dar conta de toda a problemática advinda com as secas. Isso porque as cisternas poderiam dar conta de abastecer uma família, mas não seriam suficientes para a produção de alimentos, por exemplo. Ou mesmo para o funcionamento de indústrias de grande porte, que, inevitavelmente, trariam desenvolvimento econômico para toda a região do semi-árido.

A opinião do governo também dizia ainda de que o projeto de integração não é uma realidade nova no país. Isso porque as ligações ditas bem sucedidas do rio Paraíba do Sul com o rio Guandu, no Estado do Rio de Janeiro, responsável pelo abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do rio Piracicaba, para reforço do

abastecimento da Grande São Paulo, com rio Pinheiros, entre outros é prova cabal de que o país teria condições técnicas - científicas para realizar esse procedimento no São Francisco, sem oferecer riscos maiores ao rio.

As previsões iniciais de custo para a implementação eram de US\$ 1,5 bilhão. O Eixo Norte foi orçado em US\$ 1,03 bilhão e o Eixo Leste, em US\$ 472 milhões, o que segundo o MI (2004, p. 41), seria mais compensatório do que os recursos aplicados em atendimentos emergenciais dos efeitos da seca somente entre 1998 e 2000, cerca de US\$ 1 bilhão. A primeira etapa do projeto recaiu nas mãos, para surpresa de muitos, nas mãos do Exército Brasileiro.

O Batalhão de Engenharia do Exército será responsável pela construção dos primeiros seis quilômetros de dois canais de aproximação do rio com estações de bombeamento. Também serão abertas estradas de acesso a essas estações, localizadas nos municípios de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, e construídas as barragens de Tucutu (PB) e Areias (PE). Paralelamente, o MI analisa 76 propostas de empresas que se candidataram à execução dos dois grandes canais que ligarão o São Francisco aos rios intermitentes do Semi-Árido. (ROZOWYKWIAT, T. 2007)

Por fim, Relatório de Impactos Ambientais dá conta das possíveis conseqüências negativas que o projeto poderia provocar. Fazendo a ressalva de que esses desdobramentos se incluem principalmente na fase de planejamento e de execução e alguns outros na fase de operação. São eles: perda temporária de empregos e renda por efeito das desapropriações, modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das bacias receptoras, risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras, introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obra, ruptura de relações sociocomunitárias durante a fase de obra, possibilidade de interferências com populações indígenas, pressão sobre a infra-estrutura urbana, risco de interferência com o Patrimônio Cultural, perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre, risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas ao homem nas bacias receptoras, interferência sobre a pesca nos açudes receptores, modificação do regime fluvial das drenagens receptoras (RIMA, 2004, p. 78).

Também vale ressaltar que o último empecilho do governo para o início das obras foi justamente o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste

Setentrional para a Agência Nacional de Águas. Essa etapa transferiria para o Ministério da Integração a responsabilidade sobre as águas do Rio, a partir dos laudos técnicos e da viabilidade do projeto, o que aconteceu em 19 de setembro de 2005, período próximo, portanto, do começo da greve de fome Bispo Dom Luiz Cappio inicia.

De acordo com a ANA (2005), o pedido de outorga preventiva foi encaminhado em fevereiro de 2001, antes, até mesmo, do começo da gestão Lula. Para que a solicitação fosse efetivada, a ANA estabeleceu algumas condições básicas como consta a Nota Técnica nº 390/2005/SOC

Ofício solicitando que o MI encaminhasse uma proposta de mecanismo institucional para operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, devidamente formalizada e acordada entre a União e os Estados das bacias receptoras. Informações sobre a utilização da faixa lateral de 2,5km ao longo dos canais. Ofício solicitando a manifestação da concordância dos órgãos gestores estaduais quanto a ofertas e demandas hídricas nas bacias receptoras e outras informações. Ofício solicitando complementações de informações encaminhadas pelo MI, notadamente sobre as fontes hídricas atuais e previstas para abastecimento aos municípios beneficiados pelo PISF.

A outorga concedida tem prazo de validade de vinte anos, podendo ser renovada, por igual período, mediante solicitação do próprio Ministério. Selando esse capítulo, a Agência concedeu o Certificado de Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH), autorizando o governo federal a iniciar as obras. A partir desse instante, o tema ganhou as páginas dos principais meios de comunicação do país, instaurando o debate na sociedade.

4.3 Defesa Política

Embora o projeto tenha sido conduzido pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Integração e com o aval do Ministério do Meio Ambiente, sob chefias à época de Ciro Gomes e de Mariana Silva, respectivamente, numa nação, ao menos em tese, sustentada pelos princípios democráticos, a decisão nunca pode ser unilateral – deferida de cima para baixo. Todo o processo precisa estar sob a vigilância, fiscalização e aprovação constante de outras instâncias de fora do poder Executivo. É isso que nas democracias garante a boa prática participativa, mantendo longe o despotismo.

Sabe-se, entretanto, diante das vivências cotidianas e da realidade de grandes desigualdades sociais, que essa não é uma democracia fortalecida. Em 2005, ano que situamos o principal objeto de estudo dessa pesquisa, o país atravessou sucessivos escândalos de corrupção demonstrando claramente os limites de atuação e idoneidade do poder Legislativo. Limite de tal forma aprisionado que, num dado momento, se tornou público o fato de quem, grosso modo, legisla não ter autonomia suficiente para contestar quem executa. Sem nenhum comedimento, parte considerável do Legislativo brasileiro, naquele momento, estava condenado diante do mensalão.

Mesmo sabendo dos inúmeros problemas que permeiam essa relação tensa entre Executivo e Legislativo não se pode, sob nenhuma hipótese, acreditar que um sempre será mera correia de transmissão do outro. Além disso, não se pode também descartar que há no Legislativo espaço para a crítica ofensiva, para a oposição e para o questionamento das ações governamentais. Sem contar que não necessariamente as articulações estabelecidas no âmbito nacional são obrigatoriamente refletidas na perspectiva regional. Dentro desse parâmetro é que se deve buscar compreender o debate sobre o São Francisco em Brasília.

Como já foi mencionado de forma recorrente, os sucessivos governos, ao longo da história, tem trabalhado com a hipótese da Transposição das Águas do Velho Chico. Ainda que poucos projetos com detalhamento e riqueza de detalhes tenham sido formulados, a ideia sempre esteve presente nas discussões das mais altas esferas deliberativas do Brasil. Inclusive, conforme mencionado no começo do capítulo, a primeira menção sobre o projeto de transposição partiu exatamente de um deputado cearense à época do Império.

Destaca-se nesse tópico algumas das falas e posicionamentos que auxiliam na compreensão desse universo. Além de alguns discursos dos deputados e dos senadores, verifica-se também o posicionamento dos ministros e de outras autoridades envolvidas diretamente com o caso. Cabe lembrar que a pesquisa não se dedica a destrinchar minuciosamente o que cada um propõem, o que cada partido pensava nacional e regionalmente ou as articulações necessárias para sustentar determinadas posições. Isso tornaria o trabalho excessivamente longo e fugiria ao tema. A proposta aqui é apenas contextualizar, criar um pano de fundo capaz de, no momento da análise, embasar a compreensão da questão. Para isso serão utilizadas as fontes com maior incidência de pronunciamentos no Congresso Nacional.

Interessante é que, nesse caso, nem mesmo as coligações e os apoios políticos à administração central foram fortes o suficiente para impedir as controvérsias. Por exemplo, a posição da bancada dos partidos de esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores, ia de encontro com a posição dos movimentos sociais. Já os partidos de oposição, mais conservadores, como a Frente Liberal, se colocavam contrário à transposição, aproximando-se curiosamente dos mesmos argumentos dos movimentos e entidades de base popular. Isto é, o jogo político traduziu-se em plena contradição. Lembrando que, quase sempre, ao mudar a filiação partidária ou ao se aproximar de um dado setor, aconteciam mudanças das próprias considerações acerca da transposição. Para aprofundar isso, vale resgatar alguns momentos.

Antes de o governo Lula assumir, a Fundação Milton Campos realizou um Simpósio com o tema A Transposição do Rio São Francisco, em 2000. A proposta foi de reunir as personalidades políticas mais eminentes para discutir a questão da obra, confrontando opiniões. O material, posteriormente publicado numa revista, clareia com facilidade as divergências de opiniões dos partidos. Esse foi, por exemplo, o caso do Senador baiano Antônio Carlos Magalhães, à época presidente do Congresso Nacional. O posicionamento da bancada vinculada ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL), encabeçada por Antônio Carlos, mesmo depois da sua renúncia por conta dos escândalos da Violação do Painel em 2001, sempre foi contrário ao projeto.

Ter as águas do Rio São Francisco não resolve o problema da seca. Se assim fosse, a Bahia não enfrentaria os problemas que afetam metade ou mais da população. A Bahia tem um terço do semi-árido nordestino, onde vivem cerca de 6 milhões de pessoas, população igual, vejam à soma das populações da Paraíba, do Rio Grande do Norte, e enfrenta os mesmos problemas de todo semi-árido nordestino. Esperar que a transposição venha resolver o problema do semi-árido nordestino é vender uma ilusão, gerar falsa expectativa, a que se seguirá uma grande frustração. (MAGALHÃES, Antônio Carlos. 2000. p.16-17).

No mesmo simpósio, a opinião do Deputado Marcondes Gadelha (PTB-PE), um dos homens fortes na defesa da Transposição, já realçava o tom de briga por interesses no que se referia a suposta disputa hídrica entre os Estados que possuíam ou não a água do rio. O argumento beirando a eloquência aparece como exagerado e esvaziado de sentido, já que em certa medida desconstrói até mesmo ciclos da natureza em favor de um argumento demagógico.

Não há nenhum risco para a Bahia. Pela razão muito simples de que as águas que estamos querendo captar já passaram pela Bahia. Se elas não forem para o nordeste setentrional, esses 70 metros cúbicos por segundo que estamos querendo captar não forem para a Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte elas não voltam para Bahia, vão para o oceano Atlântico. Nós não estamos disputando água com a Bahia. Isso é uma coisa que quero deixar bem clara. Nem uma gota d'água. Nós estamos disputando com o oceano Atlântico, que não precisa mais dessas águas. (GADELHA, Marcondes. 2000.p23).

No ano de 2005, em que o debate se acirrou nas duas Casas, verifica-se um aumento nos pronunciamentos. Não somente por conta da liberação de certificados e de termos que concederiam ao governo total autonomia para o começo das obras, mas, sobretudo, por conta da profunda crise político-institucional do país. Nesse sentido, a oposição se firmou com mais força diante da vulnerabilidade do executivo. O antigo ministro do meio ambiente, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, deputado Sarney Filho (PV-MA), então presidente da Câmara, em discurso pronunciado no dia 5 de junho de 2005, questionou a validade do projeto.

E o que dizer da transposição do Rio São Francisco? Por que essa insistência com um projeto megalomaniaco, ao estilo 7-, com altíssimo custo e resultados duvidosos? Onde está o respeito à Lei das Águas e às decisões do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco? Onde está o respeito às conclusões da Conferência Nacional do Meio Ambiente, que o próprio Governo Lula patrocinou? Está lá, na pág. 74 da publicação "*Vamos Cuidar do Brasil*", do MMA, com as deliberações da Conferência, para quem quiser ler: "*Moção de Repúdio à Transposição do São Francisco*". Dói em todos nós, saber que, enquanto são destinados bilhões de reais para uma obra de engenharia, a revitalização do São Francisco, por meio do tratamento de esgotos, das margens do rio e de seus afluentes e da destinação final do lixo das cidades ribeirinhas, que exigiria muito menos recursos, é encarada com timidez. É impossível concordar com esse tipo de decisão, que passa por cima de setores progressistas e ambientalistas do Governo e contraria a sociedade brasileira.

Quando Ministro, Sarney Filho afirmava que a decisão dele deveria ser exclusivamente pauta na formulação de parecer técnico, sem adentrar nas nuances do jogo político. No entendimento dele, o núcleo das decisões seria o Comitê das Bacias (FILHO, Sarney. 2000. p.46). Posição semelhante também era defendida pelo deputado Geddel Vieira Lima, que desde 1994, se colocava contrário ao projeto de Transposição do São Francisco.

Posicionar-me contra veementemente contra o megaprojeto de transposição das águas do Rio São Francisco para quatro Estados do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco). (...).

Além de ser tecnicamente inviável, compromete diretamente a administração das águas do grande rio, bem como todos os seus projetos hoje implantados, trazendo prejuízos à irrigação e à eletrificação. O São Francisco está precisando de investimento que vise sua recuperação, fazendo retornar a navegação em suas águas, que não são suficientes sequer para irrigar as águas já identificadas da própria bacia (...). Além desses três aspectos, irrigação, eletrificação e impacto ambiental, é preciso levar em conta a repercussão da decisão política de se alocarem recursos na ordem da ordem de US\$ 600 milhões na implantação de um projeto polêmico. (VIEIRA LIMA, Geddel. 1994).

Hoje, Geddel, Ministro da Integração Nacional do segundo mandato do governo Lula, é o maior defensor do projeto, tendo condenado veementemente a postura do Bispo Dom Luiz na greve de fome. A alegação é que um projeto como esse só produziria o desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro. Já a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reconhecida internacionalmente diante das lutas que travou em defesa do meio ambiente, foi favorável ao projeto de transposição. Não que a opinião pessoal dela tenha sido a mesma, mas o Ministério, sob seu comando, definiu como viável a proposta.

Outra opinião decisiva na questão do São Francisco foi a do próprio ministro Circo Gomes, que no ano de 2005, chefiava o Ministério da Integração. Circo (PSB-CE) movimentou toda a equipe do governo em defesa incondicional da transposição, se colocando, inclusive, radicalmente intransigente com os que postulavam contrariedades à execução do projeto. Foi um dos primeiros a se manifestar quando estourou a greve de fome do bispo, naquele mês de setembro. Uma dos pontos polêmicos foi a acusação de que o interesse de Circo pela obra se dava pelo fato de que o Estado de sua base eleitoral, o Ceará, seria um dos principais beneficiados e que, nesse sentido, a obra serviria como moeda de troca, reproduzindo as marcas do polígono das secas. Além das críticas externas, Circo também recebeu duras críticas de uma parte da bancada da base aliada que não admitia que o candidato derrotado na eleição presidencial pudesse assumir uma obra de tamanha magnitude. O deputado, mesmo depois de deixar o cargo de ministro, seguiu defendendo o projeto:

(...) alguns deles já em execução com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seja para lutar outras tantas lutas que ainda não nos sorriem com generosidade - é o prazer da luta e não a confiança na vitória que nos deve a todos animar, principalmente a nós, que nascemos e nos criamos em meio tão hostil como o Nordeste brasileiro. Ali há um compromisso com o fazer chegar as águas do Rio São Francisco, revitalizadas, saneadas, para mitigar a sede de -2 milhões de

nordestinos do semi-árido setentrional. Há um compromisso com o fazer singrar o miolo do semi-árido, conectando o sul do Piauí, onde o povo brasileiro produz soja, a despeito de todas as dificuldades, até o Porto de Suape, no progressista Estado de Pernambuco, e até o Porto de Pecém, no Estado do Ceará, para, no futuro, estabelecermos a malha ferroviária que interconectará todo esse interior onde brasileiros de cepa especial estão conduzindo a grandeza deste País, apesar das tantas hostilidades que as conjunturas socioeconômicas e políticas lhes têm imposto - aliás, conjunturas que quase sempre hostilizam quem trabalha e produz em nosso País. (GOMES, Ciro. Câmara dos Deputados, 2007).

Enquanto a base governista seguia com o argumento de que somente o Projeto poderia garantir o autodesenvolvimento sustentável aos quatros Estados da Federação que mais sofrem com a problemática das estiagens, esperando uma solução definitiva para a convivência com tão grave situação (BRAGA, Lúcia, PMDB, 2005), a oposição rebatia propondo saídas mais baratas. E embora a bancada governista tenha sido sempre majoritária desde o começo da gestão do governo Lula, os protestos advinham até mesmo daqueles que racharam com o partido. O deputado João Alfredo (PSOL-CE), tem sido um dos críticos mais severos à transposição. Para o deputado, ao contrário do que a propaganda oficial diz, a transposição não resolve o problema da seca no Nordeste.

No nosso caso, efetivamente, ela beneficiará a cidade de Fortaleza e, muito mais, o Complexo Portuário do Pecém. Calcula-se, de forma honesta e não propagandística, que apenas 5% da região do semi-árido será beneficiada, a um custo de 3,4 bilhões de reais. Com 1 bilhão de reais, o Governo construiria, no Nordeste, 1 milhão de cisternas de placa e aí, sim, resolveria o problema da sede do nordestino que está espalhado pelo sertão e que não será beneficiado por esses canais (2005).

4.4 Opiniões divergentes: preocupações sociais, ambientais e científicas

Desde que o projeto de Transposição do Rio São Francisco foi apresentado pelo governo Lula, diversos setores da sociedade vem externalizando suas dúvidas quanto a viabilidade e eficácia da obra. Movimentos sociais, intelectuais e organizações que tem se debruçado sobre a questão do semiárido, além de grupos organizados da sociedade civil que, de alguma maneira, buscam intervir na realidade existente através de reivindicações, seja de contestação ou de apoio, de conflito ou de consenso, tem

buscado estudos e análises para averiguar a melhor saída para o povo nordestino, identificando as limitações e intenções do projeto do governo.

Para o caso específico dessa pesquisa, como já foi citado anteriormente, o objetivo não é esmiuçar ou destrinchar absolutamente tudo ou quase tudo no que se refere à posição dos diversos movimentos e setores nos variados momentos do debate sobre a Transposição. Esse não é o trabalho que estamos propondo, até mesmo pelo rigor necessário, desenvolver essa linha exigiria mais aprofundamento, o que tornaria a monografia densa e, ao mesmo tempo, sem foco. Cabe aqui apenas fazer um apanhado breve, a partir do recorte subjetivo escolhido pelo pesquisador em questão, levando em consideração o mais relevante para melhor entendimento da análise no capítulo subsequente.

Dito isso, nos debruçaremos um pouco sobre a posição dos movimentos sociais, considerando também algumas outras opiniões divergentes de geógrafos, engenheiros, sociólogos e demais pesquisadores, além de algumas organizações, como a Fundação Joaquim Nabuco, referência em estudos sobre o tema, e do próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. No caso dos movimentos sociais o que inicialmente desperta a atenção é o grande envolvimento das organizações nacionalmente, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que relacionava a questão da miséria do povo sertanejo a um problema de concentração da propriedade privada das terras. Caso semelhante é o da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) que, pela atuação sistemática em todas as esferas de deliberação e discussão do tema, se configurou como uma referência fundamental nesse processo.

A CPT, vale a ressalva, poderia ser incluída num tópico mais a frente, tratando das questões da Igreja. Acontece que, nesse entendimento proposto pela pesquisa, a Comissão está muito mais próxima politicamente dos movimentos sociais do que de sua própria filiação com a Igreja Católica ou qualquer outro grupo. Inclusive sua ação é pautada na dinâmica dos movimentos sociais: fiscalizando, mobilizando, analisando e propondo.

Tomando como ponto de referência esse universo, não há dúvidas de que a maior preocupação dos movimentos sociais, no que se refere ao projeto apresentado, pelo governo se dá, especialmente, em relação aos verdadeiros beneficiados pela obra e pela questão da inviabilidade do projeto – aí, evidentemente, entra em jogo a questão do custo benefício, da logística e de alternativas mais baratas e de maior alcance.

Num artigo publicado no começo de 2010, o sociólogo Ruben Siqueira, membro da CPT – Bahia, chama atenção para a mercantilização da água, alegando que, com o avanço da obra, e com a publicação próxima do novo Atlas Nordeste, da Agência Nacional de Águas, tornam-se mais claros os verdadeiros objetivos por trás da transposição.

Ao adiantar que 73% destes 1.892 municípios estão sob risco de desabastecimento e que seriam necessários R\$ 9,2 bilhões para resolver o problema, a ANA apressa-se em dizer que a transposição (R\$ 5,5 bilhões) não basta e que as obras do Atlas não são alternativas nem conflitivas com ela, mas complementares, sem as quais a transposição será “ineficiente”. (...) O motivo da transposição não é a sede de 12 milhões de nordestinos, do cansativo discurso de Lula, mas o auspicioso “negócio da água”. Porque vai lhe custar caro, não é a água que o povo do Nordeste todo espera e precisa e merece. De novo, ele é vítima da cruel “indústria da seca”, que melhor seria hoje chamar de “hidronegócio”. (SIQUEIRA, 2010)

A citação de um período mais recente serve, especialmente, para constarmos que os embates por parte dos movimentos sociais seguem acirrados. Embora, deve-se ter a compreensão de que essa bandeira nasceu muito antes do começo das obras e se intensificou nos últimos anos por conta do próprio atrito/tensão com as ações do governo. No entendimento da CPT é preciso perceber que a transposição está além de um mero projeto que pretende canalizar água para regiões do semiárido: seria preciso entendê-lo como parte do modelo de desenvolvimento neoliberal.

Para isso, buscaram-se as referências e associações do projeto com o paradigma econômico do país, traduzido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Isso especialmente porque o projeto é o mais avançado do pacote, consumindo 6,6 bilhões de reais até 2010 (SIQUEIRA, 2010). Nesse sentido, a ótica neoliberal seria permissiva não apenas porque maximiza questão econômica em detrimento do desenvolvimento social, como também porque transforma o Estado num mero espaço articulador de interesses das grandes corporações. Isto é, o projeto serviria aos interesses do capital privado, que, por sua vez, utiliza-se do Estado brasileiro para a execução da obra, visando o controle financeiro do próprio projeto.

Foi nesse ínterim que a luta dos movimentos sociais e das diversas outras pessoas e setores divergentes tem sido uma luta contra o modelo de desenvolvimento econômico atual, que, na ótica deles, minimiza a responsabilidade do Estado frente a uma série de demandas da população. SIQUEIRA (2010) destaca que, desde 2005 as

posições vem mudando de forma a manter intacto o projeto – sem fazer concessões e sem ferir o modelo econômico hegemônico.

Na verdade o discurso sobre o São Francisco tem mudado. Não obstante as resistências populares e de boa parte da academia, ele tem sido tratado como mero “recurso hídrico”, para novos usos econômicos que se sobrepõem aos antigos. No bem arquitetado novo ciclo do desenvolvimentismo exportador e seus recém-chegados e afoitos asseclas *lulapetistas*, a reboque do PAC, não é só a nomenclatura que se altera, se não também e principalmente os discursadores, suas práticas e suas poucas e pobres idéias subjacentes. Que o digam a troca de Ministro do Meio-Ambiente, as flexibilizações da legislação ambiental, os licenciamentos facilitados, os bois rastreados. Na corda bamba entre explorar ao máximo os recursos naturais e posar de preservacionista, pende-se para o lado do maior lucro.

E ele, ao colocar os dramas do avanço do capital privado afirmando que coreanos “compram” 27 mil hectares às margens do Rio Grande para cana de etanol (que era de açúcar), que os líbios se associam à Odebrecht no projeto de irrigação Baixio do Irecê, que carvoarias mineiras levam o Cerrado em carvão para suas siderúrgicas, que mineroduto de 400 km levará minério de ferro de Caetité para o porto de Ilhéus com água do rio e que o Governo Wagner oferecendo, no *BahiaBio*, 530 mil hectares para cana de etanol irrigada na bacia, silencia-se numa única pergunta: “Haverá tanta água para tanta sede de lucros?” (SIQUEIRA, 2010)

Não foi somente a questão da apropriação privada sobre um bem público que preocupou os movimentos sociais. Uma dos problemas chaves colocados nesse debate foi a estrutura socioeconômica da própria região. Sobretudo levando em consideração a alta concentração de terras, o latifúndio assentado em rígidas bases históricas. Isto suscita o temor de que a água, ao invés de romper com esse quadro dramático, reproduza-o e, pior, reforce-o, dando inclusive suporte financeiro. Para Aziz Ab’Saber (2010), em depoimento para a Revista Ciência Hoje, a transposição só terá algum efeito se for acompanhada ele por uma reforma agrária regional., "caso contrário, beneficiará apenas os fazendeiros”.

Essa inclusive constitui a briga do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A organização que, há quase trinta anos leva adiante o projeto de reforma agrária consistente para o país, aprovou nacionalmente posição contrária a Transposição por entender que ela não altera o regime de acesso à terra no país, privilegiando apenas os setores que já são historicamente favorecidos. Esse repúdio ao projeto, pela

importância nacional no que tange a mobilização política e luta pela reforma agrária bem como pelos direitos da classe trabalhadora, em especial do campesinato, aglutinou os setores combativos para repensar os problemas trazidos pela seca não como meramente uma questão natural, mas sim de ordem histórica e política.

Sabe-se que a concentração da terra no Brasil Sertanejo tem sua origem fincada na história colonial, conforme relato do capítulo 2. Essa questão permanece como um impasse gerador de miséria e expulsão do povo. Embora o objetivo do Ministério da Integração seja, a priori, levar água para o povo do sertão, diante das condições históricas, não é possível ignorar os problemas trazidos pela realidade do latifúndio e da monocultura. Não é mesmo possível falar em Transposição sem pensar vias de romper com o coronelismo e o mandonismo local. E esse foi e continua sendo um dos pontos-chaves trazidos pelos movimentos sociais quando expõem as adversidades do projeto.

Até porque essa posição ganhou o respaldo dos grandes centros de pesquisa e ensino do Nordeste. O tema é recorrente porque dialoga com a realidade regional e se apresenta como um elemento indispensável na compreensão das dimensões sociais e políticas. Nesse sentido, a opinião de que desviar as águas do São Francisco não atende e não supera os entraves do semi-árido, é compartilhada pelo professor de geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ao definir que o status quo permanecerá praticamente inalterado com a obra:

O retorno do capital investido na grande empresa é mais rápido e os grandes empresários têm maior poder de pressão e, por isso, conseguem mais facilmente as vantagens. Fizeram uma política de irrigação no médio São Francisco, mas em vez de fazerem programas de pequenas propriedades e cooperativas, fizeram um programa ligado às grandes empresas. Então vêm empresas do exterior ou de outras regiões do Brasil, montam empreendimentos e levam o lucro. O que fica é só o salário mínimo dos trabalhadores. O que adianta mais um megaprojeto, se amanhã essas águas, como acontece no médio São Francisco, irão beneficiar basicamente grupos empresariais que recebem uma infra-estrutura totalmente preparada pelo Estado a custo zero. (ANDRADE, 2010).

Somado-se a isso, retoma-se o debate primordial para os movimentos sociais e para aqueles que se colocam contrário ao projeto: a revitalização do rio. Falar em revitalização é, indubitavelmente, tocar no debate sobre a questão ambiental. E não é só abordar o tema a partir de uma leitura de degradação da natureza e do espaço, pela humana desde os tempos da colonização, mas também sobre os impactos que o desvio das águas pode ter sobre determinado ecossistema. É preciso perceber também que as

modificações ambientais produzem conseqüências diretas não só na vida humana, que contribui para a própria morte do rio, como também na flora e na fauna local. Ou seja, Transposição é, antes de tudo, um procedimento de transformação. E, por isso, precisa da minúcia e do cuidado para não ser desastrosa.

Na posição do governo, como foi visto, a revitalização do rio tem plenas condições de acontecer concomitante à transposição, não oferecendo danos ou riscos maiores para o meio ambiente. No entendimento dos movimentos sociais, essas análises contem em si problemas de ordens diversas. Primeiro porque se supõem que um rio em estado de degradação, secularmente sofrendo com a ação predatória do homem, não teria condições de transpor suas águas para supostamente abastecer outras regiões. E o segundo motivo tinha ligação com o receio vigoroso de que a ação conjunta dos dois projetos servisse apenas de engodo para aquilo que de fato interessa para o governo e aliados: as obras da transposição. Há também o receio sobre o próprio custo e sobre o próprio dinheiro a ser empregado na obra e na revitalização.

Até a votação do orçamento para 2005, o discurso do governo colocava com prioridade a revitalização, alegando, conforme constata Suassuana (2005), que só seria possível executar a obra com o rio minimamente recuperado. Não foi o que aconteceu. Esse ponto foi um dos conflitos que primeiro se destacaram, tendo em vista que ocasionou certa confusão e embaraçamento das prioridades. A revitalização, pautada na recuperação da vegetação ciliar e dos solos, no desassoreamento da calha do rio, na melhoria da qualidade das águas através do tratamento adequado dos esgotos sanitários e dos dejetos industriais lançados no rio, dividiria as atenções e os recursos com a obra de maior impacto e de maior significado político.

Além disso, têm-se também os próprios prejuízos que aumentariam com a execução da obra. Isso porque os impactos ambientais seriam diretos. A construção de canais, por exemplo, implicaria na destruição da caatinga e na remoção de comunidades vizinhas. Só que essas comunidades não são pequenos aglomerados de origem recente: são os índios, os remanescentes de quilombolas, e pessoas em situação de vulnerabilidade. O caso dos índios Pipinã, por exemplo, o Eixo Leste cortaria o seu território e também uma Reserva Biológica da Serra Negra, em Pernambuco, que é uma das mais antigas do Brasil, criada na década de 50 (MALVEZZI, 2010).

Não somente os cálculos têm servido de mote para contestar o discurso oficial, como também a investigação mínima do que ele propagandeia. No Relatório de Impacto

Ambiental, de 2004, o Ministério da Integração assegura o benefício de 12 milhões de pessoas no Nordeste Setentrional. Ao passo que

os estados receptores das águas do rio São Francisco (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) possuem uma população de 13,5 milhões de habitantes. Excluídos desse total o contingente populacional já atendido pelo abastecimento d'água nas grandes capitais e nos principais centros urbanos desses três estados, o número de pessoas cai para 9,5 milhões. A pergunta que não quer calar é a seguinte: onde estão esses 12 milhões de habitantes que serão atendidos pelo projeto? (SUASSUNA, 2005)

Nesse sentido, também são rebatidos os argumentos de que a experiência de desvio das águas não é nova nem mesmo no Brasil, tendo em vista a do rio Paraíba do Sul, para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Para isso, são resgatados os argumentos próprios do discurso científico.

Existem três condições básicas que justificam a transposição de águas de um rio: existirem uma bacia com muita água sobrando e terras e relevo que não sirvam para irrigação; outra bacia com terras irrigáveis, mas com carência de água e uma relação custo-benefício viável para a realização da obra. Para o caso do abastecimento do Rio de Janeiro, essas alternativas se enquadraram perfeitamente na transposição ali realizada. Já para a transposição do São Francisco, as três não se enquadram, tendo em vista haver demanda por água nas terras cultiváveis próximas ao rio; existir água na região das bacias receptoras, faltando apenas o estabelecimento de uma política eficiente para a sua distribuição e posterior consumo das populações e, por último, falta sustentação energética e financeira para a execução da obra. (SUASSUNA, 2005).

Foi, nesse sentido, que os movimentos sociais e pesquisadores dos grandes centros de referência afrontam o projeto da Transposição. MALVEZZI (2007, p.40) conseguiu, sucintamente, traduzir o pensamento corrente afirmando durante todo o seu trabalho que

A polêmica que se formou em torno da transposição do rio São Francisco não opõe os que têm água aos que não a têm. O que está em jogo é a continuidade da indústria da seca, que vende mitos para fazer fortuna e poder, mantendo a miséria do povo. É preciso ficar claro: a transposição não foi concebida para saciar a sede de pessoas e animais, mas para alimentar a indústria da irrigação voltada para a exportação. Para saciar a sede humana existem soluções locais muito mais baratas, como logo veremos.

As dúvidas perfaziam até mesmo as análises estabelecidas pelo Banco Mundial, aliado histórico do livre mercado e do modo capitalista de produção. O BM mostrou-se

cético quanto ao esgotamento de possíveis alternativas ao projeto central, demonstrando claras preocupações no que tange à capacidade de abastecimento urbano e industrial, além de pôr em xeque a ideia de que a seca seria aliviada, posto que só uma pequena porcentagem da população seria alcançada e mostrando que população poderia ser alcançada de forma mais efetiva através da combinação de atividades direcionadas

Ao mesmo tempo que reconhecemos que o projeto tem característica técnicas interessantes tais como uma crescente disponibilidade de água através da sinergia entre reservatórios existentes, gostaríamos de enfatizar que os benefícios sociais máximos só podem ser alcançados através de sólidos princípios de alocação de recursos do setor público. Respeitar os princípios acima, asseguraria que os benefícios fossem maximizados. Os benefícios esperados devem ser comparados mais de perto com o custo do investimento. Os investimentos precisam seguir uma reforma institucional e não o contrário; conseguir acordos a cerca de princípios modernos de gerenciamento de bacias seguido pela construção de nova infraestrutura, quando direitos adquiridos já foram ganhos, é muito mais difícil do que negociar antes da construção. O projeto precisa especificar suas metas de alívio da pobreza, incluindo a população beneficiária, e as formas específicas pelas quais serão atingidas, como está no momento, tais benefícios se comparam de forma pobre com qualquer análise financeira e econômica, que no momento permanece muito negativa. (Nankani, 2004)

Boa parte da argumentação precisou ser pautada no estudo científico da obra. Embora os dados possam parecer confusos e, muitas vezes, contraditórios e diferentes, tantos os intelectuais, como movimentos e organizações, foram obrigados a analisar o projeto, através dos dados e cálculos oferecidos, para rechaçá-los. E foi nesse ponto que entra a importância do saber científico, posto que ele tem poder dentro da nossa sociedade. O seu local de fala é privilegiado e é capaz de dar conta das dúvidas e conflitos técnicos que se encontravam no projeto. Especialmente porque o cientista tem condições de oferecer ao restante da sociedade uma interpretação embasada dos dados apresentado. Embora, fica a ressalva, essa interpretação está sempre sujeita a diversos tipos de interesses. Nunca neutra ou isenta, porém necessária.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (2004) avaliou que a transposição de um rio só pode ser feita mediante a análise de três sistemas: o físico, o biológico e o humano.

No caso do físico é preciso observar (a) Quantidade de Água: nível; descarga; velocidade; águas subterrâneas; perdas. (b) Qualidade de Água: sedimentos; nutrientes; turbidez; salinidade e alcalinidade; temperatura; substâncias químicas tóxicas. (c) Implicações sobre os solos: erosão; sedimentação; salinidade; alcalinidade; mudanças em padrões de uso de terra; mudanças da caracterização mineral e

conteúdo de nutrientes no solo; indução a terremotos; outros fatores relativos à hidrogeologia. (d) Atmosfera: temperatura; evapotranspiração; mudanças microclimáticas; mudanças macroclimáticas. Já no *sistema biológico é necessário verificar o* (a) Ambiente aquático: zooplâncton; fitoplâncton; peixes e vertebrados aquáticos; plantas; vetores de doença. (b) biodiversidade em geral: animais; vegetação; perda de hábitat; encarecimento de hábitat. Por fim o sistema humano, que inclui (a) Produção: agricultura; aquicultura; geração de energia; transporte (navegação); indústrias; recreação; mineração. (b) Sócio-cultural: custos sociais, inclusive reassentamento das pessoas; desenvolvimento de infra-estrutura complementar; efeitos antropológicos; implicações políticas.

Tomando como base esse procedimento de avaliação, a SBPC (2004) entendeu que captar em média 65 m³/s diante de todas as restrições legais e da possibilidade de aumento compromete a maior parte da vazão do rio São Francisco com as atividades de geração de energia e com a necessidade de manter vazão mínima no baixo curso do rio para evitar maior comprometimento com as questões ambientais e as atividades produtivas como pesca e navegação. No que se refere à geração de energia, os cenários projetados para os próximos anos, já ratificados durante o recente período de baixa acumulação registrada no reservatório de Sobradinho, mostram que o rio São Francisco teria sua função como principal provedor de energia do Nordeste continuamente reduzida. Como a questão ambiental na foz e os usos da água no baixo curso do rio condicionam a vazão mínima acordada, observava-se assim a dificuldade de aumentar a disponibilidade atual de 261 m³/s e a análise de alocação de água deve ser estabelecida a partir deste valor.

O projeto em discussão estabelece como valor médio a captação de 65m³/s considerando que em diversos períodos os reservatórios do Nordeste a serem beneficiados estarão com percentual significativo de acumulação e assim irão necessitar de menores transferências de água, com transferências maiores em outros períodos que chegarão a 127m³/s, o que corresponde a 47% da disponibilidade atual alocável para usos consuntivos. É importante ressaltar que a coincidência de períodos de estiagens mais severas nas duas regiões é bastante significativa e nesses casos conflitos séria de usos podem se estabelecer. (SBPC, 2004, p. 12).

Foram também externalizadas preocupações do alcance da obra para a população sertaneja, historicamente dispersa naquele território. No entendimento da SBPC (2004,p.12) não havia como atender esse contingente populacional com água do São Francisco, restando às formas tradicionais (ou um pouco mais inovadoras, para evitar as elevadas perdas por evaporação) de convivência com o semi-árido: cisternas, poços, dessalinização, pequenos açudes, barragens subterrâneas, etc. A SBPC também

expôs as fragilidades referentes às questões econômicas e as preocupações sobre os objetivos propostos e os objetivos a serem alcançados dada as idiosincrasias sociais e econômicas do Nordeste Setentrional.

No ano de 2005, a Fundação Nabuco também publicou dois artigos assinados pelo engenheiro agrônomo João Suassuna, um dos principais críticos do projeto nacionalmente, classificando a transposição como um projeto tecnicamente ruim, socialmente preocupante e politicamente desastroso. Além de ser potencial gerador de um erro que considera fatal. Para SUASSUNA (2005) a degradação do rio inviabilizaria qualquer tentativa sensata de desviar parte de suas águas, posto que o mesmo não “irá suportar mais esta retirada de água sem que haja conseqüências negativas na geração de energia elétrica”.

Para chegar a essas constatações, foi preciso mais do que a mera observação dos períodos em que o rio ficava mais seco ou mais cheio. Era necessário confrontar os próprios dados trazidos pelo projeto do Ministério da Integração e reinterpretá-los a partir de uma nova perspectiva: a de um rio que, antes de ajudar, precisa fundamentalmente de ajuda. Nos estudos feitos do rio, os técnicos chegaram à conclusão de que o rio tem um volume alocável de apenas 360 m³/s, dos quais 335 m³/s já foram outorgados, já estariam com o direito de uso assegurado. O que restaria nesse balanço volumétrico são apenas 25 m³/s para serem utilizados num projeto cuja demanda média será de 65 m³/s, podendo a vazão máxima atingir cerca de 127 m³/s, ou seja, o rio já não disporia, naquela época, dos volumes necessários ao atendimento das demandas do projeto (SUASSUNA, 2005).

No entendimento de Aziz Ab'Saber (2005), evocando o discurso científico, seria preciso perceber que o rio estava sujeito aos períodos de longa estiagem também, já que “o cerrado e a caatinga têm a mesma sazonalidade: seis meses muito secos e justamente no período da seca do cerrado e da caatinga é que o rio vai ter que fornecer mais água para a transposição”. O geógrafo, que foi uma dos atores que interferiu diretamente no caso publicando artigos, concedendo entrevistas, palestras e debates, buscou avaliar os impactos da transposição a partir das modificações no espaço. Isso levando em consideração a formação geológica do semi-árido, o solo, a questão da evaporação rápida da água, bem como os desníveis do relevo que obrigariam o bombeamento da água a grandes alturas.

Para fundamentar sua pesquisa, Aziz Ab' Saber (2005), alerta ainda para o fato de que caso os volumes fossem retirados, o São Francisco poderia passar por problemas

similares aos do Rio Colorado, nos Estados Unidos, e Amarelo, na China, onde também aconteceu projeto de transposição. No discurso do governo inclusive sobressai que a experiência de desviar as águas do Rio é mundialmente conhecida, embora, segundo SUASSUNA (2005), não se fale que nesses rios os caudais já não chegam mais à foz, por problemas advindos do uso indiscriminado de suas águas ao longo de suas bacias, sendo que o Colorado, por exemplo, recuou 100 km de sua foz, dando lugar à formação de um deserto pelo processo de salinização da área de sua primitiva embocadura foi submetida.

4.4.1 O comitê

Para além dos posicionamentos dos movimentos sociais, dos intelectuais e das entidades contrárias ao projeto de Transposição, o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), instituído por meio de decreto presidencial em cinco de julho de 2001, portanto, ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, traduz os conflitos e impasses entre os setores que disputavam seus interesses no caso. O Comitê, a bem da verdade, deve ser entendido como o principal espaço de discussão na sociedade brasileira a respeito do São Francisco, sendo, inclusive, um marco divisor no que tange à elaboração de planos e estratégias para utilização dos recursos hídricos a longo prazo. Tendo essa perspectiva é que cabe adentrar um pouco mais nessa seara, averiguando como essas articulações e conflitos deferiram parecer contrário ao projeto.

O CBHSF foi criado com o objetivo claro de implementar políticas de recursos hídricos ao nível para toda a Bacia do São Francisco, estabelecendo regras de condutas no âmbito local. Para tanto, ficou sob responsabilidade do Comitê o estabelecimento de regras e de condutas locais com o intuito de gerenciar eventuais conflitos e mediar os interesses locais frente aos projetos de todas as demais esferas: estadual ou nacional. A formação do Comitê partiu do pressuposto de que a gestão dos recursos hídricos deveria ser fundamentalmente descentralizada e intercalada com a participação/intervenção da sociedade dentro da suas representatividades: poder público, usuários da água e os cidadãos e cidadãs que compõem o coletivo. É também da natureza do Comitê propor a descentralização do poder de decisão bem como o fomento da integração entre ações públicas e privadas.

No caso da composição desse

Comitê é notória a participação distribuída dos setores sociais. O poder público, repartido entre municipal, estadual e federal, representa 32,2%, os usuários das águas, 38,7%, a sociedade civil é representado por 25,8% e as comunidade indígenas por 3,3% dos integrantes. Essa divisão representativa é recortada a partir do critério de territorialidade. Dessa divisão, Minas Gerais tem 19 representante, a Bahia conta com 12, Pernambuco com 8, Alagoas e Sergipe com 6, Goiás e Distrito Federal com 1, Comunidades Indígenas e Comunidades Quilombolas com 1 representação, a União com 5 e a Hidroeletricidade da Bacia com 2.

Desde que formado, o Comitê vem desenvolvendo inúmeros estudos e notas técnicas, assim como manifestações e relatórios sobre o Rio São Francisco. Nesse caso, o universo construído pelas representações nas três gestões existentes estão além de discutir meramente a Transposição do Rio, embora ele não se furte a esse debate. A ideia é traçar conjuntamente um plano de recuperação, de resguardo e de estratégias de desenvolvimento social por meio dos recursos hídricos do Rio. O Comitê conta para isso com autonomia e suporte legal para ser atendido nas suas formulações.

Embora tenha poder deliberativo, o parecer contrário no que tange ao projeto da transposição foi atropelado pela vontade do Executivo, que, constantemente, alegava falta de legitimidade e, até mesmo, de legalidade do Comitê ao contestar suas prerrogativas na definição de prioridades para alocação e critérios de outorga de águas para usos externos à bacia. Nesse ínterim, o CHBSF insistia com veemência nas outras alternativas possíveis para solucionar a problemática do semi-árido setentrional, recomendando maior prudência, amadurecimento e melhor consistência técnica para emprego de volumosos recursos financeiros “em empreendimento historicamente tão contestado por grande parte da comunidade técnico – científica brasileira” (CBHSF, 2004, Salvador).

A celeridade com que o Governo Federal levou a cabo o Projeto foi outro ponto de forte discussão dentro da comunidade que participava dos encontros do Comitê. Isso porque se tratou de uma proposta com conseqüências muito sérias e, portanto, exigia maior aprofundamento no caso de ser executada. Além disso, o Comitê não se deu por satisfeito frente às supostas brechas deixadas pelo Governo.

Mais estranho ainda é, por exemplo, o fato de que os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, para onde são destinadas as águas do chamado Eixo Norte, são detentores, juntos, das maiores reservas de águas acumuladas do Semi-Árido, sem que os investimentos necessários para a distribuição e uso democrático dessas águas

estejam sendo efetivamente encarados pelo Governo Federal. São também insustentáveis as afirmações de porta vozes do Ministério do Meio Ambiente, quando tentam convencer a população brasileira de que apenas 1% das águas do São Francisco serão utilizados na Transposição. Em verdade, o impacto da retirada das águas para o projeto do Governo Federal deve ser calculado em função da água efetivamente disponível para captação e é óbvio que neste contexto os números são absolutamente mais significativos, situando-se entre 25% e 48% da vazão alocável para todos os usos futuros da bacia. (CHBSF, 2004).

Um das grandes batalhas travadas pelo Comitê foi a necessidade prioritária de se pensar também a Revitalização Hidroambiental da Bacia do São Francisco deveria ser estabelecida como peça central dos investimentos da política de recursos hídricos, buscando consensuar pelo diálogo quais são as soluções mais sustentáveis para o desafio da escassez hídrica do Semi-Árido brasileiro. Como o projeto de Transposição não se mostrou claro no quesito da revitalização, sobretudo, no montante de dinheiro a ser aplicado, o Comitê rejeitou o Projeto em outubro de 2004, em Salvador, depois de cinco consultas públicas em cidades da Bacia do São Francisco ao aprovar que o uso externo das águas do São Francisco seria autorizado apenas para abastecimento humano e dessedentação animal, nas situações de escassez comprovada.

A avaliação do Comitê entendeu que a obra particularmente o Eixo Norte, é essencialmente de caráter econômico, sendo apenas uma parcela das águas, em valor bastante inferior a 26 metros cúbicos por segundo, destinados oficialmente a destinada ao consumo humano e animal. Negou também a propaganda oficial de Ciro Gomes, afirmando que o projeto trará sérias restrições ao desenvolvimento futuro da bacia com a perspectiva de esgotamento em 20 anos, da vazão que pode ser retirada do rio para uso econômico (CBHSF, 2005). Nesse debate caloroso, para além do trabalho explicativo e minucioso de destrincha as proposições do projeto, o Comitê precisou ainda rebater as acusações governo federal de desqualificar os pesquisadores, técnicos, cientistas, ambientalistas envolvidos nessa empreitada.

No entendimento do Comitê, os defensores da transposição não conseguiram demonstrar a sua urgência, necessidade, reais benefícios e beneficiários e que tanto para o Comitê, para a SBPC (Sociedade Brasileira de Progresso à Ciência), o Banco Mundial e de inúmeros cientistas, “a transposição nunca poderia ser o ato inicial de uma solução integrada para o semi-árido, mas a última etapa de um conjunto de soluções que deveria começar pela democratização do acesso à água, através da distribuição do estoque já existente tanto na região receptora como doadora, pela

revitalização da bacia e pelo investimento maciço em soluções de convivência com a seca.”

4.4.2 A CNBB e o Discurso Religioso

Foi prioritário buscar fontes sobre as deliberações da Conferência Nacional de Bispos do Brasil no que concerne à Transposição do Rio. Isso se deve ao fato de que a CNBB tem, historicamente, pontuado nas questões de relevância para o país. Além disso, a Conferência foi colocada no olho do furacão, com a greve de Fome do Bispo Dom Luiz Cappio. Inevitável, portanto, se furtar a esse debate. Até mesmo porque o que se verificará é a forte tentativa de tornar o debate sobre o São Francisco na perspectiva da religião, dos ensinamentos bíblicos e não do problema em si.

Para além desse quadro, não se pode minimizar o fato de vivermos num país em que a Igreja Católica é a religião dominante. E que, embora espaços tenham sido abertos por novas doutrinas, a formação cristã é o que tem permeado nossa formação enquanto povo e servido de instrumento indispensável na composição de nossa bagagem cultural. Foi também a Igreja Católica uma das principais responsáveis por edificar de maneira decisiva nossa tradição judaico-cristã, conforme explicado no capítulo 1.

A Conferência é uma instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no Brasil. A CNBB exerce algumas funções pastorais em favor de seus fiéis, procurando “dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo” (CNBB, 2010).

Portanto, a CNBB não se coloca como instância morta e livre dos dilemas e conflitos que permeiam a realidade do país. E, diante dessa perspectiva, cabe assinalar, retomando o conceito de Gramsci de hegemonia, que dentro da CNBB existem conflitos e tensões entre diferentes grupos. As alas mais conservadoras, outras mais liberais, progressistas, enfim, a opinião da Conferência, por consequência, pode variar com certa

amplitude até mesmo esgarçando as contradições sobre a postura de seus membros ou de suas decisões.

No caso do São Francisco, a cobrança maior se deu em torno da greve de fome do Bispo, que supostamente atentaria contra a própria vida, ferindo os preceitos fundadores do cristianismo. A CNBB, seguindo a orientação mundial da Igreja Católica de optar pelos interesses dos mais necessitados, sempre estendeu apoio ao Bispo durante o período da greve de fome. À época chefiada por Dom Geraldo Magela Agnelo, a organização expressou solidariedade afirmando com veemência que o projeto não havia sido discutido. Combatendo as acusações de que a Igreja estava acobertando a prática do suicídio, a Conferência rebatia afirmando que o intuito do jejum não era morte.

Embora, essa posição tenha sido hegemônica dentro da CNBB, por outro lado, opiniões contrárias também se faziam presentes. De acordo com Dom Odilon Pedro Scherer, ex-secretário geral, “a greve de fome do Bispo é inaceitável” (CNBB, 2005). Em paralelo, a Conferência promovia mobilizações e enviava solicitações para que a retomada do debate acerca do Projeto de Revitalização e Integração de Bacias do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional fosse precedido da Transposição.

Essa posição foi ratificada por ocasião da segunda greve de fome, em 2007. Em nota pública assinada pelo presidente, Dom Geraldo Lyrio Rocha, em 12 de dezembro, a CNBB informa que

Dom Luiz expressa seu constante compromisso em defesa do Rio São Francisco e da vida das populações ribeirinhas – agricultores, quilombolas, povos indígenas – e de outras áreas. Sua atitude revela respeito à dignidade da pessoa e da criação e sua convicção de que o ser humano é capaz de conviver em harmonia e respeito com o meio-ambiente. Assim, Dom Luiz Cappio traz à luz o embate entre dois modelos opostos de desenvolvimento: de um lado, o modelo participativo e sustentável, que valoriza a agricultura familiar e a preservação da natureza; e de outro, o que privilegia o agro e hidro negócios, com sérios prejuízos ambientais e sociais, pois explora o povo e destrói os rios e as florestas. (...). A CNBB tem afirmado, junto ao governo e à sociedade, a necessidade de dar continuidade a um amplo diálogo sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Tem sinalizado também a importância da revitalização do Rio e a garantia de toda população ao acesso à água de boa qualidade como um direito humano e um bem público.

E complementa estabelecendo os desejos de maior participação nas decisões e abertura para novas saídas:

O Governo democrático tem a responsabilidade de interpretar as aspirações da sociedade civil, em vista do bem comum, de oferecer aos

cidadãos a possibilidade efetiva de participar nas decisões, de acatar e de respeitar as determinações judiciais, em clima pacífico. Julgamos necessário considerar outras propostas alternativas, socialmente adequadas e eficazes, apresentadas por entidades governamentais, especialistas e movimentos sociais, a custos menores e com possibilidade de atingir maior número de pessoas e municípios. (CNBB, 2007, p.1).

Não somente o Bispo da Barra, Dom Luiz, ou de regiões próximas se comprometem com a questão. Existe um esforço coletivo para estudar o projeto, problematizá-lo e evidenciar suas contradições e impasses. Num artigo intitulado Réquiem para a Transposição, de Dom Tomás Balduino, em 26 de Outubro de 2009, o bispo questiona os laudos técnicos apresentados pelo Ministério da Integração pontuando que

A transposição pretende guindar continuamente, em um desnível de 300 metros, 2,1 bilhões de m³ da água mais cara do mundo para o Nordeste, que, por sua vez, já acumula 37 bilhões de m³ a custo zero. Se o problema da seca do Nordeste não se resolve com esses 37 bilhões de m³ armazenados, irá ser resolvido com 2,1 bilhões de m³ da transposição? Uma certeza muitos têm: os 70 mil açudes do Nordeste construídos nesses cem anos demonstram que lá não falta água. O que falta é a distribuição dessa água. Basta implantar um vigoroso sistema de adutoras, como o proposto pela Agência Nacional de Águas, por meio do "Atlas do Nordeste", que foi abafado pelo governo.

Mesmo com a insistência do governo em dar prosseguimento às obras, a Conferência continua se mostrando firme com relação à descrença nos supostos benefícios do projeto. E insistentemente ataca-o por compreender sua ineficácia. A Conferência também não se exime de apontar os supostos culpados e de denunciar sistematicamente o jogo de interesses que se segue atrás do projeto faraônico da Transposição. Em artigo publicado no dia 18 de fevereiro de 2010, em que os resultados da Conferência de Copenhague são avaliadas, a Conferência afirma que “a teimosia brasileira só pode ser entendida como dependência governamental das grandes empresas empreiteiras, interessadas nas grandes obras das usinas hidrelétricas, da transposição das águas do rio São Francisco e na transformação da água e da energia em mercadorias”.

5 CAPÍTULO IV

5.1 Aspectos Metodológicos

A parte final dessa monografia responde pelo estudo e análise do objeto de estudo em si. É a parte em que se esboçam as considerações devidas sobre a cobertura do jornal A Tarde no caso da Transposição. Nesse sentido é que, uma vez, tendo sido feito um percurso de imersão nas premissas que norteariam esse capítulo, por meio dos pontos elencados na fundamentação teórica, e na constituição de uma bagagem sobre o histórico de exploração e colonização do rio, passando pelas condições atuais, ou mesmo pelas críticas e confrontos dos grupos disputando Transposição e Revitalização, partimos agora para o momento chave da pesquisa.

A particularidade desse trabalho reside no fato de que foi necessário construir um roteiro e, conseqüentemente uma metodologia, capaz de transitar entre as muitas disciplinas que compõem as ciências humanas, em especial, a história, a geografia e a sociologia. Até porque, conforme consta no objetivo, as limitações da cobertura serão avaliadas através dos subsídios oferecidos pelas ciências humanas. Pretendemos isso sem perder de vista o nosso local de fala: o jornalismo. Evidentemente traçar o contexto e o panorama sobre o Rio São Francisco e tudo o que foi construído com o escopo de fortalecer as bases da compreensão para um melhor entendimento da análise seguem como etapas imprescindíveis.

Esse argumento parte do pressuposto de que o conhecimento ampliado sobre a Transposição, com relatos, por vezes, exaustivos dos atores e atrizes envolvidos, servirá para entender o alcance da própria cobertura. E, quando aqui tratamos de alcance, não estamos limitando a concepção apenas ao que a cobertura conseguiu fazer com certa qualidade ou com aquilo em que foi deficiente. Isso conta bastante numa análise, mas não é e não pode ser tudo. E esse é o grande desafio que a metodologia estabelece para a análise propriamente dita: tentar ir além das observações da cobertura tradicional em que o pesquisador se dedica tão somente a identificar no conteúdo e/ou na forma os pontos favoráveis e negativos da cobertura.

O perigo desse caminho reside na possibilidade de produzir um trabalho quase acrítico, formatado num padrão pré-determinado e quase inquestionável. Além disso, se propor a uma análise de cobertura meramente factual é incidir nos mesmos dilemas trazidos pela prática do jornalismo diário. Tomando isso como base, partimos do pressuposto metodológico de que é preciso não somente averiguar carências e acertos (se é que podemos tratar nesses termos). É preciso partir dos conceitos desenvolvidos na fundamentação teórica, abordando as questões ligadas ao jornalismo científico e

ambiental, retomando o pensamento dos teóricos lá apresentados bem como seus conceitos. Dessa forma, uma revisão bibliográfica se fez necessária para reavaliarmos as áreas das ciências humanas sob o olhar da geografia, da sociologia e da história.

Para a análise, foram construídas cinco categorias de interpretação da cobertura da transposição do rio São Francisco no Jornal A Tarde. Inicialmente o material de análise foi buscado na internet (www.atarde.com.br), através do acesso a versão on line, que guarda o acervo das edições anteriores. Foi realizada uma busca geral com as expressões “Transposição do Rio São Francisco”, “Luiz Flávio Cappio”, “greve de fome” e “Projeto de Integração das Bacias”. A partir do resultados, constatou-se uma quantidade considerável de citações, matérias, reportagens e artigos de opinião referentes ao tema. Na busca, entretanto, nenhuma referência ao ano de 2005, posto que o armazenamento digital iniciou-se tão somente no ano subsequente. Isso motivou a busca na Biblioteca Central, nos Barris, em Salvador, onde se concentra todo o acervo do jornal desde o ano de sua fundação. O acesso a esse material é livre e gratuito.

Uma vez tendo assinalado esse percurso até o material cabe aqui, na metodologia, abrir espaço para discutir um pouco o mote e a necessidade de criação das quatro categorias. É importante perceber que as mesmas não foram estabelecidas pelo acaso – mas por um conjunto de fatores que se articularam e possibilitaram um desenho mais nítido da problemática. A partir dos estudos e discussão, com certo aprofundamento, na obra de Leff (2001) e também de Smith (1998), ambos já apresentados na fundamentação, entendemos a necessidade constante de verificar os caminhos de se construir uma nova racionalidade. Uma nova racionalidade diferente daquela gestada na modernidade e fundamentada pelas idéias de Descartes (2006) e Kant (2001) no sujeito racional.

Levamos em consideração o que Smith (1998) julga ser a herança judaico-cristã que colocou o homem numa posição superior aos outros seres. Fato que permitiu a dominação humana sobre a natureza, conforme trata Santos (2008). Por essas leituras e reflexões constituímos a primeira categoria de análise que versa sobre como se deu o entendimento da cobertura do Jornal A Tarde na relação do homem sobre a natureza (primeira categoria). Para a nossa compreensão, esse ponto é fundamental porque um dos elementos chaves que tem norteado o estudo é tentar perceber como o jornalismo pode auxiliar decisivamente na construção de um novo modelo de sociedade, de uma nova racionalidade.

No caso da categoria referente ao diversos saberes empregados – científico, ambiental, popular – que constituem a segunda categoria, nos referenciaremos, especialmente, em Souza Santos (1989). Interessante perceber essa categoria se relaciona diretamente com a primeira, uma vez que construir uma nova racionalidade para essa relação homem natureza, perpassa, no entendimento dos autores, por buscar outras formas de saber, outras maneiras de enxergar o mundo. E, ao criar essa categoria, temos condições de perceber as limitações que o jornalismo tem nesse panorama e como o tratamento dado aos diversos saberes, hegemônicos ou não, remodela, reconfigura, redireciona a nossa própria forma de olhar o problema.

Mostraremos também o entendimento que a cobertura tem acerca do quesito chave: a Transposição (terceira categoria). Usaremos os estudos de Santini (2009) sobre o deslocamento do tema principal e aquilo que acaba preponderando no discurso sobre o projeto. Ao mesmo tempo, é esse deslocamento que permitirá esboçar as irregularidades do próprio discurso sobre o que é Transposição. Isso significa buscar na cobertura qual conceito ou quais conceitos de Transposição são mostrados e, principalmente, oriundos de quem ou de que setor.

A partir da ideia de que as contradições e o debate é peça imprescindível no jornalismo abordaremos como foram construídas as contradições e disputas pelo jornalismo no referido episódio. Hegemonia e disputas serão também empregadas nessa categoria aqui denominada de contradições da cobertura (quarta categoria). Retomaremos, nessa perspectiva, o conceito de arena de visibilidade pública proposto por Gomes (2009) em que a troca de ideias e de razões públicas, por parte dos sujeitos sociais, acontece nos meios de comunicação de massa. E esse debate é decisivo no fortalecimento da democracia. Significa afirmar que quanto maior for o espaço destinado ao confronto, à troca pública de argumentos, à transparência das decisões, maiores são as chances de se consolidar os interesses de um determinado coletivo. Ora, para nós é de suma importância verificar as limitações que o Jornal A Tarde apresenta no esgarçamento dos confrontos na arena de visibilidade pública. É ela que pode nos indicar as carências e os desafios do fazer jornalístico no cotidiano.

Por fim, retoma-se um pouco a questão dos valores vigentes na formação discursiva moderna, especialmente os a valorização do indivíduo em detrimento do coletivo. Criou-se uma nova categoria (quinta) para analisar a construção do herói – no caso, o bispo. Nesse íterim, se insere a ideia liberal da necessidade dos heróis, dos sujeitos que servem de exemplo e dos que podem guiar a massa, sem permitir que ela

mesma tome as rédeas da situação. E, dentro da concepção liberal, que é hegemônica na sociedade, é que se constroem os mitos, os heróis. Identificamos similaridades com a construção e narração da trajetória de dom Luis. Sobre esse ponto estabelecer essa categoria de análise deve-se a força e a constância que assume na cobertura.

Dentro desse parâmetro, resgata-se, ainda que não diretamente, também Foucault (2009) e a questão do discurso. Isso porque não nos bastará entender o que foi dito ou que não foi dita pelo discurso da cobertura, mas, especialmente, por que foi dito e por que não foi dito, o que possibilitou a adoção daquele discurso e não de outro, o que foi necessário para fazer aquele discurso (seja científico, ambiental, político ou religioso) verdadeiro e outros, como, por exemplo, o saber tradicional não. E, nesse ponto, intercalaremos novamente com Souza Santos (1989) e as considerações sobre o senso comum e as rupturas epistemológicas trazidas pela pós-modernidade. Antes de adentrar com mais precisão nesse caminho é preciso obedecer, ao menos, certo ordenamento do capítulo.

Para que se possa confrontar as verdades produzidas pelo A Tarde naquela cobertura é que se faz imprescindível valer dos dados e opiniões trazidas no capítulo anterior. São elas que podem nos garantir outros olhares e perspectivas para o confronto e para atestar o que o discurso, coerente com os valores hegemônicos do veículo e da própria sociedade, disse e o que foi interdito. Interdito aqui no sentido de impedido. Nessa perspectiva, como a análise se debruça sobre o veículo de comunicação, nos basearemos também material publicado em outros meios – fundamentalmente o Jornal Nacional e o Brasil de Fato.

Embora não apareçam análises das matérias desses veículos nesse capítulo, elas foram importantes não somente para enriquecer nossa compreensão, como também para servir de base no contraste com outros discursos e outros regimes de verdade. Até porque pertencem a duas esferas de jornalismo com suas diferenças. O Brasil de Fato é veículo on line, formado a partir do Fórum Social Mundial, isto é, com bases populares, enquanto que o Jornal Nacional tem uma vinculação mais atrelada ao baronato dos meios de comunicação do país, o que implica em reforçar seus laços com os valores mais liberais e progressistas.

Como o nosso foco central é o A Tarde e levando em consideração que um dado regime de produção de verdades não pode nunca ser desvinculado de um contexto, de uma história. Isso porque deve-se perceber que a escolha do veículo não foi fruto do acaso. É o principal jornal impresso da Bahia, inserido no circuito dos grandes veículos

de comunicação do país, com quase um século de atuação nas coberturas regionais. Foi importante analisar um jornal daqui para saber o que se fala na transposição a partir de uma perspectiva local. Para entender esse fator é que se tem breves considerações sobre o veículo. Esse passo é necessário até mesmo para a familiaridade com o objeto de estudo e entende como é possível que o seu discurso se torne verdadeiro.

5.2 Jornal A Tarde: breves considerações

Primeiramente análise textual de um produto cultural exige observar o seu entorno, as informações contextuais que ajudam a compreender o objeto enquanto produto de um processo histórico e não como fenômeno isolado. Compreender o contexto de surgimento do A Tarde, sua trajetória e suas reconfigurações até os dias atuais, bem como a política editorial adotada, é fundamental para a análise da construção de seu discurso e das suas verdades

Com o intuito de criar um espaço que pudesse abarcar o cenário político, social e econômico da Bahia, no começo do século XX, especificamente em 12 de outubro de 1912, surgiu o Jornal A Tarde. O veículo, que é o mais antigo em circulação na cidade de Salvador, rapidamente se firmou como um dos principais pólos de informação da imprensa baiana. A credibilidade e confiança das diversas esferas da sociedade se estabeleceram desde os primeiros anos.

Na raiz do seu processo de estabelecimento enquanto fonte confiável de informação situava-se a contestação e até certa hostilidade dada ao governo estadual de Seabra. Desde o início, Ernesto Simões Filho, fundador, teve como objetivo estruturar uma empresa de comunicação sem grandes atrelamentos ao poder político. Na época Simões Filho trabalhava para o então governador da Bahia, José Joaquim Seabra, que chegou ao cargo de governador após tumultuada situação política. O governador foi o interventor indicado pelo governador Federal, logo depois do cargo ter sido assumido interinamente por Aurélio Viana. Apesar de no início Simões Filho ter sido favorável ao governador interventor, no seu vespertino apareciam queixas mais frequentes da população, levando-o a romper com o Seabrismo, se demitindo do cargo público que ocupava. (GOMES, 1993, p.8)

Esse foi o primeiro passo no sentido de fomentar a independência e isenção do grupo frente às esferas de decisão. Especialmente porque passou a sobreviver sem o apoio e o subsídio oferecido, em geral, pelo governo aos seus apoiadores. A partir

desse cenário pouco favorável ganhou espaço no Jornal as matérias pagas e a publicidade, que, anos mais tarde, passaria a ocupar tanto o espaço físico quanto simbólico na produção jornalística diária – posto que os anúncios publicitários também passaram a contribuir com a sustentação econômica e na própria circulação.

Em paralelo, essa ruptura com o poder governamental foi decisiva diante da opinião pública. Isso porque demonstrava aos olhos dos leitores a independência do veículo para tratar de todos os dramas e conflitos que afligiam o corpo social. Baseado nessa premissa estava o espaço dedicado para as queixas e descontentamentos da comunidade. Isso fortaleceu-o como representante legítimo da sociedade na defesa de seus interesses, prioridades e outros assuntos cotidianos que pudessem ser relevantes.

Para além disso, o jornal A Tarde tem na sua raiz a ideia de modernização e de progresso. Parte do pressuposto de que, para atingir esses objetivos, a sociedade, nos seus diversos âmbitos, precisava ter acesso qualificado à informação. Ser instrumento da modernidade foi, inclusive, um dos passos incorporados na própria constituição do Jornal. Nos primeiros anos de sua atuação, foram feitos investimentos volumosos na parte gráfica. Já no ano de 1913, “o jornal passou por sua primeira mudança dando continuidade a sua intenção de ser uma empresa de comunicação capaz de acompanhar a modernização, mas ao mesmo tempo se mantendo numa linha séria e conservadora” (GOMES, 1993, p.8)

Nesse sentido, cabe reiterar que publicação situou-se no contexto da organização capitalista da cultura e de indefinições quanto aos rumos e modelos a serem adotados. Embora, desde sempre, o veículo tenha se colocado como um produto cultural em sintonia com o projeto político de progresso da nação, através da modernização do Brasil pela implantação definitiva do capitalismo – tentando romper com as velhas oligarquias e com as práticas do império. Sua campanha publicitária de lançamento é bastante ilustrativa: baseava-se nas rápidas transformações mundiais, na agitação política, nas novas descobertas da ciência e na necessidade que as pessoas têm de saber, de modo claro, o sentido de tudo isso.

É muito interessante perceber que a história do grupo traduz sintomaticamente os valores hegemônicos em voga num determinado período do país. Não uma tradução literal, evidentemente. Mas uma reconstrução da realidade fortemente baseada no terreno da cultura hegemônica. Assim é que o jornal, ao mesmo tempo que se pautava no conservadorismo, como, por exemplo, criminalizando movimentos sociais e as religiões de matrizes afro, propunha o crescimento, progresso e modernização da nação.

Ora, essas sempre foram as contradições e confluências vivenciadas no Brasil durante boa parte do século XX. Mesmo no incipiente século XX, o país atravessa essas contradições de forma escancarada. Isso porque tentava afastar as velhas práticas, mas não superava as desigualdades. Isso se repete ou se prolonga na Era Vargas, no pequeno suspiro democrático pós 1945, no regime militar e permanece, guardada as devidas transformações, na democracia atual.

Nesse ínterim, o A Tarde buscava formas e novas estratégias para consolidar sua aproximação com o leitor. Assim é que surgem os Anúncios Populares e os cadernos especiais. Mesmo com os prejuízos causados pela segunda Guerra Mundial, A Tarde continuou seguindo com a implementação de novos suplementos, trazendo repertório e experiências de fora da sua própria zona de atuação. Foi nesse processo que se fortalecem os anunciantes. Para se ter uma ideia na década de 60, o jornal possui corretores específicos para levar novos anúncios. Com Jorge Calmon, redator chefe, no dia 2 de abril de 1978 o jornal passou a ter a edição dominical (GOMES, 1993, p.11). Isso remodelou todos os segmentos da empresa, alterando substancialmente a redação, o setor industrial de publicidade, circulação e administração.

Foi na década de 70 também que o jornal assume o posto de um dos principais veículos do país, abrindo sucursais por todo o Estado da Bahia (Jornal A Tarde, 2010, on line). Isso garantiu não somente uma referência positiva para o jornalismo como também uma possibilitou certa integração da Bahia e dos seus problemas. Data desse período também a mudança da sede do Jornal para o Caminho das Árvores, tido como o centro financeiro de Salvador. Logo após essa transferência, nasceu, no começo da década de 80, a Tarde FM, impulsionando o crescimento do grupo e transformando-o num conglomerado empresarial de maior força no mercado da informação.

As mudanças não pararam de se processar. Tanto na forma, com as modificações gráficas, quanto no gerenciamento do conteúdo e produção/execução de pautas. Nos últimos 10 anos, com a dita crise do jornalismo impresso, em que as versões on line passaram a ocupar mais terreno, o jornal precisou de reformulações constantes para não cair nos anacronismos e no isolamento. E assim que surgiu a Tarde On Line e o Mobi A Tarde, uma espécie de plataforma “que permite o acesso e envio de notícias de conteúdos exclusivos via celulares e palmtops” (Jornal A Tarde, 2010; On Line) Indubitavelmente, essas mudanças se davam puxados pelo carro chefe do jornal: a modernização, o progresso, a novidade.

Assim, foi sendo construída a expectativa sobre a necessidade de consumir um novo produto, apto a trazer para os leitores potenciais informações sobre os fatos ocorridos na Bahia, no Brasil e também fora dele. Comprar A Tarde era a possibilidade de adquirir diariamente uma parcela de modernidade. Ressaltando que, nesse caso, modernidade é diretamente identificada com o progresso da nação e com os próprios valores liberais.

Cabe destacar que, embora lido por classes sociais distintas, o pertencimento social do A Tarde sempre foi muito claro: a classe dominante, soteropolitana, constituída e constituinte de um projeto político para o Estado e para o país. Embora seja empobrecedor tratar a opção política do grupo, seja sob a tutela da direita ou da esquerda, não perdemos de vista que o jornal, como qualquer outro grande veículo de comunicação, possui interesses e, nesse caso, continua defendendo um projeto político para a Bahia que não necessariamente coaduna com os interesses populares. Projeto esse que se não é absolutamente atrelado aos valores próprios da direita, como o liberalismo, o capitalismo e a própria democracia participativa, seguem longe, por outra via, de ter uma base social consolidado, num projeto mais humanizado das abordagens e dos temas.

Feitas essas considerações nos debruçaremos sobre os pontos em que a cobertura do Jornal recaiu destacando, evidentemente, seus pontos em comum com a visão de mundo do veículo e os seus valores apresentados. Isso sem perder de vista o pacto social próprio do jornalismo que acaba por influenciar toda a produção de notícia.

5.3 CORPUS

Uma vez contextualizado os elementos que caracterizaram o jornal A Tarde, ao longo da história, a pesquisa parte para a análise propriamente dita do material acerca da transposição. Como *corpus*, serão analisados 55 textos, incluindo notas, matérias, grandes reportagens, entrevista e colunas de opinião, retiradas de 12 edições impressas de 27 de setembro a 8 de outubro de 2005 – período que corresponde a greve de fome do Bispo Dom Luiz Cappio. A escolha foi orientada pela grande visibilidade dada ao tema, como já colocada na Introdução.

Também existem textos de outras publicações – à exemplo do Brasil de Fato, site jornalístico proposto pelo Fórum Social Mundial, e do Jornal Nacional – lançados à mesma época. A leitura desse material foi fundamental para a análise, pois, como já foi dito, para compreender como se constroem as verdades no discurso jornalístico do A Tarde é preciso não só observar que assuntos e temas que ele destaca em sua cobertura, mas quais ele silencia.

5.4 ANÁLISE

5.4.1 Dominação do homem sobre a natureza e a racionalidade ambiental

Tem sido um tema recorrente nessa pesquisa a ideia da necessidade urgente de se repensar o modelo de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Foi tratado, desde o começo da fundamentação, a sucessiva quebra de paradigmas e as transformações humanas no que tange a apropriação da natureza. Constava também no começo da pesquisa que umas das categorias de análise deveria se debruçar sobre a contestação da relação homem versus natureza feita pelo jornalismo no referenciado período de estudo da análise.

Isso porque se tem como valor hegemônico na sociedade contemporânea que o progresso e o desenvolvimento, nos marcos do capitalismo, constituem um dos principais caminhos para a emancipação dos povos e para a construção de um mundo mais justo. Retoma-se um pouco de Souza Santos (1989) e de Leff (2001) para mostrar que uma nova racionalidade vem sendo edificada, posto que o modelo adotado pela humanidade, baseado no racionalismo e no sujeito cartesiano, se não esgotado, encontra-se em franco processo de substituição.

É nesse ínterim que resgata-se Santos (2008) para lembrar que nossa sociedade transformou o meio natural em meio técnico-científico. E que, portanto, esse meio técnico científico é o terreno em que se coisifica a natureza, pela apropriação, dominação e intervenção humana sobre os ciclos naturais. Exatamente isso o que tem fomentado o saber científico na sua formação moderna, pautando-se não somente na concepção de superioridade da força humana diante do enfrentamento da natureza, como também nos valores hegemônicos – liberais/progressista - sustentados pelas classes dirigentes.

Assim é que na cobertura do Jornal A Tarde essa relação não é minimamente questionada. Na cobertura, tendo como contexto uma sociedade capitalista, fortemente referenciada na ideia do progresso como fonte salvadora, e, especialmente, na confiança de que a ciência é o caminho, a verdade e a vida, nenhum questionamento foi feito no sentido de provocar reflexões sobre a apropriação histórica da riqueza do Rio pelo homem. Mesmo nas matérias destinadas, por exemplo, a avaliar as questões do impacto

ambiental, houve uma espécie de aprisionamento as falas institucionalizadas e ao factual. Mais do que isso, houve a aceitação do que está sendo dito sobre a intervenção do homem naquele ambiente sem contraposição de ideias, sem ceticismo.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto de Integração da Bacia do São Francisco indicou que as possíveis perdas de vegetação nativa associadas às obras de implantação do projeto serão compensadas pela criação e apoio a Unidades de Conservação no Bioma Caatinga, com investimentos mínimos de cerca de R\$ 23 milhões, e por diversos mecanismos de proteção da vegetação e da fauna, como aquisição de áreas preservadas que se encontram no trajeto dos canais e a implantação de estruturas de passagem para a fauna terrestre. Uma das medidas que o governo anuncia para compensar os efeitos negativos do projeto de integração é a implantação de 24 programas ambientais, como os de Educação Ambiental, Treinamento e Capacitação em Questões Ambientais, Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos, Recuperação de Áreas degradadas, Compensação Ambiental, Apoio Técnico às Prefeituras, Controle da Saúde Pública, Conservação da Fauna e Flora, Preservação à Desertificação, entre outros. (GOMES, M. Impacto Ambiental deve ser bem avaliado. *Jornal A Tarde*, 2005, p.5)

Nesse trecho, a cobertura jornalística coloca-se a disposição a prestar esclarecimentos, a permitir que os atores coloquem suas razões para a arena de visibilidade pública. Mas esse elemento não deveria impedir que o jornalismo seja nocivo ao poder público ou para qualquer outro que fala. Essa prática é o que possibilitaria que as informações não fossem dadas como certas, como verdades. No caso, da matéria anteriormente citada revela-se preocupante a leitura do EIA, documento governamental, portanto, comprometido com interesses bem definidos, ser apresentado ao leitor sem as devidas contra-provas e as reflexões críticas que foram feitas sobre o estudo.

O que se nota na construção da informação do *A Tarde* é que, embora se retome com certo cuidado alguns problemas ambientais graves da Bacia Hidrográfica do São Francisco, como a questão do despejo de dejetos e a falta de saneamento básico nos municípios, não houve nenhuma responsabilização, por exemplo, dos próprios agentes públicos que pretendiam levar a cabo a transposição. Mais do que isso, a cobertura não buscou respostas sobre como a transposição poderia resolver esses problemas

ambientais ou qual seria a validade de investir tanto numa obra que não dá conta de questões básicas.

Os estudos realizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, ano passado, revelaram que apenas 5% dos esgotos dos 503 municípios da bacia têm tratamento. A carga de esgotos domésticos chega a 499 toneladas de demanda bioquímica de oxigênios por dia, o que mostra que o rio é o destino da maior parte dos esgotos domésticos produzidos por mais de 12 milhões de pessoas que habitam a área de influência do rio em cinco Estados. (BELEM, L. Rio recebe 499 toneladas de dejetos. Jornal A Tarde, 2005, p.5).

Responsabilização, evidentemente, não somente dos indivíduos, mas de um conjunto de práticas que se perpetuou historicamente na sociedade. Evidente a necessidade de buscar frente ao governo, municipal, estadual e federal, que tipo de políticas públicas poderiam dar conta. Identificar nas práticas individuais o cerne dos problemas ambientais vivenciados pelo Rio, como, por exemplo, jogar lixo nas águas, tornou o problema superficial, posto que a agressão humana sob a natureza é premissa do modelo de desenvolvimento que adotamos. Conseqüentemente, ao não buscar historicamente, culturalmente, a responsabilidade pelo profundo estado de degradação das águas do São Francisco, o próprio questionamento sobre esse modelo ficou comprometido.

Mesmo quando se propôs a buscar respostas aprofundadas – vale salientar que as matérias sobre os problemas ambientais ocuparam espaço minoritário – o cenário apresentado não oferece alternativas, nem correlaciona a situação com as prováveis conseqüências da transposição.

Queimadas, desmatamento, erosão das margens, assoreamento, redução da qualidade da água, turbidez, alteração das áreas de recarga de aquíferos e aumento de sedimentos no rio são alguns dos problemas relatados nos Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que foi elaborado pelo Comitê da Bacia de mesmo nome (CBHRSF). Ele mostra que o rio foi sendo degradado ao longo dos anos, desde a sua descoberta, em 1501, com as atividades mineradoras e o garimpo em busca de ouro e pedras preciosas. (HISTÓRIA é marcada por agressões ambientais. Jornal A Tarde, 2005, p.5)

Houve um nítido e louvável esforço no sentido de mostrar a agressão sofrida pela São Francisco. Foram apresentados os dados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que demonstraram o quanto a situação é crítica. Só que, novamente, o discurso esbarrou no silenciamento dos responsáveis por esse panorama. Informou-se os problemas, mas nada se disse sobre os impactos que a transposição nessa realidade já brutalmente violentada. Foi essa busca por identificar, responsabilizar, que Santos (2009, p.239) propõem ao meio-técnico-científico-informacional, dizendo que “os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos hegemônicos da economia, da cultura e da política”.

Nesse panorama proposto por Santos (2008), em que a nossa unidade foi forjada na base da agressão sobre o primeiro espaço, a natureza, o jornalismo do A Tarde não conseguiu perceber que a transposição representava uma nova etapa de aproveitamento humano sobre a natureza. Pautada, sem dúvidas, na pedra fundadora das sociedades modernas de que os recursos naturais estão disponíveis para o consumo e melhoria da vida humana. Não é somente questionar a validade do projeto e da intenção dos seus objetivos, mas repensar a racionalidade e os valores que impulsionaram a execução da obra - fruto de uma racionalidade estritamente econômica, inculcada no desenvolvimentismo típico de um modelo de humanidade que não abarca as complexidades e os problemas vividos hoje.

Para isso não seria preciso um esforço hercúleo. O próprio jornalismo poderia, a partir dos elementos históricos, evocar a colonização do Rio, resgatando o modo de ocupação e o instinto predatório que norteou os ideais de desenvolvimento da região. Mais do que isso, estava a necessidade de centralizar a cobertura nesse olhar das ciências humanas – garantindo maior representatividade e expressão nos textos. Esse olhar questionador serviria como um guia no aprofundamento e esclarecimento sobre o Rio.

Fundamentalmente trata-se de perceber que existem responsáveis, existe uma cronologia histórica da degradação do Rio e esses atores e atrizes se perpetuam nos seus muitos papéis ao longo desse processo. Não por práticas isoladas e individuais, mas, principalmente, porque essa racionalidade, fruto da supremacia humana, naturalizou o primeiro espaço enquanto coisa a ser consumida. O poder público que vendeu a transposição como o fim da seca nordestina é o mesmo que se mostra incapaz de dar conta do saneamento básico ou de ter secretárias na gestão para lidar com o meio ambiente. Assim também o é o latifundiário que apóia a transposição pelo fato de trazer

o desenvolvimento quando, na história do semi-árido, é a concentração de terra a grande responsável pelo atraso e miséria dos mais de 12 milhões de pessoas supostamente beneficiadas com o projeto (RIBEIRO, 2007). E o que falar do agronegócio que no Brasil se coloca como inimigo da preservação ambiental e expulsa para o povo sertanejo para os bolsões de miséria das grandes cidades? Em contraposição, a cobertura tomou nota do que o governo dizia, do que iria fazer por meio das assessorias e das informações prontas.

De acordo com a assessoria de comunicação do MIN (Ministério da Integração Nacional) agora falta apenas a licença para a instalação do Ibama para que a obra possa ser iniciada. As obras têm previsão de dois anos. O projeto pretende captar 1,4%, o correspondente a um de cada 100 litros que o rio deságua no mar, para abastecer 12 milhões de pessoas que vivem no semi-árido setentrional em mais de 300 municípios de pequeno, médio e grandes portes. (BELEM, L. Transposição só depende do IBAMA. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

Nesse âmbito, o que se verifica na cobertura do Jornal A Tarde é que ao reconstruir a realidade drástica do semi-árido sobre a degradação ambiental não houve um chamado claro para os atores e atrizes que contribuíram para aquela realidade. É como se a poluição das águas fosse fruto do acaso ou da intervenção de desconhecidos.

Para além dessas questões, não se pode perder de vista que os princípios fundadores e que consolidaram o jornal ao longo dos quase cem anos incidem sobre os valores da modernização, do desenvolvimento sob a tutela da tecnologia. Ou seja, pensar uma nova racionalidade, tal como Leff (2001) entendeu como necessária, não faz parte da leitura que foi construída pela própria cobertura. Isso fez com que a relação homem versus natureza não só deixasse de ser questionada como também reproduzida dentro da lógica da formação moderna de que a natureza deve oferecer subsídios para a vida humana.

Quando se fala de transposição ou de revitalização é sempre para atender uma necessidade humana, nunca a própria conservação da natureza. Se revitalizar ou transpor o que está em jogo não é o destino do Rio, mas o destino das pessoas que utilizam o Rio, seja para pesca, para consumo humano, para geração de energia, para o agronegócio, enfim, para qualquer finalidade utilitarista. É aquilo que Smith (1998) entende como a herança judaico-cristã, que, de acordo com os ensinamentos bíblicos, o

homem é o ser mais importante do mundo e todos os demais seres e coisas estão subordinados a sua força e vontade. Por isso que pensar em preservar a natureza, deve nessa racionalidade, só ter sentido se essa preservação salvaguardar as benesses que o homem pode tirar dela.

A revitalização do Rio São Francisco, que é o principal motivo que os especialistas apontam para que não seja iniciado agora o projeto de transposição das águas, terá os recursos liberados ainda este mês pelo Ministério da Integração Nacional (...). As cidades de Cabrobó e Petrolina, em Pernambuco, serão as primeiras a ser beneficiadas com os serviços de saneamento básico, recebendo R\$4 milhões e R\$ 6 milhões, respectivamente. (BELEM, L. Liberados recursos para revitalização. Jornal A Tarde, 2005, p.11)

Percebe-se, portanto, que nem mesmo as matérias publicadas com relação a questão da Revitalização deram conta de apontar novos caminhos e novas maneiras de interação da população ribeirinha com o Rio. Na citação anterior, o debate voltou-se para as questões econômicas e para a apresentação daquilo que o governo dizia que iria fazer em paralelo às obras de transposição. Fala-se dos recursos, em que cidades seriam empregados, mas nada se levanta ou se questiona das formas como o Rio poderia ser revitalizado. Qual a visão de revitalização? Bastaria apenas recompor as matas ciliares para evitar o assoreamento? Seria mesmo possível falar de revitalização sem tocar na questão chave da educação e dos hábitos das comunidades?

Esses e outros tantos questionamentos submergiram diante da disposição oficial dos dados e dos fatos. Caracterização semelhante aparece em outros momentos.

A proposta de emenda constitucional que cria o fundo para a revitalização e desenvolvimento sustentado do Rio São Francisco, com recursos de R\$ 300 milhões ao ano, será votada na terça-feira (11) na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o assunto (...) revelou hoje que alterou a composição de recursos do novo Fundo por causa das resistências do Ministério da Fazenda. A proposta original, aprovada pelo Senado, era de que o fundo seria constituído por 0,5% da arrecadação da União com todos os impostos, deduzidas as vinculações e as participações constitucionais. (FUNDO de Revitalização vai ser discutido. Jornal A Tarde, 2005, p.4)

Ao se debruçar sobre o que os parlamentares estavam debatendo, as medidas necessárias, o orçamento a ser aprovado, houve um silêncio velado sobre o que seria a própria revitalização. O que deveria ser uma cobertura ambiental com profundidade tornou-se uma cobertura política esvaziada do confronto. O jornalismo do A Tarde não pensou a revitalização como mudança de impactos positivos em toda a vida social, mas reconstruiu o seu debate como tão somente elemento de oposição à ideia de transposição. Isto é revitalização, que deveria ser esclarecida sob a perspectiva de uma mudança nos hábitos, na cultura e nessa racionalidade, foi posta como elemento político daqueles que se diziam contrários as obras. Isso se repetiu ao longo de toda a produção.

O governo avalia a possibilidade de liberar recursos para a revitalização do Rio São Francisco como forma de tentar resolver o impasse que se estabeleceu com a greve de fome feita pelo bispo de Barra (BA), dom Luís Flávio Cappio (...). Segundo o deputado do PT da Bahia [Walter Pinheiro], o valor seria de aproximadamente R\$400 milhões e a revitalização levaria em torno de dez anos. (AGÊNCIA ESTADO E BRASIL . Governo avalia Revitalização. Jornal A Tarde, 2005, p.4)

Assim é que, mesmo sem necessariamente ser compelido a optar pela transposição ou pela revitalização, mas somente em esclarecer os fatos e as divergências, caberia sim, fundamentalmente, pelo compromisso social do jornalismo e pelo valor da informação enquanto direito social, apontar para outras possibilidades nessa relação homem versus natureza. Percebendo que mesmo a revitalização precisa primar pela recuperação sistemática do Rio, alterando para o futuro a relação que aquela comunidade terira com ele. Caberia pensar em reinventar maneiras do jornalismo reconstruir o mundo utilizando-se para isso de uma nova perspectiva, fundamentada numa racionalidade capaz de superar a modernidade com suas proposições progressistas e sem controles.

Nesse sentido, vale retomar a discussão sobre a apropriação da natureza pelo homem e a sua intensificação a partir do estabelecimento da ciência moderna. Devemos avaliar esse ponto porque a ciência na cobertura do Jornal foi fonte segura de conhecimento. A cobertura não traz questionamentos simples como, por exemplo, saber quem são esses cientistas/ especialistas e a que interesses estão subordinados. Sem contar que nem mesmo o fato da ciência moderna desantropofizar a natureza, rompendo com o criacionismo, e criando um conhecimento capaz de instrumentalizar a natureza (SOUZA SANTOS, 1989, p.66), foi posto em cheque.

Essa é uma discussão da qual a cobertura não poderia se furtar, posto que um dos pilares de sustentação do governo para levar a cabo às obras incidia sobre a real viabilidade do projeto, pauta exatamente nos estudos técnicos e científicos, conforme visto no capítulo 3. Ora, a mesma ciência que acelerou brutalmente os impactos humanos na natureza continua sendo a fonte de conhecimento e, portanto, como nos disse Foucault (2002) de poder, na hora de decidir nos rumos de uma questão. Sobre esse saber, sobre como ele se mostra dentro da construção jornalística que trataremos agora.

5.4.2 Saber científico/ambiental, saber popular e discurso oficial

Se de um lado a relação entre o homem e a natureza passou incólume diante da cobertura, processo semelhante acontece quando se atenta para os confrontos do discurso científico /ambiental, com o discurso oficial. Para manter certa coerência na produção dos seus discursos, e, no seu próprio regime de verdade, sustentado na crença da isenção, neutralidade, poucos questionamentos ao discurso oficial são feitos. Mesmo porque, como já foi relatado, a construção de uma narrativa em cima de um único sujeito e não em torno do confronto da transposição auxiliou no apaziguamento das opiniões na própria apresentação desses saberes.

Antes de analisar a questão do saber científico/ambiental e do choque com o discurso oficial, do governo federal, por meio do Ministério da Integração, caberia abrir um ponto de discussão para o enfoque dado ao saber popular. Retoma-se Souza Santos (1989, p.31) para lembrar que a ciência moderna, insere-se nesse bojo o conhecimento jornalístico por conta das similaridades e interações apresentadas na fundamentação, construiu-se a partir de um enfrentamento, o do senso comum. Considerou-o como falso, superficial e ilusório. Atacou o senso comum porque pertence ao reino da banalidade, da opinião meramente aceita, do conhecimento vulgar e da experiência imediata.

Foi a partir dessa premissa que o saber tradicional é subjogado, desvalorizado e deslegitimado pela sociedade e pela própria cobertura, por aquilo que identificava como importante e necessário. Ora, a participação e opinião popular, dentro de uma hegemonia que privilegia o local de fala de uma determinada elite, sempre foram vistas

como desnecessárias e inoportunas. Foi sobre essa linha que o Jornal A Tarde assentou sua reconstrução do saber popular. Especialmente, como foi destacado no capítulo 2, porque o seu local de fala é claro: urbano, litorâneo e fruto de um grupo historicamente privilegiado em relação à comunidade do interior do país.

Houve uma nítida desvalorização do conhecimento das comunidades tradicionais face aos dados estatísticos e às vozes dos especialistas. O povo foi representado como aquele que tem muita fé no milagre divino, mas que pouco sabe. Como aquele que não tem condições de dizer nada, para além, de sua demonstração explícita sobre o desconhecimento do Projeto e sua capacidade de ser engabelado para os interesses políticos de Brasília.

Apesar de o gesto extremado dom Luiz Flávio Cappio ter repercutido em todo o país e até em outros países, aquecendo a discussão em torno das implicações ambientais e sociais que o projeto de Transposição do Rio São Francisco irá causar, a população de Cabrobó apóia o projeto. (...). Josué Lima dos Santos, 30 anos, é também um pequeno produtor rural, mas se sente confuso ao opinar sobre a transposição do Velho Chico. 'Eu estou confuso. Não sei mais quem está certo ou quem está errado, cada um diz uma coisa. Não sei dizer se sou a favor ou contra', comentou". (GOMES, M. Sertanejo não compreende projeto. Jornal A Tarde, 2005, p.10)

Como consequência desse fato, de ver, de um modo generalizado o povo sertanejo a partir do estranhamento, da subjugação, da superioridade sociocultural, coube ao sertanejo, na cobertura, ser representado tão somente como o homem de fé, o que, necessariamente, remonta ao atraso. O povo sertanejo é aquele que espera o milagre da água, que espera por dias melhores, que, enfim, traduz com veemência a ideia de que o sertão vai virar mar porque há uma força divina capaz de dar conta disso. Só como exemplo, podemos mencionar a matéria subsequente.

Ao chegar sítio onde está a capela, sob um sol do dia mais quente desde que o bispo iniciou a greve, mulheres que seguravam galhos benzeram as águas do São Francisco. Índios de diferentes etnias e estados, acampados no local desde anteontem à noite, também dançaram o toré (dança indígena em louvor à vida e as divindades). Entre as comunidades indígenas presentes, estavam Kariri Xocó (AL), Xukuru de Ororubá (PE), Tumbala (BA), Capinawa (PE), Pipipan Kambiwa (PE). (FERREIRA, C. Dom Luís perde força e ganha Adesão. Jornal A Tarde, 2005, p.4)

O que interdita claramente essa representação construída pelo jornal, que relega o sertanejo a papéis quase folclóricos, é o fato de que o próprio povo se constituiu com

um dos principais críticos ao projeto, os que mais estudaram e se fundamentaram para contrapor-se às falas oficiais. Não foi a toa que os movimentos sociais que se estruturaram no sertão e o próprio Comitê da Bacia têm uma vertente popular inquestionável. Sem contar na Comissão da Pastoral da Terra responsável pela mobilização e politização popular, através de encontros sistemáticos para discutir o semi-árido.

Foi também nesse sertão que pouco sabe, que nada entende, que está a margem dos avanços do mundo, em que se encontram grandes centros de pesquisa e pólos de desenvolvimento responsáveis por impulsionar a vida do seu povo. Evidente que o desconhecimento do projeto é gigantesco o que, necessariamente, precisaria ser visto como um impasse para a sua própria execução. A essa colocação, pouco se fala. Ainda na matéria, mencionada anteriormente, além de vitimizar o sertanejo constrói-se um personagem digno da literatura de Graciliano: o bruto. Os personagens apresentados na matéria, as fontes escutadas parecem sempre muito distante da realidade concreta do Projeto. E, por desconhecerem os seus impactos, sempre caem no impressionismo e na reprodução das opiniões alheias, geralmente oriundas das pessoas ditas entendidas.

Como prefeito, Mário Barros (Cabrobó), acredita que a obra irá trazer benefícios à cidade com a injeção de verbas, que serão destinados ao saneamento básico, saúde, segurança e geração de mil empregos diretos e quatro mil indiretos temporariamente. (GOMES, M. Sertanejo não compreende projeto. *Jornal A Tarde*, 2005, p.10)

Dialogando com essa construção do povo sertanejo também se verifica semelhante processo na matéria “Ribeirinhos desconhecem Transposição”. Apesar da honestidade em mostrar que de fato existe desconhecimento, tratou de suprimir o conhecimento popular, não deixando dúvidas de que aquela população ao depositar alguma fé na melhora de suas vidas, deixava-se levar pelo oportunismo político.

O lavrador Antônio Isidório de Souza, 61 anos, dono de 41 hectares de terra na localidade de Riacho de Anjico, dentro da Fazenda Tucutu, na margem da BR-428, que é oposta ao trecho onde o rio passa, só consegue água para beber no local por conta dos caminhões pipa enviados pela prefeitura. ‘Como a gente pode ser contra um projeto desses’, questionou. (...) Joaquim Souza, proprietário de uma área vizinha, que defende a todo custo a realização das obras. ‘Eles disseram que o riacho vai ficar com água. Se isto for verdade, vai ser bom’, disse Joaquim, referindo-se as informações obtidas através de um noticiário da TV Globo”. (FERREIRA, C. Ribeirinhos desconhecem Transposição. *Jornal A Tarde*, 2005, p.3)

Em nenhum momento o saber historicamente acumulada pelas comunidades, no que se refere à própria vida ribeirinha e sua capacidade de aproveitamento, foi levantada. O que o povo pensava não teve validade considerável perto do que ele desconhecia. E o que ele desconhecia era uma mundo de coisas, dados e explicações cujas respostas podem ser fornecidas por especialistas, pelo governo e por quem entende de transposição. Esse ponto tem muita relação com o que o Leff (2001) pensou sobre o saber popular. Para ele, o reconhecimento social e a legitimidade do saber acumulado durante séculos pelas comunidades é parte indissociável para pensar uma sociedade ambiental. É também esse reconhecimento necessário que propõem Souza Santos (1989) ao sugerir que o saber popular seja a ferramenta capaz de, junto com o saber científico, fundar um novo paradigma social.

Por outro lado esse pressuposto de superioridade não se desnudou quando as fontes científicas são ouvidas. Muito embora, o uso dos especialistas para explicar a questão ou mesmo para interpretá-la à luz dos dados oferecidos pelo governo tenham aparecido com pouca força na cobertura, sua posição nunca foi confrontada. Para além disso, analisando essa relação ficou claro que o tratamento dado aos especialistas escutados, em geral da Universidade Federal da Bahia, como Yvonildes Medeiros ou Lafayette Dantas , é radicalmente diferente das representações construídas em torno do povo. A ciência/especialistas é mais legítima e tem espaço reconhecido socialmente.

Para Yvonildes Medeiros, engenheira civil com doutorado em recursos hídricos pela Universidade Federal da Bahia, a outorga concedida pela Agência Nacional de Águas é ilegal, já que os estudos de impacto ambiental que foram encaminhados pelo Ministério da Integração estão incompletos e incorretos. (BELEM, L. Transposição só depende do IBAMA. Jornal A Tarde, out 2005, p.3)

A pesquisadora é a fonte do meio acadêmico que mais aparece durante toda a greve de fome do bispo. Desde o primeiro dia até o último.

Para a engenheira civil e PhD em recursos hídricos pela Universidade Federal da Bahia e membro do Comitê da Bacia do São Francisco Yvonildes Medeiros, não basta que o governo anuncie quem irá liberar recursos para a revitalização do rio. É preciso que o cronograma de ações esteja bem definido, com objetivos, diretrizes e estratégias, e que as ações sejam discutidas com a sociedade, para que possam ser monitoradas. (CRONOGRAMA de Ações tem de ser definido. Jornal A Tarde, 2005, p.11)

Na mesma edição, outra matéria dava conta dos debates no meio técnico especializado sobre a viabilidade das obras. Os pesquisadores foram escutados para se posicionarem sobre a transposição ou revitalização. Nenhum pergunta contraditória foi feita, somente declarações pontuais.

Um dos palestrantes foi o engenheiro civil Lafayette Dantas Luz, professor do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal da Bahia. Ele avalia que o anúncio do governo federal da liberação de R\$300 milhões por ano para serviços de revitalização do Rio São Francisco vai servir para quebrar resistências ao projeto de transposição das águas (...). Outro conferencista do evento, o ambientalista e engenheiro agrônomo e florestal Sebastião Pinheiro, disse que, além dos serviços de revitalização do rio, o governo deveria optar por um programa alternativo para incorporar a região Nordeste à bacia do São Francisco e de outras da região, com recursos do Banco Mundial para seqüestro do carbono com a ampliação da área verde. (NIKAS, R. Debate no Crea defende recuperação. Jornal A Tarde, 2005, p.11)

Evidente que a leitura do Projeto de Integração do Ministério da Integração é um tarefa árdua. Isso porque há um conjunto de termos técnicos, cálculos e dados que se cruzam para atestar a viabilidade da transposição, rebatendo os argumentos contrários com estudos e relatórios fundamentados na compreensão dos especialistas que trabalham para o governo ou para órgãos atrelados a ele. Os dados foram entregues ao leitor sem nem ao menos ter subsídios para que outras posições possam ser inferidas. Como, por exemplo, as falhas e lacunas apontadas pelos movimentos sociais, no capítulo 3.

Nesse sentido, revelou-se também a invisibilidade dada aos cientistas, em especial, os que se debruçam sobre as ciências humanas. Mesmo no caso das opiniões emitidas por engenheiros e pesquisadores ligados a centros de pesquisa, houve uma baixa expressividade das fontes especializadas. Sendo que aquelas utilizadas nos primeiros dias, se repetiram ao longo de toda a cobertura – o que a tornou naturalmente pobre (Caso já mencionado de Yvonildes Medeiros). Nenhum cientista, nacionalmente reconhecido, das áreas que envolvem o tema foi escutado para a composição das matérias. Os maiores críticos do Projeto partiram não somente dos movimentos sociais, que o vêem como um obra de caráter político voltada para os interesses do agronegócio, mas, sobretudo, das fontes científicas, ligadas às Universidades e demais centros de estudo. São pessoas que durante a vida inteira procuraram entender o semi-árido e a buscar alternativas para os problemas trazidos pelas longas estiagem.

Essa incapacidade do jornalismo do A Tarde de rebater com argumentos profundos o que foi dito pelos muitos atores políticos envolvidos no episódio se reflete com clareza na cobertura. O jornalismo reconstrói o que as fontes oficiais dizem, sem inserir nessa reconstrução a dúvida, a provocação, etc.

Na tentativa de vencer às resistências ao projeto, o Ministro [Ciro Gomes] deu uma espécie de aula aos jornalistas durante uma entrevista convocada para falar no assunto. Segundo ele, serão captados 26 metros cúbicos por segundo do rio para abastecer a população do semi-árido. Ele disse que esse volume de água é apenas para uso direto da população, não sendo permitida a utilização para projeto de empresas e programas de irrigação. A retirada de água, de acordo com o ministro, representa 1 % do que o rio joga no mar. De acordo com ele, os 26 metros cúbicos representam apenas 1,4% da vazão mínima do rio, que é de 1.850 metros cúbicos por segundo. Ele disse que poderá ser captado um maior volume de água, mas isso só acontecerá quando a barragem de Sobradinho, que fica no curso do rio, verter água. (GUEDES, G. *Ciro Gomes critica os opositores*. *Jornal A Tarde*, 2005, p.10)

A reprodução do discurso oficial puro foi sentida na primeira leitura pela quantidade de referências ao ministro. Houve um repasse dos dados oficiais do Ministério da Integração. O espaço ocupado pelo governo assumiu assim a hegemonia da cobertura em detrimento do ponto de vista da ciência e das comunidades – subjugadas a papéis figurativos. Foi exatamente o que o governo diz, o que o governo faz, o que o governo promete que norteou/dirigiu política e culturalmente a cobertura do jornal nesse episódio da transposição.

Além disso, em nenhum momento as alternativas propostas pelos movimentos sociais e pelos cientistas contrários ao projeto foram apresentadas. Para mencionar como exemplo, a construção de cisternas ou de novos açudes que teriam muito mais eficiência do que a obra proposta pelo governo. Quanto ao discurso oficial, embora a cobertura do Jornal tenha se mostrado relativamente nociva ao mundo político – no sentido de politicamente não defendê-lo, nem o projeto-, as informações repassadas pelo Ministério da Integração e outros órgãos foram reinterpretados a partir do meramente factual. Nessa perspectiva não se pode deixar de pensar nas fortes disputas políticas e a própria turbulência que o país atravessava, recém-saído dos escândalos do mensalão.

O A Tarde explora essas divisões políticas no que tange ao apoio ou não concedido a transposição evidenciando uma contradição histórica. Os partidos mais ligados ao conservadorismo, como a Frente Liberal, coadunaram com a posição dos

movimentos sociais, cujo apoio tradicionalmente recai sobre os partidos de esquerda, como o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), defensor voraz do projeto. Assim foram escutadas fontes como Antônio Carlos Magalhães, César Borges e o governador da Bahia, Paulo Souto, que curiosamente eram vinculados a outro grupo de comunicação, principal rival do Jornal A Tarde. Foi também o caso do presidente Lula, que na década de 80 se utilizou da greve de fome na defesa dos direitos dos metalúrgicos. E esse confronto de Lula, também nordestino, com o bispo, é constantemente posto em destaque.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, em São Paulo, que o projeto de transposição não vai parar. Lula disse que acredita que o governo encontrará “um bom termo” para pôr fim à greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, iniciada há dez dias em protesto contra a obra (...). Para Lula, a posição do bispo é considerável (...). Para Lula, a grandeza do bispo é um dos fatores que o fazem acreditar num acordo que ponha fim ao protesto”.(BRANDT, R. Lula elogia ‘grandeza’ do bispo, mas defende projeto. Jornal A Tarde, 2005, p.5)

Além desse foco, nota-se uma excessiva repetição nas falas dos políticos ouvidos pelas matérias. A exploração das divergências entre eles também iluminou parte considerável das abordagens. O Partido Liberal, por exemplo, que ocupava a vice-presidência da República, na pessoa de José de Alencar, apareceu como contrário ao projeto, através do deputado estadual Pedro Alcântara (PL).

O deputado vai encaminhar um documento ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva informando-o de que pode ser responsabilizado criminalmente pela morte do bispo caso o religioso venha a morrer em consequência do protesto que realiza (...). Outra proposta levantada pelos deputados foi a visita de membros das comissões parlamentares Especial do São Francisco e de Direitos Humanos ao bispo de Barra, para prestar solidariedade e apóio a luta em defesa do Rio São Francisco. (OLIVEIRA, F. Tema é debatido na Assembléia Legislativa. Jornal A Tarde, p.4, 2005)

Interessante destacar esse ponto porque os atores políticos, que na era da comunicação de massa necessitam existir socialmente dentro dos meios de comunicação, conseguiram aproveitar a alta visibilidade do episódio. Naturalmente, numa nação democrática o poder público precisa justificar-se perante a sociedade (GOMES, 2005). No caso da cobertura do jornal A Tarde as visitas ao Bispo apareciam

dentro daquilo que é normalmente se espera – cobrir a visita do parlamentar. O que se sobressaiu nesse processo foi o fato de que cada ator envolvido expôs sua opinião livre de qualquer paradoxo, de qualquer controversa naquilo que diz. Declarações seguidas de declarações não necessariamente construíam uma informação.

Além dos parlamentares, houve espaço também para governo do Estado da Bahia. Quem também se destacou nesse sentido foi o secretário estadual do Meio Ambiente e presidente do Comitê da Bacia, Jorge Khoury. Jorge, na verdade, foi uma referência que atravessou toda a cobertura como crítico ferrenho ao projeto, apontando seus erros. Mais uma vez, foi concedida enorme visibilidade aos cargos políticos com algum poder de deliberação. Assim é que na matéria “Secretário vê distorção no projeto do governo”, ele foi praticamente a única fonte ouvida na composição de toda a matéria.

O secretário reafirma que o uso das águas do rio em outras bacias, só se justificaria em caso de escassez (...). Ele destaca o caso do eixo norte (...). Segundo ele, uma distorção do projeto deve-se ao fato de que o Estado do Ceará, um dos receptores, tem o total de 17 milhões de metros cúbicos de água armazenados, equivalente à metade do lago de sobradinho e que somente usa 25% deste volume (...). Já o eixo Leste, segundo ele, tem maior carência de água (...). (GOMES, M. Secretário vê distorção no projeto do governo. Jornal A Tarde, Salvador, 2005, p.6)

Da mesma forma, os adversários políticos do governo, contrários ao projeto, tiveram grande destaque durante período aparecendo de forma recorrente nas matérias, ao passo que do governo poucas colocações apareciam. Mesmo com o pronunciamento do presidente Lula em rede nacional defendendo a transposição e sua urgência para o desenvolvimento do Nordeste, condenando, por conseguinte, a greve de fome do bispo, poucos parlamentares declararam apoio público com veemência transposição. Mesmo os da base aliada. Isso indica não só desconfiança e desconhecimento do projeto, como também receio de gerar uma imagem negativa diante da resistência tida como heróica do bispo – uma espécie de negação aos ideais claros e altruístas de um homem desprovido de bens materiais e nutrido de generosidade para com o bem estar do seu povo.

Dos parlamentares escutados que ficaram indecisos ou não definiram posição clara do projeto se encontram Valter Pinheiro (PT), Jacques Wagner (PT), Zézeu Ribeiro (PT), José Sarney Filho (PV), Fernando Gabeira (PT), além de prefeitos de algumas localidades. Mesmo na base aliada, como no caso de Gabeira, hoje no PV, as

críticas ao projeto eram severas. Isso se evidenciou na matéria “Sinais de Apoio ao Projeto de Transposição”. Em alguns momentos, entretanto, os parlamentares parecem evocar o cerne da disputa em torno do projeto e lançam questionamentos à sociedade através do jornal. É o caso do deputado Yulo Oiticica (PT):

‘O grande questionamento da transposição é: a que modelo de Brasil o projeto está servindo? Ele [o Bispo] está chamando atenção para isso’. (FERREIRA, C. Velho Chico ganha novos defensores. Jornal A Tarde, 2005, p.10)

Tampouco parece claro que os jornalistas envolvidos soubessem com clareza, naquele momento, dizer quem se colocava incondicionalmente a favor do projeto. O foco central passou mesmo a ser do Ministério da Integração, que encabeçava a obra. O debate político em torno de quem defendia e de quem era contra, portanto foi muito forte. Embora, no caso, dos parlamentares da base aliada a situação poderia ficar mais acirrada caso fosse confrontadas as posições deles antes e depois de assumirem o governo federal. Em 2007, por exemplo, esse levantamento não é feito e Geddel Vieira Lima, hoje, Ministro da Integração, a época deputado federal, ferrenho defensor do projeto, não precisou explicar publicamente os motivos pelos quais mudou de opinião, já que anteriormente era contrário.

5.4.3 O que é a Transposição no jornal

Se, como dissemos na fundamentação, assumimos o jornalismo enquanto uma prática social do conhecimento pautada na reconstrução do mundo, de forma cotidiana e ,portanto, afiliado a ideia de apreensão imediata da realidade, devemos identificar as claras limitações desse pacto na cobertura em questão. Entendemos por pacto aqui a ideia de que, através da objetividade, idoneidade, isenção, neutralidade, tal como Dahlgreen (2000) compreende, o jornalismo produz informação dentro de uma determinada sociedade num determinado momento com suas peculiaridades.

Quando verificamos a cobertura do jornal A Tarde sobre o que é a Transposição, essa construção do jornalismo, firmada nesses preceitos confere aquela realidade e aquelas circunstâncias, limitações decisivas. Se é verdade que o estopim e o grande fato

político foi a greve de fome do bispo, em Cabrobó, não se pode ter dúvidas de que o âmagô da questão foi, sem dúvidas, naquele momento do Brasil, a questão da transposição. A proposição da necessidade de uma cobertura baseada no meramente factual, no que acontece de mais importante, e até mesmo na construção dos valores de notícia, deslocaram, como afirma Santini (2009), os eixos centrais e o debate fundamental do que precisava ser tratado de fato.

Foi por esse sentido que o entendimento da Transposição, feito pela cobertura, era uma compreensão que não conseguia dar conta da complexidade do tema. Evidentemente que o grande mote para a visibilidade pública do tema, aqui no sentido concedido por Gomes (2009), foi a atitude extremada do bispo. O gesto que colocou em risco a sua própria vida na suposta vontade e necessidade de salvar o rio, barrando o projeto de transposição. O que se observa é que a ideia de interesse público, que, indubitavelmente, deveria ter como esfera de alcance perguntas simples, como, por exemplo, saber se a Transposição é boa para o país e seja qual seria sua viabilidade, é escamoteada, na cobertura, pelo ato político do Bispo.

Há um nítido deslocamento do debate (SANTINI). Assim, a primeira vez que a Transposição aparece é definida como

(...) o bombeamento de 26,4 metros cúbicos de água por segundo, de modo firme e contínuo, a qualquer tempo, vazão correspondente à demanda projetada para o ano de 2025 para consumo animal e dessedentação animal. (BELEM, L. Transposição só depende do IBAMA. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

Essa primeira definição, baseada em elementos quantitativos, indicava preliminarmente o esvaziamento das questões sociais e políticas do conceito de Transposição. Questões essas que, para os opositores do projeto, tal como visto no capítulo 3, deveriam ser o cerne de toda a discussão – muito mais do que a viabilidade técnica e financeira. Mas, ao definir seguidamente a transposição pela ideia do quanto seria retirado de água e para onde seria levada, a interdisciplinaridade do conceito foi colocada em segundo plano.

As limitações dadas à cobertura do factual se evidenciavam de forma contundente, portanto, quando o assunto era transposição. Especialmente se levarmos em consideração o excesso de fontes repetidas ao longo das matérias. Ministério da

Integração, Promotoria de Justiça, IBAMA, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, bem como o próprio bispo e pessoas próximas foram recorrentes ao longo do período analisado. As fontes entrevistadas se repetiam. Isso, de certa forma, reforçou a ideia de que foi construída uma história/narrativa sobre o jejum do bispo e, conseqüentemente, sobre a transposição, em que os personagens foram, aos poucos, se tornando conhecidos aos olhos do leitor.

Se de um lado montar uma narrativa ajuda a fixar as posições e embates travados nas muitas esferas, a pouca diversificação de fontes não auxilia na compreensão mais vasta do conceito de transposição – que foi o grande ponto conflituoso. Sabe-se mais ou menos o que a promotora Luciana Khoury, citada em inúmeras matérias, o que Ciro Gomes apontaria como vantagem para o projeto, a opinião de Antônio Carlos Magalhães, Paulo Souto, Lula, mas pouco se pode aferir de outras fontes para além desse universo previamente estabelecido nas primeiras edições.

O empobrecimento do conceito, pouco trabalhado nas edições, se devia também as condições de produção de notícia. O número de jornalistas dedicados a cobrir o tema não passou de cinco. Isso, levando em consideração, matérias das sucursais, no caso a de Juazeiro e de Brasília, e de agências de alguns Estados da Federação como São Paulo (Folha Press). Isso porque para tentar abarcar os múltiplos pontos trazidos pela história era preciso ter acesso direto a Cabrobó, à Brasília, palco das deliberações políticas à Salvador e ao Estado de São Paulo, por conta da CNBB e do próprio local de nascimento de dom Luís, e Brasília. Sabe-se que o ritmo da publicação e a perspectiva fundadora de que o jornalismo necessita constantemente dos “furos”, “da novidade jamais publicada” e de informações privilegiadas, acaba conduzindo com frequência à superficialidade do assunto.

O jornalismo do A Tarde em nome da suposta neutralidade e isenção, ou mesmo em nome da falta de conhecimento, não conseguiu, ao menos, responder se os problemas do semi-árido conseguirão ser resolvidos. Por não chegar ao cerne da questão sua cobertura recai sobre a história do Bispo, sobre o seu estado de saúde, sobre os personagens que fazem parte do enredo, que é importante, mas não é o central. É um engano achar que explicar o que é a Transposição se resolve num infográfico. É o caso da ilustração “Para onde vai a água”, que se repetiu na primeira edição e na edição do dia três de outubro. Nessa última, há ainda uma matéria que trata sobre o que seria a Transposição.

O projeto prevê a retirada contínua de 26 metros cúbicos de água por segundo do Rio São Francisco – ou 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho – para as bacias dos rios intermitentes do semi-árido – destinados ao uso humano e animal nos municípios do agreste e dos sertões dos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Volume superior a esse – de até 63m³/s, em média – para múltiplos usos só acontecerá nos anos hidrológicamente favoráveis, quando a Barragem de Sobradinho estiver cheia.

Ainda nessa matéria, são muitas as referências ao governo, única fonte ouvida, na tentativa de explicar a Transposição:

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (...). O governo federal acredita que (...). O assessor especial de imprensa do Ministério da Integração Nacional, Egídio Serpa, se contrapõe as afirmações de que (...), ele revelou que será retirado do rio 1,4% da água que este despeja no mar (...). Ele [Egídio Serpa] lembrou ainda que (...). A integração de bacias hidrográficas é uma solução viável e que atende a diversas áreas do País, segundo o secretário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente), João Bosco Senra. (MINISTÉRIO diz que o Projeto usará 1,4% do rio. Jornal A Tarde, 2005, p.6)

Embora fique claro que no entendimento do Jornal A transposição significa a retirada de apenas 1,4% da vazão, tal como apresentou o Ministério da Integração, é preciso perceber que o Projeto está muito além do volume de água. Isso porque não se trata meramente de retirar a vazão para outras regiões. Transposição, como não mostrou a cobertura, afeta as dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas de uma determinada localidade. E é por afetar essas esferas que os seus impactos precisam ser visto dentro dessa ótica, não apenas pela qualificação técnica.

Mesmo quando busca qualificar na história a origem do Projeto, como se evidenciou na matéria do dia três de Outubro (“Dom Pedro II queria a Transposição”), não houve co-relação com a situação política e com os interesses que a nortearam. Tratamos disso porque falta ao entendimento proposto pela cobertura saber que a ideia da Transposição, por mais que tenha em vista o melhoramento da vida do povo, nunca foi, de fato, um projeto feito por ele. Sempre partiu das concepções da direção econômica e política para a sociedade. Ou seja, as várias tentativas de levar parte das águas do Rio para áreas secas do Nordeste não circularam na esfera popular.

Dessa cobertura que insistiu em se ater aos fatos estritamente vinculados ao cotidiano, aos fatos, não foi possível responder se a transposição resolveria ou não o problema da seca no Nordeste. Até porque o combate aos problemas ocasionados pela

estiagem não assumiram a mesma importância que o acirramento do debate político eleitoreiro da obra. A Tarde não conseguiu responder esse questionamento simples nem pela sua interpretação da realidade posta, nem mesmo ouvindo outras partes, já que os holofotes estavam quase todos voltados para a repercussão da greve de fome e não para os impactos do projeto em si.

5.4.4 As contradições na esfera do A Tarde

Apesar das discussões e dos confrontos da arena de visibilidade pública produzida pelo A Tarde, durante a cobertura sobre a greve de fome, já terem sido, em parte, colocadas nos tópicos anteriores, vale retomar um pouco essa discussão e tentar estabelecer que interferências ela provocou na compreensão do problema. Podemos definir que o confronto de opiniões se divide em três pólos: os que apóiam o projeto, os que se apresentam contrários, e os que nada sabem sobre ele e que, aparentemente, não são capazes de entender o que está se passando.

Os apoiadores evidenciados na cobertura, para além do Ministério da Integração, são as pessoas ligadas às prefeituras dos municípios. Nessas localidades, a ideia de que o projeto de transposição poderia trazer lucros, renda e emprego era decisiva na opinião dos gestores, tal como se vislumbra nessa matéria.

Segundo o prefeito de Cabrobó, José Eldes Caldas, que não visitou o frei e é a favor da transposição, há uma mobilização dos “a favor” prevista para acontecer nos próximos dias. Ele alega que dos R\$ 4, 5 bilhões previstos para a obra, R\$ 1 bilhão será aplicado em Cabrobó, que poderá gerar cerca de R\$ 20 milhões em receita e valor parecido em estrutura, na construção de 1200 casas populares, na capacitação dos índios para produção de arroz e na construção de uma estrada na Ilha de Assunção, onde está a adeia Truka. (SINAIS de Apoio ao Projeto. Jornal A Tarde, 2005, p.4)

Entre alguns habitantes escutados pelos jornalistas verificou-se semelhante processo de apoio. Isso porque as obras necessariamente teriam que cortar comunidades, vilarejos, obrigando a desapropriação das famílias. Para além disso, a ideia sugestiva de que o Rio passaria nos fundos casa gera boa receptividade entre as pessoas.

O que o contradiz e empobrece o discurso do Jornal claramente foi o fato de que dois dos maiores apoiadores, as empreiteiras, o agronegócio/latifúndio, foram retirados da abordagem das matérias. Para se ter uma ideia, o valor da obra inicial era calculado e R\$4,5 bilhões, sendo que sua execução seria dividida em 16 lotes, somente dois realizado pelo Exército Brasileiro. Esse, por sua vez, só foi mencionado, não sendo questionado sobre o know-how e competência técnica para realizar um projeto de sumária importância e de risco considerável. Como se vê logo na primeira edição

A informação do MIN é que, logo após a obtenção da licença do Ibama, que ainda não foi concedida, o Exército começará simultaneamente a construção dos dois canais que levarão água para a direção leste e para a direção norte. (BELEM, L. Transposição só depende do IBAMA. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

Uma vez que se omite o interesse desses grupos econômicos ou possíveis interesses e, pior, se refuta de trazê-los para a arena de discussão pública, o jornalismo do A Tarde deixou de fazer uma problematização histórica. Isso não é pouca coisa se pensarmos na seca enquanto problema político, enquanto uma condição necessária para manter vigente um determinado sistema de opressão e de miséria. Ora se o Nordeste Setentrional é conhecido pelas grandes concentrações de terra ao desviar as águas do Rio quem seriam os maiores beneficiados? Por onde passariam essas águas se não no limiar das mesmas propriedades?

A segurança na execução do projeto também poderia ter sido colocada em dúvida face ao histórico que o país tem em deixar os grandes empreendimentos inacabados. A Transamazônica, por certo, é uma das maiores referências. Ou mesmo as Usinas de Angra na contramão das fontes alternativas de energia. Nesse perspectiva, caberia também avaliar as próprias diretrizes que norteiam o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que, novamente, toca no ponto da racionalidade ambiental versus a racionalidade econômica. E aborda-se PAC porque a obra do São Francisco faz parte dele. Crescimento continua sendo atrelado à economia e não a outros dispositivos, como as questões sociais, por exemplo.

Os pesquisadores das ciências humanas também não são escutados no sentido de fazer a leitura social da questão. O próprio geógrafo Aziz Ab'Saber ou Ruben Siqueira e outros membros da CPT, quem tem, mesmo antes da apresentação do projeto, extensos estudos sobre a formação do semi-árido e sobre o seu flagelo, não foram explorados. Por outra via, os embates judiciais ganharam terreno na esfera de visibilidade. Tantos as

licenças para a liberação da obra, como também os recursos da promotoria e mesmo o embargo/ suspensão de algumas partes do projeto feitas pela Justiça foram consoantes com a ideia do factual, do novo – o que, apesar de sua importância inegável, acaba por deixar de lado as investigações mais profundas sobre o tema.

Na matéria “Bispo mantém greve de fome e rotina de missas”, do dia 28 de setembro, o sociólogo Adriano Martins, residente do município de Barra, apareceu na reportagem. Entretanto sua intervenção consistiu apenas em afirmar que o gesto do Bispo era grandioso e, ao mesmo tempo, simples. Essa utilização das fontes ligadas as questões de cunho mais social/humano se repetiu na cobertura e ratificou a certa indiferença e até desprezo com a análise que essas pessoas poderiam fazer sobre o projeto em si.

Para o sociólogo Adriano Martins, de Gentio de Ouro (município próximo a Barra), que foi convocado por dom Luiz para assessorá-lo neste período de greve, ‘o seu gesto compreende muita grandeza e tem a sua característica pessoal, a simplicidade’. (BISPO mantém greve de fome e rotina de missas. Jornal A Tarde, Salvador, 2005,p.4)

Os embates judiciais e os dispositivos legais para verificar o projeto apareceram sucessivamente nas matérias, concedendo centralidade à figura da promotora de Justiça Luciana Khoury, citada desde a primeira edição em 27 de setembro e fonte ouvida durante todo o desdobramento da narrativa.

A promotora de Justiça Luciana Khory, explica que a licença do Ibama foi dada sem quem houvesse a complementação dos estudos de impacto ambiental. Por causa disso, os promotores de justiça de todos os Estados que compõem a Bacia do Rio São Francisco ingressaram com uma representação criminal no Ministério Público Federal do Distrito Federal contra o presidente do Ibama. (BELEM, L. Transposição só depende do IBAMA. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

Os embates judiciais perpassaram toda a narrativa. Foi o que aconteceu, por exemplo, num momento decisivo com a intervenção da juíza Cynthia de Araújo Lima Lopes, que concedeu liminar suspendendo a licença prévia para as obras da Transposição. Esse fato é explorado na edição do dia 7 de Outubro, “Justiça aponta falhas no projeto”. A briga pela via judicial também reapareceu na greve de fome de 2007, inclusive o fato do Supremo Tribunal Federal deliberar a favor da Transposição selou o protesto do bispo – uma vez que seu estado de saúde se agravou severamente.

O que esses relatos sobre os embates judiciais secundarizaram, esconderam, foi o fato do poder Judicial decidir o problema – se poderia ou não fazer Transposição. Dentro das sociedades liberais, a Justiça é um poder essencial no asseguramento da ordem, através da aplicação das leis e da vigilância, e também uma forma de solucionar os entraves, espécie de mediadora com capacidade de decisão. Isso dialoga perfeitamente com as bases que sustentam os meios de comunicação, que, embora hostis ao mundo político, quase sempre silenciam diante da Justiça ou mesmo corroboram com sua essencialidade. Acontece que, num caso tão decisivo e tão cheio de contradições e de poucos esclarecimentos, levar para a Justiça, que, nesse país, tem lado, tem interesses delineados, é uma solução pouco fácil de ser acatada. Inclusive a pauta dos movimentos sociais de realizar um plebiscito nacional sequer foi tratada como uma possibilidade pela cobertura.

Quando A Tarde apenas mostrou a questão judicial pela entrada de ações, pela suspensão ou concessão de liminar, e, de uma maneira geral, dos trâmites burocráticos para compor o seu ritual dos fatos, ele não adentrou nos impasses constitucionais que o Ministério Público apontava desde o começo. Essa carência foi também fruto da falta de conhecimento e da necessidade de deixar em aberto para o público leitor o julgamento sobre a transposição (se seria viável ou não). Mas os impasses, mesmo não sendo abordados, mesmo se tornando invisíveis frente a ideia firmada de que o jornalismo tem de mostrar os lados, sem se engajar numa causa – o que é rebatido por Bueno (2007) – continuaram a existir.

Pode-se citar, pelo menos, a violação da lei no que tange a três pontos: as terras indígenas, as normas dos recursos hídricos e as normas ambientais. No caso indígena, o Eixo Norte atravessava as terras já demarcadas da nação Truká e ainda outras áreas em processo de demarcação pela Funai. O artigo 49, inciso XVI, foi claro ao afirmar que é competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar a utilização de recursos naturais em Terra Indígena. Sob esse ponto, o Congresso não deliberou nada. Dentro dos marcos legais também, o artigo 231 obriga que sejam consideradas as opiniões das comunidades afetadas pela utilização dos recursos hídricos que estejam em seu território. Isso, como se sabe, também não ocorreu.

A violação das normas de recursos hídricos é clara desde o capítulo 3, posto que o Plano da Bacia, aprovado pelo Comitê da Bacia, permite que os recursos hídricos podem ser aproveitados apenas para uso humano e animal em caso de comprovada

escassez. O Projeto já outorgou o uso para irrigação, carcinicultura e indústria, violando o Plano da Bacia. Por fim, a violação das normas ambientais.

O Relatório de Impacto Ambiental, apresentado no capítulo anterior, dá conta apenas do canais de transposição, ignorando todos os possíveis impactos negativos na Bacia do São Francisco e nas bacias receptoras. Houve também atraso na entrega dos estudos, que deveriam ficar prontos antes mesmo da primeira licença e só foram entregues na fase da concessão da Licença de Instalação, em 2004. Esses estudos foram alvo de crítica até mesmo do Tribunal de Contas da União (TCU). Para além disso, qualquer modificação no projeto deveria implicar na reavaliação imediata dos impactos – isso também não aconteceu. Diante dessas e de tantas outras irregularidades apontadas pela Justiça, a cobertura optou, a saber, por escolha deliberada, e não por prática inconsciente, em manter apenas o clima de tensão e de expectativas envolvendo o embate entre os que eram a favor e os que eram contra a obra.

Ainda no esgarçamento das contradições, cabe destacar que o próprio Movimento Sem Terra que poderia acirrar e provocar maiores tensionamentos no debate, já que trataria da concentração de terras, só apareceu uma vez, de maneira pontual deliberando nacionalmente contra a Transposição. Foi o que mostrou a matéria “Governo avalia Revitalização” em que o MST incluiu na pauta de reivindicações a necessidade de mobilizar nacionalmente a população para um plebiscito. E, cabe notar, que mesmo o MST sendo um dos críticos mais severos do projeto, sua expressividade apareceu no intertítulo no final da matéria com o seguinte texto.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu incluir na pauta de reivindicações um plebiscito para decidir sobre a transposição. Em nota divulgada ontem, a secretaria nacional do movimento defende a convocação da população para deferir sobre a questão, a exemplo do referendo de armas, que será realizado no dia 23. (GOVERNO avalia revitalização. Jornal A Tarde, 2005, p.4)

Aos movimentos sociais, inclusive, é concedido tão somente o papel de mobilizar por todo o Estado em apoio ao gesto do Bispo. Não há grandes confrontos políticos entre a posição dos grupos, comunidades indígenas/quilombolas, em relação com ao Projeto. Muito embora, apareçam defendendo posição contrária, os argumentos substanciais, fruto do acúmulo desses grupos ao longo de anos, não se mostra como parte inexorável da disputa. O que nos leva a crer, novamente, a visão determinista de

que os movimentos sociais são contra tão somente porque são contra.

Por fim, a CNBB aparece como destaque na arena. Foi o que se verificou em diversas matérias ao longo de toda a cobertura. Logo na edição do dia 29 de Setembro, há uma grande matéria (“CNBB apóia greve de fome do bispo”), relatando a disposição da Conferência em auxiliar na reivindicação de Dom Luis. Na edição do dia primeiro de outubro, houve uma pequena matéria (“Dom Geraldo quer adiamento”), na qual se revela a vontade dos setores eclesiais em discutir a fundo o projeto. Também matérias que tratam das missas e celebrações com o intuito de fortalecer o projeto de Revitalização e a suspensão do Projeto de Transposição. Por outro lado, as contradições e divergências de opinião também foram revelados. Uma das notícias que mais expõem esse fato é a publicação do dia sete de outubro (“CNBB não quer sacerdotes em greve de fome”). A reportagem trata de mostrar como a posição da Igreja Católica não necessariamente era centralizada e que havia setores dentro dela radicalmente contrários ao protesto.

Assim, foram publicadas diversas referências tanto a CNBB quanto a própria Igreja Católica. O que se destaca analisando esse material foi que, embora a CNBB, de uma maneira geral, apoiasse o protesto do Bispo, não havia uma decisão sobre o projeto – tal como se revela nas reportagens, a CNBB somente foi escutada para opinar nos pontos concernentes ao bispo e aos assuntos bíblicos. Além disso, no que se observa pela cobertura foi o grande esforço empreendido pela Conferência em apelar para a sensibilidade das autoridades no sentido de suspenderem o projeto até que as discussões se inserissem na sociedade.

O que surpreendeu também, no caso da CNBB, foi a grande visibilidade dada aos aspectos religiosos, as referências ao divino, e ao jogo político que isso assume. Inclusive nas duas greves de fome, com os Ministros da Integração, tanto Ciro Gomes quanto Geddel Vieira Lima, evocando a própria trajetória cristã e os ensinamentos bíblicos de preservação da vida e do poder de Deus para condenar publicamente o Bispo. Postura que, como bem, se esmiuçou na cobertura, foi rebatida com veemência pela cúpula da Conferência que também se utilizou da religião e da bíblia para defender o ato do Bispo. Nesse ínterim foram construídas as referências, os adjetivos que, aos poucos, ajudam na compreensão e construção de seu personagem: um homem bíblico, de muita fé, que resgata com honradez o próprio São Francisco.

5.4.5 A construção do herói

“Fiéis fazem fila para ver o Bispo”, “Agricultores nordestinos param de comer, ampliando o apelo iniciado por Dom Luiz Cappio”, “Grupo faz Jejum para apoiar bispo”, “Vigílias e Protestos mobilizam Salvador”, “Seguidor de São Francisco”, “Procissão Fluvial em Barra”, “Se for preciso, a gente dá a vida”, “Vigília de Orações em Apoio ao Bispo”, “Vigília ganha força nas igrejas de Salvador”, “Católicos, evangélicos, comunidade do país se mobilizam pela preservação do rio”, “Dom Luís concede a bênção na capela do São Francisco”, “Nem só de pão vive o homem”.

Nas legendas das fotos, nas chamadas das capas, nos títulos e intertítulos, enfim, por onde quer que se aborde a cobertura feita pelo jornal A Tarde sobre a greve de fome tem-se a nítida compreensão de que o foco central foi mesmo a luta heróica do bispo Dom Luis. Nessa perspectiva não se pode deixar de estabelecer essa categoria de análise para tentar compreender a construção do personagem Luís Flávio Cappio e o que isso implica na limitação da cobertura. Como ocupou boa parte da discussão, garantindo uma enorme visibilidade para a sua luta e para, de certa forma, os dramas do semi-árido, é muito interessante perceber como a sua trajetória e sua reivindicação política ganhou contornos próprios na cobertura. Muito curioso porque reúne parte considerável do que vinha sendo debatido, como a questão da religiosidade, da participação popular, do enfrentamento político, da disputa entre os saberes, etc.

Herói, mártir, idealista. Não poderiam existir muitas outras definições capazes de dar conta da trajetória do Bispo a partir da construção feita pelos meios de comunicação. Faz parte da nossa constituição enquanto sociedade capitalista ocidental assentar a crença de que o individuo é capaz de dar conta da superação dos próprios problemas através das próprias ações. Faz parte da nossa constituição social destituir das organizações e ações coletivas a capacidade de emancipação popular, de transformação da realidade.

Historicamente, a formação moderna, como se viu na fundamentação, tem depositado sua essência em cima do sujeito (KANT, 2001); DESCARTES (2006). É o sujeito responsável pelas definições e rumos que um determinado grupo ou sociedade possa ter. Assim, mesclando-se com os próprios valores liberais em franco processo de ascensão frente a emergência de um novo paradigma, a valorização do indivíduo se

fincou com peça chave no fortalecimento de um povo. E o seu grau de liberdade é o que tem balizado os avanços e retrocessos de uma nação.

Nas sociedades capitalistas ocidentais, a ideia de grupo, de coletivo organizado sempre causou incômodo. O coletivo é visto como inoportuno porque tem potencial para provocar a ordem, que é tão necessária ao bem-estar das relações produtivas. Nesse sentido, as referências aos indivíduos, ao seu culto enquanto sujeito capaz de mudar o rumo das coisas tem sido hegemônica na sociedade. O tempo todo precisa-se de modelos, de sujeitos padrões, dos heróis, dos idealistas/altruístas. Quando numa sociedade capitalista há carência disso, pode ser um sinal de seu próprio enfraquecimento.

O próprio sertão nordestino já vivenciou experiências similares, embora com muitas controvérsias e adversidades. A figura de Lampião, de Maria Bonita e de Padre Cícero, como verificadas no capítulo 2, representam, de certa maneira, a heróica resistência do sertanejo diante da brutalidade do meio. Isso porque em seus momentos conseguiram traduzir significativamente os dramas e anseios do povo em força política, em poder de pressão. Mesmo quando as causas são coletivas, há uma necessidade, própria da nossa formação discursiva: a de valorizar um indivíduo, a colocá-lo a frente da causa. Foi assim, por exemplo, que se construiu, nos meios de comunicação, a imagem de Obama durante a sua campanha de sonhos. (CAMARA et al, 2009)

No sertão, isso assume contornos bíblicos com uma força assombrosa. Fato que não é da ordem do acaso, mas da história. O esquecimento do sertão e a possibilidade de encontrar saídas nas intervenções divinas é o que tem assegurado as suas crenças e a sua religiosidade. No caso do bispo, como se verificou na cobertura, houve um renascimento desses aspectos. Não só uma tentativa clara de transformá-lo num herói como também em mistificá-lo pelas características religiosas. Até mesmo a história de Dom Luís parecia confundir-se com a vida do Rio, uma vez que sua ida para aquela localidade foi como uma “inspiração divina”

Nem familiares nem religiosos que acompanham o frei Luís Cappio – desde quando chegou em Barra-BA, em 1974- sabem explicar ao certo o que o levou até o município de Barra, nas margens do Rio São Francisco, local em que reside há 31 anos e que tem o santo como padroeiro. ‘Foi uma inspiração divina’, disse o padre João de Deus de Souza, que o acompanha há 24 anos. (...). São Francisco de Assis, o santo homenageado hoje, que faleceu no ano de 1226, era defensor dos pobres, vivia com eles e ficou conhecido na história bíblica como protetor da natureza. Outra atitude do santo, que inspirou Frei

Luís, foi ter largado a família rica para seguir a vocação missionária, apenas com a roupa do corpo. Foi o mesmo a que se propôs o bispo de Barra quando deixou a cidade paulista e optou pela vocação religiosa (SEGUIDOR de São Francisco. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

Nascido no próprio dia quatro de outubro, dia de São Francisco, e dia em que o Rio comemora sua descoberta, Dom Luis foi rapidamente sendo construído como uma figura profética, capaz de resgatar os profundos laços religiosos e credences do povo sertanejo. Não por acaso que toda a mobilização política travada se converteu rapidamente numa peregrinação. Todo debate necessário para avaliar os impactos da transposição foi convertido no apoio ou não a atitude do Bispo.

Fundamentalmente, as matérias foram construídas de modo a fomentar e sedimentar a imagem do povo sertanejo e de sua fé mesmo convivendo com os flagelos sociais. Há toda uma ambientação do cenário e um acréscimo de emoção nos relatos. É o caso da seguinte matéria.

Um céu de nuvens cinzentas encobria a modesta Capela de São Sebastião, ontem, por volta das 7 horas da manhã, no Sítio Bela Vista, em Cabrobó. (...) ‘Valemos o que realmente somos diante de Deus. Nem mais, nem menos’. As palavras do frei Luiz mantinham atentos os olhares consternados dos 40 fiéis presentes, ontem, aos louvores matinais, ato que vem acontecendo diariamente. (GOMES, M. Bispo ganha adeptos à greve de fome. Jornal A Tarde, 2005, p.4)

Semelhante construção acontece em relação a fé no dia do aniversário do bispo:

Apesar de ser um dia de festa , este ano não terá a mesma alegria dos anteriores. ‘A gente sente o semblante triste das pessoas, preocupadas com a situação do bispo dom Frei Luís Flávio Cappio’, segundo o padre Narciso Espírito Santo, vigário da catedral. ‘Teremos momentos de oração para que Deus dê forças ao bispo e ilumine a consciência de quem toma as decisões neste país’. A comunidade local está, desde a semana passada, movimentando-se em atos públicos de cunho ecumênico se manifestando contra a transposição” (GUEDES, Miriam. Procissão Fluvial em Barra. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

A Tarde foi construindo sua narrativa no intuito de deixar instigado o leitor a saber como o Bispo tem suportado essa situação e até quando ela iria durar, caso as obras não fossem suspensas. Essa tensão, própria de um enredo conflituoso, matinha assim a fidelidade de quem lia, uma vez que deixava o final da trama completamente imprevisível e sem solução aparente. Nesse sentido foi também projetada um espécie de

devoção a esse homem bravo, que, aos poucos, adquiria características típicas dos santos católicos. E se perpetuava a ideia de peregrinação, das caravanas e dos romeiros, bem característico do povo sertanejo.

A cada hora que passa, aumenta a quantidade de pessoas que chegam à Capela de São Sebastião para prestar votos de solidariedade (...) Uma senhora que não quis se identificar pediu-lhe a benção: “O senhor está lutando por nós”, disse, enquanto era abençoada”. A própria ideia do jejum parece ser tratada dentro dos parâmetros bíblicos e não da luta política radicalizada: “O bispo lembrou que sempre que Jesus tinha que tomar grandes decisões, ele fazia jejum e rezava.” (FERREIRA, C. Nem só de pão vive o homem. Jornal A Tarde, 2005, p.7)

Assim é compreensível que para produzir esse discurso como verdadeiro, a cobertura precisou se valer dos valores culturais hegemônicos da sociedade, especialmente, aqueles referentes a religião e, no caso, ao próprio indivíduo. Não é a toa que a luta dos movimentos sociais, a luta campesina e popular travada há tempos naquela região se transverteu rapidamente na batalha de um só homem. E de um homem com todas as características necessárias para provocar apelos da ordem divina.

Além disso, o ambiente torna-se favorável a essa abordagem. Trata-se de um religioso e, historicamente, sabe-se da força que o catolicismo tem nas comunidades brasileiras, especialmente, as do interior sertanejo. Esse cenário desdobra-se costumeiramente num retrato da fé, da perseverança, da obstinação.

A cada metro percorrido, o ato ganhava a adesão de famílias de agricultores que moram nas localidades próximas à estrada. Alguns seguravam o terço nas mãos, todos cantavam, rezavam. A procissão foi puxada por um crucifixo e teve apoio de caixas de som. ‘Vim aqui para ver se Deus nos ajuda. E para dar uma força ao bispo’”(FERREIRA, C. Velho Chico ganha novos defensores. Jornal A Tarde, 2005, p.10)

E, dessa forma, não se pode fugir da concepção do sacrifício que tem permeado a história do cristianismo há, pelo menos, 2000 anos. Oferecer-se em nome de um ideal supremo e coletivo é uma das saídas frequentes na história da humanidade. Basta resgatar os mártires. O Ocidente, de certa forma, admira os seus heróis e a suas lutas, desde que atendam a certo projeto de sociedade e, que evidentemente, venham carregadas de uma boa dose de romantismo. Esse quesito foi preenchido pelo ato de Dom Luis. A sua declaração inicial, que deflagrou o começo do jejum, foi intitulada de “Um vida pela vida”.

O sacrifício, para existir, precisa de reconhecimento social. E reconhecimento social passa, nas sociedades contemporâneas, pelos meios de comunicação. O A Tarde garantiu essa abordagem, como se atesta em diversas passagens e relatos.

Fiéis e moradores dos municípios formaram filas durante todo dia para cumprimentá-lo. ‘Trouxe minha filha para prestar uma homenagem a ele, pelo sacrifício que está fazendo por nós’, disse a agricultora Lidiane de Souza Santos, que entrou na capela com um bebê na mão de um mês nos braços, a pequena Keila Liandra Souza Sílvia. (FERREIRA, C. Fiéis fazem fila para ver o Bispo. Jornal A Tarde, 2005, p.3)

Na mesma matéria, outro retrato da fé e do sacrifício. Um homem que, supostamente teve um derrame há menos de 24h por conta da leucemia, entrou na Capela “capengando, apoiado por uma bengala”, para somente falar com o Bispo. Por todos os lados, havia sempre um jogo teso entre a vida e a morte. De forma tão intensa que, às vezes, essa relação mescla-se entre o rio e Dom Luis. A derrota de um implicaria a morte do outro (vice-versa). Ele era mo homem que “se por um lado tem os olhos fundos e debilitados revelando a face implacável da fome, por outro, a firmeza nas palavras traduz a convicção de uma mensagem fincada na fé” (Jornal A Tarde, 2005).

A suspensão do jejum de 11 dias só aconteceu quando Jacques Wagner, então Ministro das Relações Institucionais, conversou pessoalmente com bispo e ofereceu a possibilidade de reabrir os canais de diálogo sobre o Projeto com toda a sociedade. Esse passo, evidentemente, não implicou no arquivamento do projeto, tal como queria o Bispo ao iniciar o protesto. Além disso, Wagner trouxe a mensagem de Lula prometendo liberação imediata de recursos para a Revitalização e novos estudos sobre os impactos da obra.

A narrativa, na realidade, não teve um desfecho porque o impasse prosseguiu. Mas para a cobertura, a solução atendeu as expectativas possíveis, posto que, a priori, naquele momento ninguém saiu perdendo ou mesmo morto. A decisão final, como se veria mais tarde, recaiu sobre o Supremo Tribunal Federal, que sob fortes acusações de subserviência ao Executivo, autorizou a liberação das obras. E, dessa forma, o sonho do governo imperial ironicamente se realizou no governo operário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização de uma pesquisa exige sempre um pouco de reflexão. É preciso pontuar com certo cuidado aquilo que foi analisado para que alguns caminhos sejam apontados. Não se trata de apresentar soluções mágicas, mas de tentar extrair algumas considerações/constatações do que foi até então estudado. Não é de interesse avaliar se a transposição do rio São Francisco é um bom projeto ou não – embora existam lacunas não preenchidas e o debate permaneça obscuro. Nesse espaço resgataremos a discussão do capítulo 4 tentando estabelecer novas possibilidades para o jornalismo ambiental, especialmente dentro da constituição de uma nova racionalidade.

Para encaminhar essa finalização, retomo o autor que iluminou boa parte do pensamento aqui adotado. Boaventura de Souza Santos, intelectual português, reconhecido não apenas por seu debate sobre ciência, pós-modernidade, mas também pela força política com que vem demonstrado na realização do Fórum Social Mundial, traz para a contemporaneidade a seguinte reflexão: é preciso reinventar a democracia; é preciso reinventar formas e reinventar maneiras de se fazer. Nesse momento, para ele, nossas soluções não são heróicas. Boaventura expõem como um dos impasses cruciais para os dias de hoje aquilo que ele chama de “racionalidade indolente, preguiçosa” (SANTOS SOUZA, 2007, p.25). Para o autor, as experiências que temos do presente são subtraídas, diminuídas, contraídas – o presente seria um momento entre o que é passado e o que será futuro; é o momento em que vivemos sempre.

A razão ocidental, nesse ínterim, se coloca conivente, em sintonia, com a ideia de progresso, de desenvolvimento do que aí está, sob um viés econômico, “que de alguma maneira permite um coisa espantosa: o futuro é infinito” (SANTOS SOUZA, 2007, p.38). Em outras palavras, ele, ao tecer a crítica ao modo de compreensão do que se viveu, do que se vive e do que se espera viver, conclui: é preciso expandir o presente e contrair o futuro.

No que esse pensamento, essa estratégia, se relaciona com o jornalismo, com meio ambiente e ciência? De que forma a cobertura de um jornal pode impactar positiva ou negativamente na construção de uma sociedade? Poderia o jornalismo dar conta de abranger a complexidade do mundo sendo ele uma reconstrução factual, momentânea e periódica? Para tentar dar conta dessas questões que ajuda na conclusão da pesquisa

devemos perceber que os caminhos residem exatamente com o tempo em que o jornalismo precisa atuar: o presente.

Quando Boaventura trata de afirmar que é necessário expandir o presente, entende-se que isso implica em alargá-lo, em fazer com que, progressivamente, consigamos dar conta das realidades que existem hoje; transformar os universos que não são narrados em histórias vivas, em totalidades relevantes. Significa dizer, em outros termos, tornar parte do mundo os que têm seus desejos e suas histórias silenciadas. Conseguir, distendendo o presente, e rejeitando parcialmente a ideia de futuro infinito, com que atores e atrizes escondidos sob o novo presente tenham existência dentro dessa racionalidade. E esse é o caminho capaz de promover as reinvenções das formas, da democracia, porque, fundamentalmente, dá conta da multiplicidade desse cenário.

Ora, em que outro terreno esse cenário pode torna-se realidade senão dentro do jornalismo, que ao ressignificar e reconstruir o mundo tem a capacidade inerente de escolher, aprofundar e retratar realidades plurais? Quem pode, no presente, alargar a esfera de visibilidade e conceder protagonismo social à própria sociedade senão a prática e o saber jornalístico?

O jornalismo, em qualquer uma das suas segmentações, trabalha, indubitavelmente, com o processo de reinvenção. É nela, nesse campo de forças sociais em disputa, em que há deslocamentos contínuos, e que a luta ambiental pode ser ganha. Na sua relação imbricada com a ciência/meio ambiente, o jornalismo pode fazer com que ela seja mais uma forma de conhecimento, dentro de uma ecologia dos saberes que abarque o saber popular, o saber indígena, o saber das populações urbanas marginais, o saber camponês. É subvertendo relações, promovendo as subjetividades rebeldes no lugar do conformismo, da indiferença, dos desprezos e dos axiomas inabaláveis do mundo, que se abrem novas diretrizes capazes de renovar as teorias críticas, as práticas sociais, permitindo a própria reinvenção da emancipação social.

Emancipação social, nas sociedades contemporâneas, perpassa sem dúvidas pelo acesso qualificado a informação. Somente conhecendo a realidade torna-se possível transformá-la, tomá-la pelas próprias ideias. E talvez seja isso o que nos deixa incomodados com relação a cobertura avaliada. Naquele momento em que se abria o debate para toda sociedade, um veículo impresso e que, portanto, tem mais condições de aprofundar o tema, não conseguiu escapar do debate factual, dos embates e conseqüências da esfera política.

Não se conseguiu, naquele momento, traduzir com clareza o que era o projeto proposto pelo governo. E, nesse sentido, podemos tirar algumas conclusões. A priori constata-se a falta de profissionais qualificados para lidar com o tema ciência e meio ambiente. Em nenhum texto os dados técnicos, como bombeamento, vazão, modos de operação, custos, impactos, são submetidos a avaliação rigorosa do jornalista. Embora saibamos que entender os dados contidos no projeto, especialmente os que tratam da parte da engenharia, não seja tarefa fácil para nenhum jornalista (esse não é o nosso campo de estudos), o que chamou a atenção foi o fato de que poucas fontes foram interpeladas no sentido de promoverem uma leitura daquilo que o governo estava apresentando. Não há embasamento que seja capaz de questionar com o devido respaldo o cenário paradisíaco que as instituições governamentais prometiam para o semi-árido. E tampouco se procurou saídas ou pessoas capazes de amenizar essa carência.

A necessidade de se apegar com veemência aos fatos, desprezando as considerações históricas e o estudo mais aprofundado do problema, é um dos pontos-chaves. Isso tem tudo a ver com a proposta de Boaventura de alargar o presente. Seria preciso nessa cobertura contar outras histórias, contemplar horizontes distintos e que não se mostravam tão explícitos e tão fáceis de serem absorvidos e compreendidos. Além disso, ficou clara a indiferença com o saber popular e, ao mesmo tempo, uma supervalorização do debate político, na reconstrução dos atores e atrizes que tem autoridade legal para deliberar e governar.

É bom registrar que não propomos a suspensão das fontes oficiais/ governo. Pelo contrário, diante de toda a problemática ambiental e o certo descaso com que a situação foi conduzida, é fundamental que os sucessivos governos falem diante da sociedade, troque razões públicas, esclareça o debate. O problema que se aponta é o uso do jornalismo como propaganda oficial, o velho “falar bem de si mesmo”, que prejudicou o aprofundamento de diversas temáticas. Isso não estimulou as reflexões críticas e contentou-se na tradução empobrecida dos acontecimentos por si só.

Tampouco se buscou fazer uma leitura mais social e humanizada da questão. Ao contrário, humanização aqui assume traços da religiosidade, da construção e do poder divino diante das disputas mundanas. Essa faceta explorada é possível por causa de um contexto favorável, em que o saber religioso, mesmo que facilmente possa ser contestado pela materialidade e racionalidade, se faz presente na tradição e na reconstrução daquela realidade. E, não se pode negar, isso conduziu à superficialidade, ao esvaziamento do debate socioambiental severo.

É também obrigação dessa etapa considerar que o jornalismo, por ser protagonista no alargamento do presente, por ter o poder de abraçar realidades e pessoas, necessita, dado o grau de degradação humana/ambiental da contemporaneidade, repensar uma nova racionalidade. Quebrar, na construção do seu discurso sobre o mundo, os velhos paradigmas e provocar um novo modelo capaz de dar conta das questões. E, como lidamos aqui com meio ambiente, com a relação humana sobre a natureza, não podemos nos furtar de travar esse debate, de repensar um modelo que integre meio ambiente ao ser humano – e não como dois objetos distintos capazes de viver sob paz e/ou conflito.

“A imprensa pode não ajudar a ganhar, mas ajuda a perder”, disse Samuel Wainer, um dos mais conhecidos jornalistas brasileiros do século XX. O contexto vivido por Wainer, em seu jornal a *Última Hora* e transcritos para o seu livro de memória *Minha Razão de Viver*, é bem diferente da realidade e da configuração atual do jornalismo brasileiro. Entretanto, a frase é emblemática se a associamos diretamente o impasse trazido pela questão ambiental. Afirmar que o jornalismo pode ajudar a perder não é apenas uma frase de efeito ou chavão. É uma condicionante real. Nenhum outro momento histórico viveu um período em que se discute e se põem em debate a questão ambiental como hoje. E é através do jornalismo que temos acesso a esse universo.

Nesse sentido, posto o peso que ele tem nas sociedades e dado suas carências, é que se verifica a necessidade de reinventá-lo. De inserir na prática do jornalismo outras formas de leituras de mundo, que contemplem no seu cerne a pluralidade, a diversidade e, especialmente, o compromisso social. É dessa forma que se pode falar em “virar o jogo”. Virar o jogo é mudar a ordem do que está posto. Evidentemente, essa não é uma tarefa fácil – exige uma mudança de cultura. É atrás dela que o jornalismo precisa ir – desde que essa busca não seja entendida como um fim em si. Porque o fato de não se acomodar e de estar sempre em transformação é o que pode possibilitar novos espaços de disputas sociais dentro da comunicação e, fundamentalmente, que novas hegemonias sejam construídas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil**. Contradições, Impasses e Desafios Socioespaciais. 3ª Ed. São Paulo (SP): Editora Moderna, 2002, p.340.

ALTHUSSER, Lous. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. RJ: Contraponto, 1996.

AMORIM, José Salomão. **A Questão Ambiental e os Desafios à Comunicação**. In: **Comunicação e Meio Ambiente**. DENCKER, Ada; KUNSCH, Margarida (orgs). Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 1996, p. 34.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1993, p.139

BUENO, Eduardo. **A Coroa, a Cruz e a Espada: Lei Ordem e Corrupção no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Objetiva, 2006, p.23.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: Teoria e Pesquisa**. São Paulo (SP): Marajoara, 2007, p.14.

_____. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente à Distância**. Disponível em <<http://www.comtexto.com.br>>. Acesso em 18 de setembro de 2009.

CALDAS, Graça. **Mídia, Meio Ambiente e Mobilização Social**. BORTOLIERO, S.; CALDAS, G.; VICTOR, C (orgs). **Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo (SP): ALL PRINT, 2009, p.53.

CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História: História do Brasil**. São Paulo (SP): Editora Moderna, 1999, p.58.

COELHO, Marco Antônio. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2005.

CONSENTINO, Marcos Gonçalves. **Globo Ecologia: o Discurso Ambiental na Televisão**. São Bernardo do Campo (SP): Metodista, 2007, p. 43.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade – Para uma Ética da Informação**. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 1999, p. 76

DALGREN, Peter. **Introduction (Journalism as popular culture**. In: DAHLGREN, Peter; SPARKS, Colin. **Journalism and Popular Culture**. London (UK): Sage, 2000, p.8,9

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo (SP): Ícone Editora, 2006, p.42, 45.

FRANCA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**. 19ª Ed. São Paulo (SP): Loyola Edições, 2009, p.9

_____. **Microfísica do Poder**. 17ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Graal Editora, 2002.

GADELHA, Marcondes. **Transposição do Rio São Francisco e outros Discursos**. Brasília (DF): Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2002, p.23.

GIRARDI, Ilza et all. **Jornalismo Ambiental e Científico na construção da cidadania**. BORTOLIERO, S.; CALDAS, G.; VICTOR, C (orgs). **Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo (SP): ALL PRINT, 2009, p.95.

_____. **Jornalismo Ambiental - Desafios e Reflexões**. Porto Alegre (RS): Editora Dom Quixote, 2008.

FILHO, Evaristo de Moraes. **Auguste Comte: sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo (SP): Editora Ática, 1978, p.12

GALEANO, Eduardo. **As Veas abertas da América Latina**. 30ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1990.

GOMES, Luciana Gomes Pereira. A Evolução Gráfica e a Programação Visual do Jornal A Tarde. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, 1993, p.8.

GOMES, W. S. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo (SP): Paulus, 2004.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. 3ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Graal Editora, 1991, p. 70, p. 78

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2006, p.44

_____. Da Diáspora – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte (MG): Editora da UFMG, 2003, p.301

_____. Representation: cultural representation and signifying practices. London (UK): Sage, 1997, p.2.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2008, p. 8, p.48.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Ed. Lisboa (PT): Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p.6, p.10

LACERDA, Carlos. **O Rio São Francisco: Desafio e Promessa**. Rio de Janeiro (RJ): Record Editora, 1965, p. 15, 27

- LEVY, Clayton. **O desenvolvimento sustentável no Jornal da Ciência**.
BORTOLIERO, S.; CALDAS, G.; VICTOR, C (orgs). **Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo (SP): ALL PRINT, 2009, p. 71, 72, 73
- LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2001, p. 9, 17
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo (SP): Cortez Editora, 1982.
- LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. **O problema das Secas**. Separata do Boletim DNOC, 2º (6) Nov. 59, jun. 1960, p. 128, 129;
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma Visão Holística**. Brasília (DF): Confea, 2007, p.40
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo (SP): Summus Editorial, 2008, p. 29- 30.
- MOREIRA, Igor. **O Espaço Geográfico: Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo (SP): Editora Moderna, 1998, p.287.
- NANKANI, Gobind T. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no Semi-Árido Brasileiro**. Brasília (DF): Banco Mundial, 2004.
- OLIVEIRA, Fabíola. Democracia, **Meio Ambiente e Jornalismo no Brasil**. In: **Comunicação e Meio Ambiente**. DENCKER, Ada; KUNSCH, Margarida (orgs). Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 1996, p. 64.
- ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. **Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- PESSOA, Dirceu; GALINDO, Osmil (orgs). **Transposição do Rio São Francisco: A dimensão socioeconômica**. Recife (PE): Editora Massangana, 1989, p11.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1961, p.67
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 89ªEd. Rio de Janeiro (RJ): Editora Record, 2003, p.128, 129.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2007, p. 307, 314, 320.
- ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco: Fator Precípua da Existência do Brasil**. 4ª Ed. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, p. 42.
- SALLES, Apolônio. **O Rio São Francisco e a sua Colonização**. Rio de Janeiro (RJ): Companhia Editora Nacional, 1942, p.15.

SANTINI, Miriam. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2006, p.28, 29, 46.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Tempo e Tempo. Razão e Emoção**. 4º Ed. São Paulo (SP): Edusp, 2008, p. 233, 238, 239.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1979.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo (SP): Scipione, 2002, p.258.

SHIKI, Shigeo. **Caminhos Agroecológicos em Assentamentos de Reforma Agrária: Relação Conflituosa entre Atores Sociais e Naturais**. In: **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. RUSCHEINSKY, Aloisio (org). Porto Alegre (RS): Sulina, 2004, p. 37.

SMITH, Mark. **Manual de Ecologismo: Rumo à Cidadania ecológica**. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 1998, p. 13

SOUZA, Eloy de. **O calvário das Secas**. Natal (RN): Coleção Mossoroense, vol XXXVIII, 1976, p.78.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso sobre as Ciências**. 6ª Ed. São Paulo (SP): Cortez Editora, 2009, p.76, 77.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo (SP): Boitempo Editorial, 2007, p.25, p.38).

_____. **Introdução a uma Ciência Pós Moderna**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1989, p. 31, 34, 66

SUASSUNA, João. **RIO SÃO FRANCISCO: conflitos nos usos de suas águas**. Recife (PE): Fundação Joaquim Nabuco (Naj), 1999.

VICTOR, Cilene. **Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde?**. BORTOLIERO, S.; CALDAS, G.; VICTOR, C (orgs). **Jornalismo Científico e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo (SP): ALL PRINT, 2009, p.16.

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver**. São Paulo (SP): Planeta, 2005.

WASHINGTON, Novaes. **A década do impasse: da Rio 92 à Rio + 10**. São Paulo (SP): Instituto Socioambiental, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1979.

JORNAIS E REVISTAS

REVISTA DA FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS. **A Transposição de águas do Rio São Francisco**. Brasília (DF): Editora Milton Campos, 2000, p.9, 16, 17, 46.

GOMES, M. Impacto Ambiental deve ser bem avaliado. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.589, p.5, out 2005.

BELEM, Letícia. Rio recebe 499 toneladas de dejetos. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.590, p.5, out 2005.

HISTÓRIA é marcada por agressões ambientais. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.590, p.5, out 2005.

BELEM, L. Transposição só depende do IBAMA. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.585, p.3, out 2005.

BELEM, L. Liberados recursos para revitalização. **Jornal A Tarde**, Salvador, 31.594, p.11, out 2005.

FUNDO de Revitalização vai ser discutido. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.593, p.4, out 2005.

AGÊNCIA ESTADO E BRASIL . Governo avalia Revitalização. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.591, p.4, out 2005.

GOMES, M. Sertanejo não compreende projeto. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.594, p.10, out 2005.

FERREIRA, C. Dom Luís perde força e ganha Adesão. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.591, p.4, out 2005.

FERREIRA, C. Ribeirinhos desconhecem Transposição. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.589, p.3, out 2005.

CRONOGRAMA de Ações tem de ser definido. **Jornal A Tarde**, Salvador, 31.594, Ed p.11, out 2005.

NIKAS, R. Debate no Crea defende recuperação. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.594, p.11, out 2005.

GUEDES, G. Ciro Gomes critica os opositores. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.594, p.10, out 2005.

BRANDT, R. Lula elogia 'grandeza' do bispo, mas defende projeto. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.592, p.5, out 2005.

OLIVEIRA, F. Tema é debatido na Assembléia Legislativa. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.586, p.4, out 2005.

GOMES, M. Secretário vê distorção no projeto do governo. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.589, p.6, out 2005.

FERREIRA, C. Velho Chico ganha novos defensores. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.5 87, p.10, out 2005.

MINISTÉRIO diz que o Projeto usará 1,4% do rio. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.5 89, p.6, out 2005.

SINAIS de Apoio ao Projeto. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.591, p.4, out 2005.

BISPO mantém greve de fome e rotina de missas. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.586, p.4, out 2005.

SEGUIDOR de São Francisco. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.590, p.3, out 2005.

GOMES, M. Bispo ganha adeptos à greve de fome. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.592, p.4, out 2005.

GUEDES, Miriam. Procissão Fluvial em Barra. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.590, p.3, out 2005.

FERREIRA, C. Nem só de pão vive o homem. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.5 86, p.7, out 2005.

FERREIRA, C. Fiéis fazem fila para ver o Bispo. **Jornal A Tarde**, Salvador, Ed 31.5 89, p.3, out 2005.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

A TARDE on line. **Jornal A Tarde**. Salvador. Disponível em <www.atarde.com.br> . Acesso em 13 de março de 2010

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Geddel Vieira Lima, 1994; Lúcia Braga, 2005, João Alfredo, 2005. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/pesquisaDiscursos.asp>

BRASIL, Ministério da Integração. **Relatório de Impacto Ambiental**, 2004, p.6. Disponível em < <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/documentos/index.asp>> Acesso em 3 de maio de 2010

_____. **Licença Prévia do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/documentos/index.asp>>. Acesso em 3 de maio de 2010

_____. **Nota Técnica nº 390/2005/SOC**. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/documentos/index.asp>> Acesso em 3 de maio de 2010

CAMARA, Alana et all. A construção do regime de verdade de Veja durante a campanha de Barack Obama. . In: INTERCOM, XXXII, 2009, Curitiba. Disponível em

< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3563-1.pdf>> Acesso em 12 de abril de 2010

CBHSF, **Comitê Hidrográfico da Bacia do São Francisco**. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/cbhsofrancisco/DOCZ/Revista.n0.01.CBHSF.pdf>> Acesso em 12 de Abril de 2010.

CNBB, **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Disponível em <www.cnbb.org.br> Acesso em 17 de março de 2010.

BITTERCOURT, Maurício. **Homem, Jornalismo e Amazônia – Inovação na Cobertura da Questão Ambiental**. Intercom, 2008, p.1. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1365-1.pdf>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 4 de maio de 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros: 2005**, p. 68. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>

KUSTER, Angêla; MARTÍ, Jaime. **Políticas Públicas para o Semi-Árido: Experiências e Conquistas do Nordeste do Brasil**. Fortaleza (CE): Konrad Adenauer, 2009, p. 13. Disponível em <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/PPnet.pdf>>

LIMA DOS SANTOS, Eduardo et all. **A greve de fome "escondida" de frei Luiz Cappio - Observatório da Imprensa**. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=463IMQ003>>

PNRH, **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Disponível em <<http://www.pnrh.cnrh-srh.gov.br>>. Acesso em 4 de maio de 2010, p. 21.

ROZOWYKWIAT, Tereza Rozowykwiat. **O Velho Chico Enfrenta Novos Desafios**. Disponível em < <http://www2.fpa.org.br/conteudo/reportagem-o-velho-chico-enfrenta-novos-desafios>>

SABER, Aziz Ab. **Entre a geomorfologia e a política: pesquisas de Aziz Ab'Sáber vão da natureza aos problemas sociais do Brasil**. Revista Ciência Hoje. Disponível em <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/ramalho_01.pdf>, p.5, Acesso em 20 de março de 2010.

SUASSUNA, J. **QUESTÕES TÉCNICAS DA TRANSPOSIÇÃO: o presidente Lula não sabia**. Recife (PE): Fundação Joaquim Nabuco (NAJ), 2005. Disponível em < <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=7947&date=currentDate>> Acessado em 5 de Abril de 2010.

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **WORKSHOP SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO**. Recife (PE): 2004. Disponível em <<http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/projetos/encontro-internacional-sobre-transferencia-de-aguas-entre-grandes-bacias-hidrograficas>> Acesso em 17 de março de 2010.

SIQUEIRA, Ruben. **O Negócio da Água**. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/content/article/7-transposicao/20-o-negocio-da-agua>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

_____. **A Luta contra a Transposição e o Desenvolvimentismo Neoliberal**. Disponível em <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 10 de abril de 2010.
Ruben Siqueira

_____. **O esquecimento do Rio São Francisco**. <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

_____. **Transposição: Mentira tem perna comprida**. <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

_____. **Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização**. <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

WASHINGTON, Novaes. **Um novo Nordeste, mais verdadeiro**. *Jornal da Ciência*. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=54431>>. Acesso em 20 de maio de 2010.

